

Índice

1. Responsáveis pelo formulário

1.0 - Identificação	1
1.1 – Declaração do Diretor Presidente	2
1.2 - Declaração do Diretor de Relações com Investidores	3
1.3 - Declaração do Diretor Presidente/Relações com Investidores	4

2. Auditores independentes

2.1 / 2 - Identificação e remuneração	5
2.3 - Outras inf. relev. - Auditores	7

3. Informações financ. selecionadas

3.1 - Informações financeiras	8
3.2 - Medições não contábeis	9
3.3 - Eventos subsequentes às DFs	10
3.4 - Política destinação de resultados	11
3.5 - Distribuição de dividendos	18
3.6 - Dividendos-Lucros Retidos/Reservas	19
3.7 - Nível de endividamento	20
3.8 - Obrigações	21
3.9 - Outras inf. relev. - Inf. Financeiras	22

4. Fatores de risco

4.1 - Descrição - Fatores de Risco	23
4.2 - Descrição - Riscos de Mercado	27
4.3 - Processos não sigilosos relevantes	31
4.4 - Processos não sigilosos – Adm/Contr/Invest	32
4.5 - Processos sigilosos relevantes	33
4.6 - Processos repetitivos ou conexos	34
4.7 - Outras contingências relevantes	35
4.8 - Regras-país origem/país custodiante	36

5. Gerenciamento de riscos e controles internos

5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos	37
5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado	41
5.3 - Descrição - Controles Internos	44

Índice

5.4 - Alterações significativas	50
5.5 - Outras inf. relev. - Gerenciamento de riscos e controles internos	51
6. Histórico do emissor	
6.1 / 2 / 4 - Constituição / Prazo / Registro CVM	52
6.3 - Breve histórico	53
6.5 - Pedido de falência ou de recuperação	54
6.6 - Outras inf. relev. - Histórico	55
7. Atividades do emissor	
7.1 - Descrição - atividades emissor/controladas	56
7.2 - Inf. sobre segmentos operacionais	57
7.3 - Produção/comercialização/mercados	59
7.4 - Principais clientes	63
7.5 - Efeitos da regulação estatal	64
7.6 - Receitas relevantes no exterior	66
7.7 - Efeitos da regulação estrangeira	67
7.8 - Políticas socioambientais	68
7.9 - Outras inf. relev. - Atividades	69
8. Negócios extraordinários	
8.1 - Aquisição/alienação ativo relevante	70
8.2 - Alterações na condução de negócios	71
8.3 - Contratos relevantes	72
8.4 - Outras inf. Relev. - Negócios extraord.	73
9. Ativos relevantes	
9.1 - Outros bens relev. ativo não circulante	74
9.1.a - Ativos imobilizados	77
9.1.b - Ativos Intangíveis	78
9.1.c - Participação em sociedades	79
9.2 - Outras inf. relev. - Ativos Relev.	81
10. Comentários dos diretores	
10.1 - Condições financeiras/patrimoniais	82
10.2 - Resultado operacional e financeiro	95
10.3 - Efeitos relevantes nas DFs	98

Índice

10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases	102
10.5 - Políticas contábeis críticas	103
10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas DFs	107
10.7 - Coment. s/itens não evidenciados	108
10.8 - Plano de Negócios	109
10.9 - Outros fatores com influência relevante	111
11. Projeções	
11.1 - Projeções divulgadas e premissas	112
11.2 - Acompanhamento das projeções	113
12. Assembléia e administração	
12.1 - Estrutura administrativa	114
12.2 - Regras, políticas e práticas em assembléias	121
12.3 - Regras, políticas e práticas do CA	124
12.4 - Cláusula compromissória - resolução de conflitos	126
12.5/6 - Composição e experiência prof. da adm. e do CF	127
12.7/8 - Composição dos comitês	130
12.9 - Relações familiares	131
12.10 - Relações de subord., prest. serviço ou controle	132
12.11 - Acordos /Seguros de administradores	133
12.12 - Práticas de Governança Corporativa	134
12.13 - Outras inf. relev. - Assemb. e Adm.	136
13. Remuneração dos administradores	
13.1 - Política/prática de remuneração	137
13.2 - Remuneração total por órgão	141
13.3 - Remuneração variável	145
13.4 - Plano de remuneração baseado em ações	146
13.5 - Remuneração baseada em ações	147
13.6 - Opções em aberto	148
13.7 - Opções exercidas e ações entregues	149
13.8 - Precificação das ações/opções	150
13.9 - Participações detidas por órgão	151

Índice

13.10 - Planos de previdência	152
13.11 - Remuneração máx, mín e média	153
13.12 - Mecanismos remuneração/indenização	154
13.13 - Percentual partes relacionadas na rem.	155
13.14 - Remuneração - outras funções	156
13.15 - Rem. reconhecida - controlador/controlada	157
13.16 - Outras inf. relev. - Remuneração	158
14. Recursos humanos	
14.1 - Descrição dos recursos humanos	159
14.2 - Alterações relevantes-Rec. humanos	161
14.3 - Política remuneração dos empregados	162
14.4 - Relações emissor / sindicatos	163
14.5 - Outras informações relevantes - Recursos humanos	164
15. Controle e grupo econômico	
15.1 / 2 - Posição acionária	165
15.3 - Distribuição de capital	172
15.4 - Organograma dos acionistas e do grupo econômico	173
15.5 - Acordo de Acionistas	176
15.6 - Alterações rel. particip. - controle e Adm	177
15.7 - Principais operações societárias	178
15.8 - Outras informações relevantes - Controle e grupo econômico	181
16. Transações partes relacionadas	
16.1 - Regras, políticas e práticas - Part. Rel.	182
16.2 - Transações com partes relacionadas	183
16.3 - Tratamento de conflitos/Comutatividade	185
16.4 - Outras informações relevantes - Transações com partes relacionadas	186
17. Capital social	
17.1 - Informações - Capital social	187
17.2 - Aumentos do capital social	188
17.3 - Desdobramento, grupamento e bonificação	189
17.4 - Redução do capital social	190
17.5 - Outras inf. relevantes-Capital social	191

Índice

18. Valores mobiliários

18.1 - Direitos das ações	192
18.2 - Regras estatutárias que limitem direito de voto	193
18.3 - Suspensão de direitos patrim./políticos	194
18.4 - Volume/cotação de valores mobiliários	195
18.5 - Outros valores mobiliários emitidos no Brasil	196
18.6 - Mercados de negociação no Brasil	197
18.7 - Negociação em mercados estrangeiros	
18.8 - Títulos emitidos no exterior	199
18.9 - Ofertas públicas de distribuição	200
18.10 - Destinação de recursos de ofertas públicas	201
18.11 - Ofertas públicas de aquisição	202
18.12 - Outras inf. Relev. - Val. Mobiliários	203

19. Planos de recompra/tesouraria

19.1 - Descrição - planos de recompra	204
19.2 - Movimentação v.m. em tesouraria	205
19.3 - Outras inf. relev. - recompra/tesouraria	206

20. Política de negociação

20.1 - Descrição - Pol. Negociação	207
20.2 - Outras inf.relev - Pol. Negociação	208

21. Política de divulgação

21.1 - Normas, regimentos ou procedimentos	209
21.2 - Descrição - Pol. Divulgação	210
21.3 - Responsáveis pela política	211
21.4 - Outras inf.relev - Pol. Divulgação	212

1. Responsáveis pelo formulário / 1.0 - Identificação

Nome do responsável pelo conteúdo do formulário

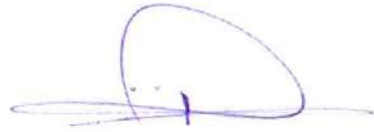
Ronaldo Yoshio Akagui

Cargo do responsável

Diretor Presidente/Relações com Investidores

Os diretores acima qualificados, declaram que:

- a. reviram o formulário de referência
- b. todas as informações contidas no formulário atendem ao disposto na Instrução CVM nº 480, em especial aos arts. 14 a 19
- c. o conjunto de informações nele contido é um retrato verdadeiro, preciso e completo da situação econômico-financeira do emissor e dos riscos inerentes às suas atividades e dos valores mobiliários por ele emitidos



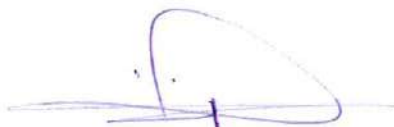
Diretor Presidente
Ronaldo Yoshio Akagui



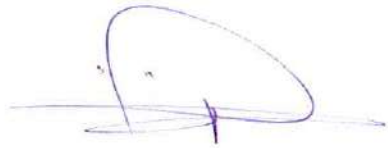
Diretor de Relação com Investidores
Ronaldo Yoshio Akagui



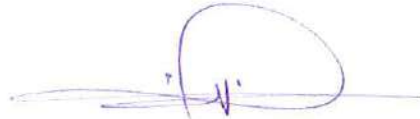
Diretor Presidente
Ronaldo Yoshio Akagui



Diretor de Relação com Investidores
Ronaldo Yoshio Akagui



Diretor Presidente
Ronaldo Yoshio Akagui



Diretor de Relação com Investidores
Ronaldo Yoshio Akagui

2. Auditores independentes / 2.1 / 2 - Identificação e remuneração

Possui auditor?	SIM
Código CVM	1032-4
Tipo auditor	Nacional
Nome/Razão social	BDO RCS Auditores Independentes S/S
CPF/CNPJ	54.276.936/0001-79
Período de prestação de serviço	05/02/2016 a 25/02/2016
Descrição do serviço contratado	Auditoria das demonstrações financeiras para o exercício encerrado em 31 de Dezembro de 2013, 2014 e 2015.
Montante total da remuneração dos auditores independentes segregado por serviço	A remuneração dos auditores independentes é de R\$ 95.000,00, referente somente a serviços de auditoria prestados.
Justificativa da substituição	Melhor proposta financeira.
Razão apresentada pelo auditor em caso da discordância da justificativa do emissor	n/a

Nome responsável técnico	Período de prestação de serviço	CPF	Endereço
Julian Clemente	05/02/2016 a 25/02/2016	085.922.988-22	Rua Major Quedinho, 90, Consolação, São Paulo, SP, Brasil, CEP 01050-030, Telefone (011) 59046400, Fax (11) 59046400, e-mail: julian.clemente@bdobrazil.com.br

Possui auditor?	SIM
Código CVM	1245-9
Tipo auditor	Nacional
Nome/Razão social	Crowe Horwath Macro Auditores Independentes Sociedade Simples
CPF/CNPJ	22.985.155/0001-67
Período de prestação de serviço	15/04/2016
Descrição do serviço contratado	Auditoria das demonstrações financeiras do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2016; 2017 e 2018 e revisão especial das informações trimestrais de 31/03, 30/06 e 30/09 de 2016.
Montante total da remuneração dos auditores independentes segregado por serviço	A remuneração dos auditores independentes é de R\$ 94.200,00, referentes somente a serviços de auditoria prestados por ano.
Justificativa da substituição	n/a
Razão apresentada pelo auditor em caso da discordância da justificativa do emissor	n/a

Nome responsável técnico	Período de prestação de serviço	CPF	Endereço
Sérgio Ricardo de Oliveira	15/04/2016	168.542.808-85	Avenida Paulista, 2315, 5º andar, Cerqueira Cesar, SP, Brasil, CEP 01311-300, Telefone (011) 56323733, e-mail: sergio.oliveira@crowehorwath.com.br

2. Auditores independentes / 2.3 - Outras inf. relev. - Auditores

Todas as informações relevantes e pertinentes a este tópico foram divulgadas nos itens acima.

3. Informações financ. selecionadas / 3.1 - Informações financeiras - Consolidado

(Reais Unidade)	Exercício social (31/12/2015)	Exercício social (31/12/2014)	Exercício social (31/12/2013)
Patrimônio Líquido	4.772.000,00	2.062.000,00	-60.000,00
Ativo Total	156.638.000,00	34.354.000,00	12.844.000,00
Rec. Liq./Rec. Intermed. Fin./Prem. Seg. Ganhos	10.270.000,00	5.170.000,00	0,00
Resultado Bruto	3.704.000,00	1.533.000,00	0,00
Resultado Líquido	2.498.000,00	1.123.000,00	-60.000,00
Número de Ações, Ex-Tesouraria Unidade	1.000	1.000	1.000

3. Informações financ. selecionadas / 3.2 - Medições não contábeis

a) e b)

Cálculo do EBITDA (Em R\$ mil)	Em 31 de dezembro de		
	2015	2014	2013
Receita Bruta	10.908	5.495	-
Receita Líquida Total	10.270	5.170	-
Resultado Operacional	2.502	1.128	(60)
(+) Depreciações e Amortizações	2	-	-
(+) Despesas financeiras	(382)	(91)	1
(=) EBITDA (Em R\$ mil)	2.122	1.037	(59)
Margem de EBITDA %	20,7%	20,1%	-

c) O EBITDA é utilizado como uma medida de desempenho por nossa Administração, motivo pelo qual entendemos ser importante a sua inclusão neste formulário. A administração da Companhia acredita que o EBITDA é uma medida prática para aferir seu desempenho operacional e permitir uma comparação com outras companhias do mesmo segmento. De acordo com o Ofício Circular CVM da SEP nº 2 de 2016, o EBITDA pode ser definido como lucros antes das receitas (despesas) financeiras líquidas, imposto de renda e contribuição social, depreciação e amortização e resultados não operacionais. O EBITDA Ajustado da Companhia consiste no lucro antes das receitas (despesas) financeiras líquidas, imposto de renda e contribuição social, depreciação e amortização, resultados não operacionais e itens não recorrentes, sendo que durante os anos abaixo, a administração não fez nenhum ajuste não recorrente.

3. Informações financ. selecionadas / 3.3 - Eventos subsequentes às DFs

Não houve qualquer evento subsequente às demonstrações financeiras do exercício encerrado em 31.12.2015.

3. Informações financ. selecionadas / 3.4 - Política destinação de resultados

A Companhia tinha natureza de Sociedade Limitada nos 3 últimos exercícios sociais. A apuração dos resultados era realizada anualmente e apresentada aos sócios ao final do exercício social. A destinação dos resultados era deliberada pelos sócios que eram responsáveis por determinar a capitalização dos lucros, a constituição de reservas ou a distribuição de dividendos.

Valores Disponíveis para Distribuição

Após a transformação da Companhia em Sociedade por ações, já no exercício corrente, a Política de destinação de resultados passou a estar expressamente prevista no Estatuto Social da Companhia. Anualmente, até a data da realização da assembleia geral ordinária, o Conselho de Administração da Companhia deverá fazer uma recomendação sobre a destinação do lucro líquido do exercício social anterior, que será objeto de deliberação dos acionistas.

De acordo com a Lei das Sociedades por Ações, o lucro líquido é definido como o resultado do exercício deduzidos as provisões para o imposto sobre a renda e para a contribuição social sobre o lucro líquido, prejuízos acumulados de exercícios sociais anteriores e quaisquer valores destinados ao pagamento de participações estatutárias de empregados e administradores. O lucro líquido da Companhia apurado, após as deduções previstas em lei, será destinado de acordo com o disposto no Estatuto Social da Companhia, sucessivamente, da seguinte forma: **(a)** 5% (cinco por cento) para a constituição de reserva legal, até que esta atinja o valor correspondente a 20% (vinte por cento) do capital social; **(b)** 25% (vinte e cinco por cento) para distribuição aos acionistas a título de dividendo obrigatório, compensados os dividendos intermediários que tenham sido declarados no curso do exercício e o valor líquido dos juros sobre o capital próprio; **(c)** o saldo do lucro líquido, se houver, terá a destinação que a Assembleia Geral determinar, observadas as disposições legais aplicáveis e o disposto em Acordo de Acionistas arquivado na sede social. O Conselho de Administração poderá, em qualquer periodicidade, levantar balanços intermediários e declarar dividendos à conta de lucros apurados ou de reserva de lucros existentes nesses balanços, observadas as restrições legais aplicáveis e o disposto em Acordo de Acionistas arquivado na sede social da Companhia.

3. Informações financ. selecionadas / 3.4 - Política destinação de resultados

Cálculo da Distribuição

Em linha com a Lei das Sociedades por Ações, o Estatuto Social da Companhia prevê que uma quantia equivalente a, no mínimo, 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido anual ajustado, conforme reduzido pelas destinações à reserva legal e à reserva para contingências (se houver), e conforme acrescido da reversão de valores da reserva de contingências formada em exercícios anteriores (se houver), deverá estar disponível para distribuição a título de dividendo ou pagamento de juros sobre o capital próprio, em qualquer exercício social. Ademais, o dividendo mínimo obrigatório poderá ser limitado à parcela realizada do lucro líquido. Os cálculos do lucro líquido e das alocações para reservas, bem como dos valores disponíveis para distribuição, são determinados com base nas nossas demonstrações contábeis não consolidadas preparadas de acordo com a Lei das Sociedades por Ações.

A Lei das Sociedades por Ações permite, entretanto, que o pagamento do dividendo mínimo obrigatório seja suspenso, caso o Conselho de Administração informe à assembléia geral que a distribuição seria desaconselhável em vista da situação financeira da Companhia. O Conselho Fiscal, se em funcionamento, deverá dar parecer sobre esta recomendação e os Administradores deverão apresentar justificativa à CVM para a suspensão. Os lucros não distribuídos em razão da suspensão na forma acima mencionada serão destinados a uma reserva especial e, caso não sejam absorvidos por prejuízos subseqüentes, deverão ser pagos, a título de dividendos, tão logo a situação financeira da Companhia assim o permita.

Reservas de Lucros

As reservas de lucros compreendem a reserva legal, a reserva de lucros a realizar, a reserva para contingências, a reserva de retenção de lucros e a reserva estatutária.

Reserva legal: De acordo com a Lei das Sociedades por Ações, a Companhia deve destinar 5% (cinco por cento) do lucro líquido de cada exercício social para constituição da reserva legal, até que o valor da reserva seja igual a 20% (vinte por cento) de seu capital integralizado. Não obstante, a Companhia não é obrigada a fazer qualquer destinação à reserva legal com relação a qualquer exercício social em que o saldo da reserva legal, acrescido do montante das reservas de capital, exceder 30% (trinta por cento) do seu capital social. Os valores a serem alocados à reserva legal devem ser aprovados em assembléia geral e só podem ser utilizados para compensar prejuízos ou aumentar o capital social, não estando, portanto, disponíveis para pagamento de dividendos.

3. Informações financ. selecionadas / 3.4 - Política destinação de resultados

Reserva de lucros a realizar: De acordo com a Lei das Sociedades por Ações, no exercício social em que o valor do dividendo obrigatório ultrapassar a parcela realizada do lucro líquido, o excesso poderá ser destinado à constituição de reserva de lucros a realizar. Nos termos da Lei supra citada, considera-se-a realizada a parcela do lucro líquido do exercício que exceder a soma dos seguintes valores (i) o resultado líquido positivo (se houver) da equivalência patrimonial e (ii) o lucro, ganho ou rendimento em operações cujo prazo de realização financeira ocorra após o término do exercício social seguinte. Os lucros registrados na reserva de lucros a realizar, quando realizados e se não tiverem sido absorvidos por prejuízos em exercícios subseqüentes, deverão ser acrescidos ao primeiro dividendo declarado após a sua realização. Em 31 de dezembro de 2015 e 2014 a Sugoí possuía reserva de lucros a realizar de R\$ 3.561 de R\$ 1.063 (em milhares) respectivamente.

Reserva para contingências: De acordo com a Lei das Sociedades por Ações, parte do lucro líquido poderá ser destinada à formação da reserva para contingências, com a finalidade de compensar, em exercício futuro, a diminuição do lucro decorrente de perda julgada provável, cujo valor possa ser estimado. Qualquer valor assim destinado à reserva para contingências deverá ser revertido no exercício social em que a perda que tenha sido antecipada não venha, de fato, a ocorrer, ou deverá ser baixado na hipótese de a perda antecipada efetivamente ocorrer. A alocação dos recursos destinados à reserva para contingências está sujeita à aprovação dos acionistas em assembléia geral.

Reserva de retenção de lucros: De acordo com a Lei das Sociedades por Ações, a assembléia geral poderá deliberar reter parcela do lucro líquido do exercício prevista em orçamento de capital previamente aprovado. Se tal orçamento tiver duração superior a um exercício social, deverá ser revisado anualmente pela assembléia geral. A alocação de lucro líquido para esta reserva não poderá ser feita em detrimento do pagamento do dividendo mínimo obrigatório.

Reserva estatutária: De acordo com a Lei das Sociedades por Ações, o Estatuto Social da Companhia poderá criar reservas, onde poderemos alocar parte do seu lucro líquido, devendo indicar a finalidade, critério de cálculo e limite máximo da reserva. A alocação de lucro líquido para esta reserva não poderá ser feita em detrimento do pagamento do dividendo mínimo obrigatório.

O saldo das reservas de lucros, exceto da reserva para contingências e da reserva de lucros a realizar, não poderão exceder o capital social. Se isso acontecer, a assembléia geral deverá deliberar sobre a aplicação do excesso na integralização ou aumento e subscrição do capital social, ou no pagamento de dividendos. O lucro líquido do exercício não destinado de acordo com o disposto acima deverá ser pago como dividendos.

3. Informações financ. selecionadas / 3.4 - Política destinação de resultados

Pagamento de Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio

A Lei das Sociedades por Ações determina que o estatuto social de uma sociedade anônima brasileira especifique um percentual mínimo do lucro para pagamento aos acionistas a título de dividendo ou sob a forma de juros sobre o capital próprio. Em atendimento ao disposto na Lei das Sociedades por Ações, o dividendo obrigatório foi fixado em 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido do exercício. Para maiores informações vide “Cálculo da Distribuição” acima.

Dividendos

De acordo com a Lei das Sociedades por Ações e o Estatuto Social da Companhia, é realizada uma assembléia geral ordinária nos 4 primeiros meses seguintes ao término do exercício social, para deliberar, dentre outras coisas, sobre o pagamento de dividendos, que toma por base as demonstrações contábeis auditadas, referentes ao exercício social imediatamente anterior.

Os titulares de ações da Companhia na data em que o dividendo for declarado farão jus ao recebimento dos dividendos. Nos termos da Lei das Sociedades por Ações, o dividendo anual deve ser pago no prazo de 60 dias a contar de sua declaração, a menos que a deliberação de acionistas estabeleça outra data de pagamento. Em qualquer hipótese, o pagamento de dividendos deverá ocorrer antes do encerramento do exercício social em que tenham sido declarados.

Os acionistas da Companhia têm prazo de 3 anos, contados da data de pagamento de dividendos, para reclamar dividendos, ou pagamentos de juros sobre o capital próprio, referentes às suas ações, após o qual o valor dos dividendos não reclamados reverterá em favor da Companhia.

De acordo com o Estatuto Social da Companhia, o Conselho de Administração pode (i) declarar dividendos intermediários baseado em balanços semestrais, trimestrais ou períodos menores; ou (ii) declarar dividendos ou juros sobre o capital próprio, à conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes no último balanço anual ou semestral. O total de dividendos pagos com base em balanços referentes a período inferior a seis meses, não pode exceder o montante das nossas reservas de capital. Os dividendos intermediários podem ser abatidos do valor do dividendo obrigatório relativo ao lucro líquido do final do exercício em que os dividendos intermediários foram pagos.

Juros sobre o Capital Próprio

Desde 1º de janeiro de 1996, as sociedades brasileiras estão autorizadas a pagar juros sobre o capital próprio dos seus acionistas e considerar tais pagamentos dedutíveis do lucro para fins de cálculo do imposto de renda de pessoa jurídica e, a partir de 1997, também para fins de cálculo da contribuição social sobre o lucro líquido. A dedução fica, de modo geral, limitada em relação a um determinado

3. Informações financ. selecionadas / 3.4 - Política destinação de resultados

exercício, ao que for maior entre (i) 50% (cinquenta por cento) do lucro líquido (após as deduções de provisões para a contribuição social sobre o lucro líquido, mas antes de se considerar a provisão para o imposto de renda de pessoa jurídica e juros sobre o capital próprio) do período com relação ao qual o pagamento seja efetuado; e (ii) 50% (cinquenta por cento) dos lucros acumulados e reservas de lucros no início do exercício social em relação ao qual o pagamento seja efetuado. Os juros sobre o capital próprio ficam limitados à variação pro rata die da Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP). O valor pago a título de juros sobre o capital próprio, líquido de imposto de renda retido na fonte, poderá ser imputado como parte do valor do dividendo mínimo obrigatório. De acordo com a legislação aplicável, a Companhia deve pagar aos acionistas valor suficiente para assegurar que a quantia líquida recebida por eles a título de juros sobre o capital próprio, descontado o pagamento do imposto de renda retido na fonte, acrescida do valor dos dividendos declarados, seja equivalente ao menos ao montante do dividendo mínimo obrigatório. Qualquer pagamento de juros sobre o capital próprio aos acionistas, sejam eles residentes ou não no Brasil, está sujeito ao imposto de renda retido na fonte à alíquota de 18% (dezoito por cento), sendo que esse percentual será de 25% (vinte e cinco) caso o acionista que receba os juros seja residente em um paraíso fiscal (i.e., um país onde não exista imposto de renda ou que tenha imposto de renda com percentual máximo fixado abaixo de 20% (vinte por cento) ou onde a legislação local imponha restrições à divulgação da composição dos acionistas ou do proprietário do investimento).

Política de Dividendos

A Companhia pretende declarar e pagar dividendos e/ou juros sobre o capital próprio, no montante mínimo de 25% (vinte e cinco por cento) do seu lucro líquido do exercício social, ajustado de acordo com a Lei das Sociedades por Ações e de seu Estatuto Social. A declaração anual de dividendos, incluindo o pagamento de dividendos que excedam o dividendo mínimo obrigatório, necessita de aprovação por voto da maioria dos acionistas reunidos em assembléia geral e dependerá de diversos fatores. Tais fatores incluem os resultados operacionais, situação financeira, disponibilidade de caixa, perspectivas futuras e outros fatores que o Conselho de Administração e acionistas da Companhia julguem relevantes.

A Sugoí não distribuiu dividendos e/ou juros sobre capital próprio aos seus acionistas nos últimos 3 exercícios sociais, conforme detalhado abaixo:

No exercício findo em 31/12/2013, a Companhia apresentou um prejuízo de R\$ 60 mil de forma que não remanesceu lucro líquido, tal como definido no artigo 191 da lei 6.404/76 conforme alterada, a distribuir.

No exercício findo em 31/12/2014, a Companhia apresentou um lucro de R\$ 1.063 mil, destinado para reservas de lucros a realizar de forma que não remanesceu

3. Informações financ. selecionadas / 3.4 - Política destinação de resultados

lucro líquido, tal como definido no artigo 191 da lei 6.404/76 conforme alterada, a distribuir.

No exercício findo em 31/12/2015, a Companhia apresentou um lucro de R\$ 3.561 mil, destinado para reservas de lucros a realizar de forma que não remanesceu lucro líquido, tal como definido no artigo 191 da lei 6.404/76 conforme alterada, a distribuir.

	31.12.2015	31.12.2014	31.12.2013
a) Regras sobre retenção de lucros	De acordo com o contrato social, o lucro calculado no final de cada ano pode ser distribuído, capitalizado, ou destinado a constituição de fundo de reservas.	De acordo com contrato social, o lucro calculado no final de cada ano pode ser distribuído, capitalizado, ou destinado a constituição de fundo de reservas.	De acordo com contrato social, o lucro calculado no final de cada ano pode ser distribuído, capitalizado, ou destinado a constituição de fundo de reservas.

3. Informações financ. selecionadas / 3.4 - Política destinação de resultados

b) Regras sobre distribuição de dividendos	De acordo com contrato social, o lucro calculado no final de cada ano pode ser distribuído, capitalizado, ou destinado a constituição de fundo de reservas. Por deliberação da maioria dos sócios presentes em reunião, a Sociedade pode, ainda, levantar balanços intermediários e, com base neles, distribuir resultados. A distribuição de lucros pode ser feita de forma desproporcional, caso seja assim deliberado pela maioria dos sócios presentes em reunião. Não há valor mínimo estabelecido para ser distribuído.	De acordo com contrato social, o lucro calculado no final de cada ano pode ser distribuído, capitalizado, ou destinado a constituição de fundo de reservas. Por deliberação da maioria dos sócios presentes em reunião, a Sociedade pode, ainda, levantar balanços intermediários e, com base neles, distribuir resultados. A distribuição de lucros pode ser feita de forma desproporcional, caso seja assim deliberado pela maioria dos sócios presentes em reunião. Não há valor mínimo estabelecido para ser distribuído	De acordo com contrato social, o lucro calculado no final de cada ano pode ser distribuído, capitalizado, ou destinado a constituição de fundo de reservas. Por deliberação da maioria dos sócios presentes em reunião, a Sociedade pode, ainda, levantar balanços intermediários e, com base neles, distribuir resultados. A distribuição de lucros pode ser feita de forma desproporcional, caso seja assim deliberado pela maioria dos sócios presentes em reunião. Não há valor mínimo estabelecido para ser distribuído
c) Periodicidade das distribuições de dividendos	A qualquer tempo, por deliberação da maioria dos sócios presente em reunião.	A qualquer tempo, por deliberação da maioria dos sócios presente em reunião.	A qualquer tempo, por deliberação da maioria dos sócios presente em reunião.
d) Restrições à distribuição de dividendos	Não possui nenhuma restrição para a distribuição de dividendos.	Não possui nenhuma restrição para a distribuição de dividendos.	Não possui nenhuma restrição para a distribuição de dividendos.

3. Informações financ. selecionadas / 3.5 - Distribuição de dividendos

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

A Companhia não distribuiu dividendos e/ou juros sobre capital próprio aos seus acionistas nos últimos 3 exercícios sociais. No exercício findo em 31/12/2013, a Sugoi apresentou um prejuízo de R\$ 60 mil de forma que não remanesceu lucro líquido, tal como definido no artigo 191 da lei 6.404/76 conforme alterada, a distribuir. No exercício findo em 31/12/2014, a Sugoi apresentou um lucro de R\$ 1.063 mil, destinado para reservas de lucros a realizar de forma que não remanesceu lucro líquido, tal como definido no artigo 191 da lei 6.404/76 conforme alterada, a distribuir. No exercício findo em 31/12/2015, a Sugoi apresentou um lucro de R\$ 3.561 mil, destinado para reservas de lucros a realizar de forma que não remanesceu lucro líquido, tal como definido no artigo 191 da lei 6.404/76 conforme alterada, a distribuir.

3. Informações financ. selecionadas / 3.6 - Dividendos-Lucros Retidos/Reservas

Não houve nos exercícios sociais encerrados em 31.12.2013, 31.12.2014 e 31.12.2015 distribuição de dividendos declarados à conta de lucros retidos ou reservas constituídas em exercícios sociais anteriores.

	31.12.2015	31.12.2014	31.12.2013
Lucros Retidos (em	3.561	1.063	Não houve
Reservas	Não houve	Não houve	Não houve

3. Informações financ. selecionadas / 3.7 - Nível de endividamento

Exercício Social	Soma do Passivo Circulante e Não Circulante	Tipo de índice	Índice de endividamento	Descrição e motivo da utilização de outro índice
31/12/2015	151.866.000,00	Índice de Endividamento	0,96953485	

3. Informações financ. selecionadas / 3.8 - Obrigações

Exercício social (31/12/2015)							
Tipo de Obrigação	Tipo de Garantia	Descrever outras garantias ou privilégios	Inferior a um ano	Um a três anos	Três a cinco anos	Superior a cinco anos	Total
Empréstimo	Garantia Real		843.000,00	0,00	0,00	0,00	843.000,00
Total			843.000,00	0,00	0,00	0,00	843.000,00
Observação							

3. Informações financ. selecionadas / 3.9 - Outras inf. relev. - Inf. Financeiras

Todas as informações relevantes e pertinentes a este tópico foram divulgadas nos itens acima.

4. Fatores de risco / 4.1 - Descrição - Fatores de Risco

a) com relação à Companhia

A Companhia tem foco de atuação na construção de residências de primeira moradia. O acesso ao crédito dos potenciais compradores destas residências tem implicação na estratégia de crescimento sustentável da Companhia.

O público alvo da Companhia, que é o de primeira moradia, tem concentração de alta demanda. Os índices estatísticos de crescimento vegetativo apontam, longo período para atendimento da demanda. Por outro lado, as instituições financeiras e a política de crédito do Sistema Financeiro de Habitação (SFH) influenciam diretamente na continuidade das ações estratégicas da Companhia e na implementação do seu crescimento.

O fomento do crédito ao potencial comprador, prazo de financiamento e taxa de juros são importantes para o implemento das ações sustentáveis de crescimento da Companhia.

Eventuais problemas de atrasos e falhas em nossos empreendimentos podem ter um efeito adverso em nossa imagem e sujeitar-nos a imposição de responsabilidade civil.

Além de construirmos diretamente, também terceirizamos parte dos serviços de construção de que necessitamos para desenvolver nossos empreendimentos. Deste modo, o prazo e a qualidade dos empreendimentos dos quais participamos dependem certas vezes de fatores que estão fora do nosso controle e alheios a nossa vontade, incluindo, mas não se limitando: a condições climáticas, greves, manifestações, blackout de mão de obra, blackout de insumos da construção civil e alta da inflação. Nestas hipóteses, podemos incorrer em despesas inesperadas, o que poderá ter um efeito material adverso na nossa condição financeira e nos nossos resultados operacionais.

b) com relação ao seu controlador, direto ou indireto, ou grupo de controle

Nossos Acionistas Controladores poderão ter interesses conflitantes com os interesses da Companhia.

Se os Acionistas Controladores votarem como um único bloco, terão poderes para, dentre outros, eleger a maioria dos membros do nosso Conselho de Administração e determinar o resultado das deliberações que exijam aprovação de acionistas, inclusive nas operações com partes relacionadas, reorganizações societárias e o pagamento de quaisquer dividendos. O interesse de nossos Acionistas Controladores, ou de seus eventuais sucessores, poderá diferir dos interesses comuns da Companhia.

c) com relação aos seus acionistas

Podemos vir a precisar de capital adicional no futuro, por meio da emissão de valores mobiliários, o que poderá resultar em uma diluição da participação do investidor em nossas ações.

É possível que tenhamos interesse em captar recursos no mercado de capitais, por meio de emissão

4. Fatores de risco / 4.1 - Descrição - Fatores de Risco

de ações e/ou colocação pública ou privada de títulos conversíveis em ações. A captação de recursos adicionais por meio da emissão pública de ações, que pode não prever direito de preferência aos nossos atuais acionistas, poderá acarretar diluição da participação acionária do investidor no nosso capital social.

d) com relação à suas controladas e coligadas

Nossas parcerias podem não ser bem-sucedidas em função de fatores diversos.

Não há como assegurar que nossas parcerias e joint ventures serão bem-sucedidas e produzirão os resultados esperados. As dificuldades de atender adequadamente às necessidades de nossos clientes e possibilidade de parcerias e joint ventures não serem bem-sucedidas poderão prejudicar as nossas atividades, situação financeira e resultados operacionais.

Os riscos relacionados às parcerias e joint ventures incluem, dentre outros: (i) dificuldade em manter um bom relacionamento entre nós e nossos parceiros (atuais e futuros), (ii) dificuldades financeiras dos parceiros, que poderão resultar na necessidade de investimentos adicionais de nossa parte, (iii) atos e fatos que venham a prejudicar nossa reputação e/ou marca, bem como de parceiros e/ou subsidiárias, (iv) divergência de interesses econômicos e comerciais entre nós e nossos parceiros, (v) e a responsabilização, em circunstâncias e condições específicas, pelas obrigações das SPEs, especialmente com relação àquelas de natureza tributária, trabalhista, ambiental e de defesa do consumidor. A ocorrência de tais riscos pode afetar o resultado estimado ou pode resultar na perda do nosso investimento realizado em tais Parcerias.

e) com relação a seus fornecedores

A conclusão dos projetos dentro do cronograma e a qualidade da mão-de-obra em nossas incorporações dependem de certos fatores que estão além do nosso controle.

O prazo e a qualidade dos empreendimentos dos quais participamos dependem certas vezes de fatores que estão fora do nosso controle, incluindo, mas não se limitando, a qualidade e tempestividade da entrega do material de construção para obras e a capacitação técnica dos profissionais e colaboradores terceirizados. A conclusão em tempo hábil e a qualidade da mão-de-obra utilizada nos nossos projetos imobiliários dependem de certos fatores que estão além de nosso controle, incluindo a qualidade e o fornecimento de materiais para os projetos por nossos fornecedores terceirizados em tempo hábil, assim como a capacidade técnica dos contratados e trabalhadores.

Eventuais falhas, atrasos ou defeitos na prestação dos serviços pelos fornecedores que contratamos podem ter um efeito negativo em nossa imagem e relacionamento com nossos clientes, podendo impactar negativamente nossos negócios e operações.

Adicionalmente, poderemos incorrer em custos tanto na incorporação quanto na construção de um empreendimento que ultrapassem nossas estimativas originais em razão de aumentos (inflação e/ou

4. Fatores de risco / 4.1 - Descrição - Fatores de Risco

escassez) de custos de materiais, de mão-de-obra ou quaisquer outros custos, caso não seja possível repassar esses aumentos de custos aos compradores.

f) com relação a seus clientes

Estamos sujeitos a riscos associados à concessão de financiamentos e à inadimplência.

A aquisição de unidades por nossos clientes é financiada principalmente por meio de empréstimos bancários (Sistema Financeiro da Habitação – SFH). Desta forma, estamos sujeitos aos riscos normalmente associados à concessão de financiamentos aos clientes.

g) com relação aos setores de atuação

O setor imobiliário no Brasil é altamente competitivo e podemos perder nossa posição no mercado em certas circunstâncias.

O setor imobiliário no Brasil é altamente competitivo e fragmentado, não existindo grandes barreiras que restrinjam o ingresso de novos concorrentes no mercado. Os principais fatores competitivos no ramo de incorporações imobiliárias incluem disponibilidade e localização de terrenos, preços, acesso a recursos, disponibilidade de financiamento, oferta e qualidade de projetos, reputação e parcerias de sucesso. Uma série de incorporadores residenciais e comerciais e companhias de serviços imobiliários concorrem conosco na aquisição de terrenos, na tomada de recursos financeiros para incorporação e na busca de compradores e locatários em potencial. Outras companhias, inclusive estrangeiras, em alianças com parceiros locais, podem passar a atuar ativamente no setor de incorporação imobiliária no Brasil nos próximos anos, aumentando ainda mais a concorrência. Na medida em que um ou mais dos nossos concorrentes iniciem uma campanha de marketing ou venda bem-sucedida, suas vendas poderão aumentar de maneira significativa, o que poderá reduzir nossas vendas.

h) com relação à regulação do setor de atuação

Nossas atividades estão sujeitas a extensa regulamentação, o que pode vir a aumentar nossos custos e limitar o nosso desenvolvimento ou de outra forma afetar adversamente as nossas atividades.

O setor imobiliário brasileiro está sujeito a extensa regulamentação expedida por diversas autoridades federais, estaduais e municipais. Essas regulamentações, inclusive aquelas relacionadas à incorporação e zoneamento, bem como as leis e regulamentos relativos à proteção ao consumidor, afetam a aquisição de terrenos e as atividades de incorporação imobiliária e construção. Somos obrigados a obter aprovação de várias autoridades governamentais para desenvolvermos a nossa atividade de incorporação imobiliária, o que pode gerar atrasos na conclusão de nossos empreendimentos. Além disso, novas leis ou regulamentos podem ser aprovados, implementados ou interpretados de modo a afetar adversamente as nossas atividades, situação financeira e resultados operacionais.

4. Fatores de risco / 4.1 - Descrição - Fatores de Risco

i) com relação aos países estrangeiros

A atuação da Companhia é restrita ao Brasil. Nesse sentido, considerando que a Companhia não tem atividade no exterior, não há riscos a serem apontados.

j) com relação a política socioambiental

Os riscos socioambientais, o quais são cabíveis de influenciar a decisão de investimentos são inerentes as atividades de construção, alterações em leis e normas ambientais, bem como mudanças climáticas, alterações de recursos hídricos e desastres naturais.

4. Fatores de risco / 4.2 - Descrição - Riscos de Mercado

O setor imobiliário é afetado pela conjuntura econômica do país e do próprio setor.

As atividades da Companhia estão expostas aos seguintes riscos financeiros: risco de mercado (incluindo risco de taxa de juros sobre: (i) financiamento imobiliário e (ii) financiamento de fluxo de caixa), risco de preço, risco de crédito e risco de liquidez.

Riscos Financeiros e que podem ser quantificados:

(a) Risco de crédito

(a.1) Taxa de Juros sobre Fluxo de Caixa:

Em 31/12/2015, a Companhia possuía um endividamento a título de empréstimo no montante de 843 mil reais.

Os empréstimos foram obtidos na modalidade de capital de giro, com a taxa de 21,69% ao ano.

(a.2) Financiamento Imobiliário e risco de crédito ao consumidor:

O acesso ao crédito pelos mutuários/adquirentes de imóveis é essencial para o fomento do mercado imobiliário.

A aquisição de imóveis residenciais como bem durável e de alto valor agregado necessita da disponibilidade de crédito para financiamento ao mutuário/adquirente, com o objetivo de compor o pagamento do valor do imóvel.

A falta ou restrição na oferta de crédito aos mutuários/adquirentes de imóveis impactam diretamente o mercado imobiliário.

A elevação das taxas sobre o crédito imobiliário também é fator inibidor na decisão de compra pelo mutuário/adquirente de imóveis, afetando assim a procura sobre os imóveis disponíveis em mercado.

Com relação ao risco de crédito da Companhia decorrente de financiamento direto a mutuários/adquirentes de imóveis, a exposição total da Companhia é de aproximadamente 20% do total de seus recebíveis. A diferença (aproximadamente 80%) é recebida diretamente das Instituições Financeiras que concedem créditos aos mutuários/adquirentes.

Nos últimos 3 exercícios não houve inadimplência significativa dos mutuários que possa afetar de forma substancial o risco de crédito da Companhia.

4. Fatores de risco / 4.2 - Descrição - Riscos de Mercado

Além disso, o risco de crédito da Companhia é avaliado como insignificante, face as unidades estarem em construção e não serem entregues aos clientes em caso de estarem em inadimplência.

(a.3) Risco de Preço:

O preço das unidades residenciais pode ser afetado pelo custo financeiro do crédito ofertado aos mutuários/adquirentes, bem como pelo índice de atualização dos insumos da construção (INCC).

A taxa de juros média dos últimos 12 meses aplicada pelos bancos na oferta de crédito aos mutuários/adquirentes foi de 8% ao ano.

O Índice Nacional da Construção Civil (INCC) dos últimos 12 meses foi de 7,48%.

Nos últimos 12 meses, os juros aplicados aos mutuários/adquirentes e a atualização dos insumos da construção (INCC) permaneceram dentro dos limites de mercado, não afetando o preço das unidades.

(b) Risco de liquidez

Este é o risco de a Companhia não dispor de recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descasamento de prazo ou de volume de recebimentos e pagamentos previstos.

Para administrar a liquidez de caixa, premissas de desembolsos e recebimentos futuros são determinados e monitorados em uma base diária.

A Companhia apresenta os seguintes números para aferição da liquidez:

Índice de Liquidez nos últimos 3 anos: 0,98 - 1,06 - 1,03 respectivamente, conforme tabela abaixo:

		2013	2014	2015
Ativo	Circulante	12.706	33.008	74.305
	Não Circulante	131	1.326	82.131
Passivo	Circulante	9.876	24.917	137.385
	Não Circulante	3.208	7.375	14.481
Líquidez Geral		0,98	1,06	1,03

Abaixo estão os principais fatores de mercado, conceituais, que, de alguma forma expõem as atividades da Companhia a riscos, e que não podem ser quantificados:

4. Fatores de risco / 4.2 - Descrição - Riscos de Mercado

(i) Inflação:

A inflação afeta, diretamente, ao menos de duas formas o mercado imobiliário:

(a) Com a elevação da inflação, os insumos da construção civil são afetados, com isso, o acréscimo no custo previsto para a construção dos imóveis são repassados no valor de venda;

(b) A inflação também é repassada ao mutuário/adquirente em carteira, ou seja, que já assinaram contrato, como atualização do preço a ser pago até que o imóvel seja totalmente construído.

(ii) Conjuntura Econômica:

A conjuntura econômica global e do país podem afetar a confiança do mutuário/adquirente na aquisição do imóvel.

É sensorial também, no mercado imobiliário, as demonstrações da conjuntura econômica global ou do país.

A existência de incertezas econômicas, financeiras e políticas podem afetar a conjuntura econômica, e prejudicar o comportamento de compra dos mutuários/adquirentes.

(iii) Insumos da Construção Civil:

A construção de residências compete com outras áreas da construção civil, inclusive em níveis globais.

Grande parte dos insumos da construção de residências também se aplicam à construção pesada de infraestrutura, e a alta demanda por insumos da construção civil em outros segmentos podem afetar o mercado imobiliário residencial.

(iv) Demanda:

A existência de demanda para aquisição de novos imóveis é fator necessário à oferta.

Atualmente, no país, a demanda existente por novas moradias é superior à oferta, por outro lado, a demanda deve ser estudada à cada novo empreendimento a ser lançado, tendo em vista densidade demográfica.

(v) Fatores Demográficos:

Complementando o item retro, a ocupação urbanística é cíclica e migratória.

4. Fatores de risco / 4.2 - Descrição - Riscos de Mercado

Fatores econômicos e mudanças na legislação urbanísticas que são adstritas aos municípios podem fazer com que haja maior oferta do que procura em determinados polos regionais e/ou cidades.

Desta forma, há a necessidade de pesquisa sensorial a cada novo projeto estudado.

(vi) Legislações Municipais (Zoneamentos):

A legislação urbanística é alterada de tempos em tempos nos municípios brasileiros, tendo em vista a mudança constante no comportamento populacional do Brasil.

Tais mudanças podem afetar determinados bairros, cidades e/ou centros regionais.

(vii) Disponibilidade de Terrenos:

Somado à legislação urbanística e seus aspectos permissivos, a oferta de terrenos aptos à construção de residências podem se tornar restritivos e/ou escassos.

(viii) Políticas Governamentais:

Políticas governamentais podem restringir a construção de imóveis, quer sejam de ordem econômica, ambiental ou protetivas de determinados setores da economia.

(ix) Macroeconômico:

O mercado de valores mobiliários de emissão de companhias brasileiras é influenciado pelas condições econômicas e de mercado de outros países, inclusive Estados Unidos, da União Europeia e de outras economias emergentes. Apesar de a conjuntura econômica desses países ser significativamente diferente da conjuntura econômica do Brasil, a reação dos investidores aos acontecimentos nesses outros países pode ter um efeito adverso relevante sobre o valor de mercado dos valores mobiliários de companhias brasileiras. Crises nos Estados Unidos, na União Europeia ou em países emergentes podem reduzir o interesse de investidores nos valores mobiliários de companhias brasileiras, inclusive os valores mobiliários de nossa emissão.

4. Fatores de risco / 4.3 - Processos não sigilosos relevantes

A Companhia ou suas controladas estão sujeitas a diversos processos judiciais e procedimentos administrativos tributários, trabalhistas, cíveis e ambientais. Os processos judiciais e procedimentos administrativos não estão sob sigilo e são tidos como relevantes os abaixo descritos:

I) Tributários

Não temos processos administrativos e/ou judiciais tributários em curso em face da Companhia. Nossos empreendimentos estão sob o Regime Especial Tributário (RET), que é calculado sobre a receita.

II) Trabalhistas

Não temos processos administrativos e judiciais trabalhistas que não estejam sob sigilo e que sejam relevantes para os nossos negócios.

III) Processos Cíveis

A Companhia não possui processos judiciais, administrativos ou arbitrais de natureza cível, nos quais seja parte, que sejam relevantes para os seus negócios.

IV) Outros

A Companhia não possui processos judiciais, administrativos ou arbitrais de outra natureza, nos quais seja parte, e que sejam relevantes para os seus negócios.

4. Fatores de risco / 4.4 - Processos não sigilosos – Adm/Contr/Invest

A Companhia e suas controladas não possuem processos judiciais, administrativos ou arbitrais cujas partes contrárias sejam administradores ou ex-administradores, controladores ou ex-controladores ou investidores da Companhia ou de suas controladas.

4. Fatores de risco / 4.5 - Processos sigilosos relevantes

A Companhia e suas controladas não possuem processos sigilosos relevantes em que a Companhia ou suas controladas sejam parte e que não tenham sido divulgados acima.

4. Fatores de risco / 4.6 - Processos repetitivos ou conexos

A Companhia e suas controladas não possuem processos judiciais, administrativos e arbitrais repetitivos ou conexos, baseados em fatos e causas jurídicas semelhantes, que não estejam sob sigilo e que em conjunto sejam relevantes.

4. Fatores de risco / 4.7 - Outras contingências relevantes

A Companhia atualmente não possui contingências relevantes.

4. Fatores de risco / 4.8 - Regras-país origem/país custodiante

A Companhia atualmente não possui valores mobiliários negociados no exterior.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

a) A política de gerenciamento de risco da Companhia foi adotada pelo Conselho de Administração em reunião realizada em sua sede na data de 05 de março de 2016.

A Companhia adota como política de gerenciamento de risco:

I. Manter um nível de caixa mínimo como forma de assegurar a disponibilidade de recursos financeiros e minimizar riscos de liquidez;

II. Monitorar frequentemente o desenvolvimento de seus projetos e as tendências do mercado imobiliário para aprimorar nossa leitura e entendimento como forma de atenuar os riscos do mercado e maximizar o retorno do negócio; e

III. Monitorar a eficiência e diligência nos seus gastos, analisando seus diversos processos e a forma como os investimentos estão sendo alocados, bem como o acompanhamento das despesas analisando possíveis reduções, atenuando assim riscos de desperdício.

Para convalidar os processos acima, a Companhia conta com auditoria externa de gerenciamento e aferição das obras e com atualização trimestral de sua política de qualidade.

A Companhia adota como política de controle interno:

O gerenciamento é realizado individualmente por seus departamentos, sendo que, em relação as obras, a Companhia possui na engenharia um departamento de planejamento que faz aferição mensal da evolução físico-financeira. Quanto ao financeiro, o fluxo de caixa é revisado todo mês, para o controle de caixa mínimo, conforme estabelecido na política.

A Companhia possui para integração tanto operacional de obra, quanto financeira e contábil, de um ERP (SIENGE) que permite maior controle e efetividade nas operações técnico administrativas de seu objeto social, bem como, de auditorias independentes.

b) Os objetivos gerais da estratégia é manter o previsto em planejamento para cada empreendimento da Companhia.

i. Os riscos para os quais se busca proteção.

Controle de aplicação de material em obras, evitando-se desperdícios, menor custo e prazo; Avaliação do descasamento de fluxo de caixa, a fim de se prever

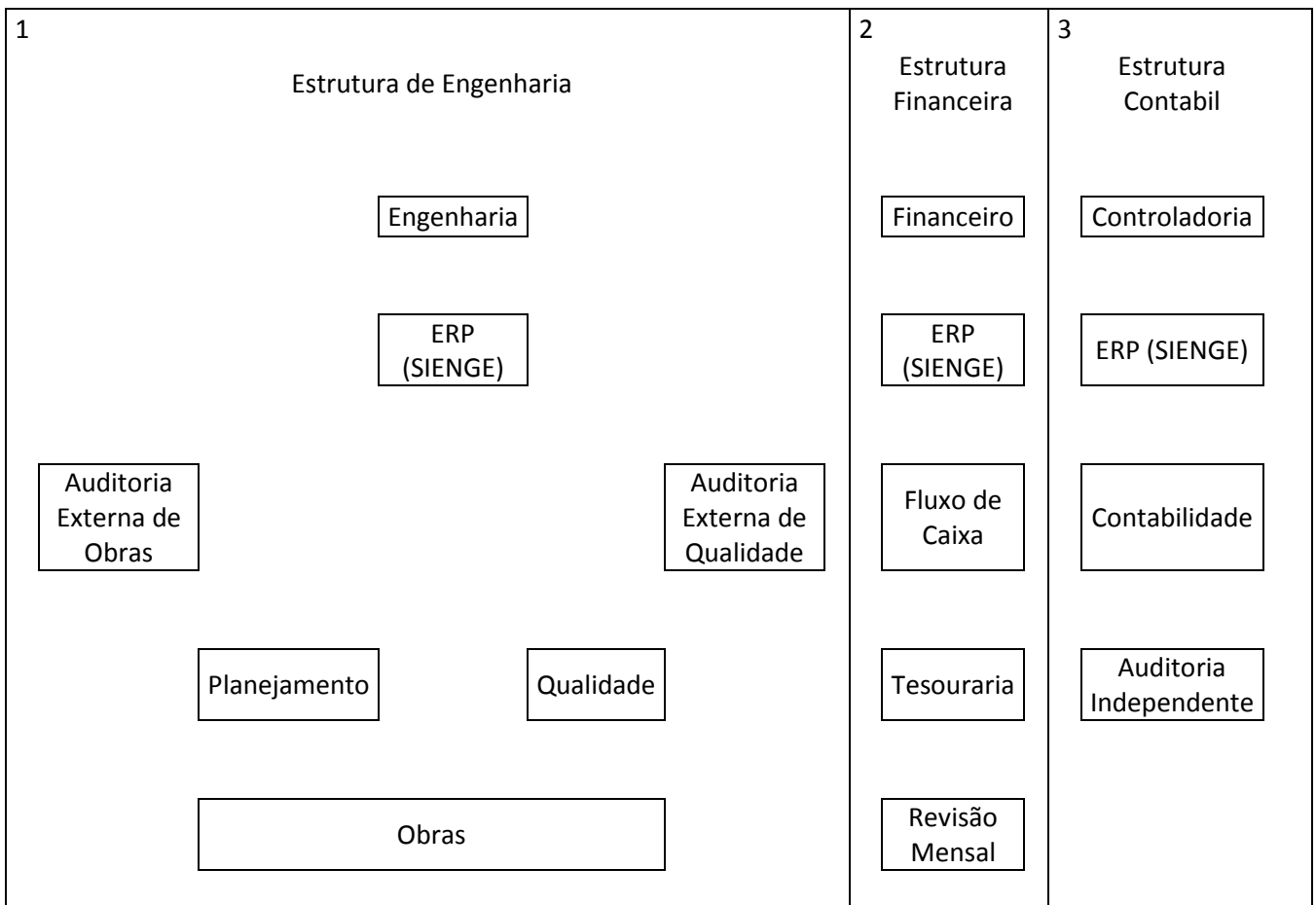
5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

necessidade de caixa adicional e forma de novo financiamento.

ii. Os instrumentos utilizados para proteção.

Cronogramas dos empreendimentos, com suas avaliações periódicas, através do Planejamento Estratégico; Auditoria externa das obras; Sistema Integrado ERP (SIENGE); Auditoria Independente das Demonstrações Contábeis; e Avaliação Anual externa de Qualidade das Obras.

iii. a estrutura organizacional de gerenciamento de riscos.



A estrutura organizacional de gerenciamento de riscos obedece ao critério da atividade preponderante da Companhia.

A administração entende que atividade mandante das operações da Companhia é a engenharia, pois tudo passa por ela.

As ações de engenharia/incorporação dão o início a todas as demais atividades predecessoras à Companhia, quais sejam, Financeira e Contábil.

A Companhia tem como política controlar bem os processos de engenharia através de

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

sistema (ERP), que possibilita a sincronia da gestão financeira e a parametrização da contabilidade e facilita a tomada de decisões. Nesse sentido é possível se obter uma foto panorâmica tirada de tempos em tempos para a avaliação da Diretoria, dos Comitês e do Conselho de Administração.

Estão envolvidos na estrutura organizacional de gerenciamento de risco, os comitês de: (i) Riscos e Compliance; (ii) Investimentos; (iii) Financeiro; e (iv) de Produção, além da (v) Diretoria e, por fim, o (vi) Conselho de Administração.

Cabe ao Comitê de Investimentos avaliar os aspectos propostos a cada novo projeto analisado pela Companhia, e, na sequência, em sendo viável, apresentá-lo ao conselho de administração, propondo uma nova aquisição de investimentos.

Cabe ao Comitê de Produção o zelo pela correta execução dos projetos e das obras conforme o planejado e cadastrado em sistema (ERP), corrigindo eventuais descaminhos, propondo planos de correção e de impactos, e de melhorias.

Ao Comitê Financeiro cabe fiscalizar a projeção do fluxo de caixa da Companhia e suas controladas em sua aplicação mensal, bem como o acompanhamento dos empreendimentos já lançados em relação aos estudos realizados e aprovados anteriormente. A análise do comportamento de cada projeto/empreendimento em sua evolução pelo Comitê Financeiro possibilita analisar a necessidade de novos investimentos, financiamentos e do custo de capital.

Acompanhando os Comitês acima mencionados, e nesta ordem, o Comitê de Riscos e Compliance analisa os relatórios e ações analisadas pelos demais comitês com o intuito de acompanhar e supervisionar o processo de gerenciamento de riscos, exigindo da Diretoria e demais colaboradores o fiel cumprimento pela Companhia de todo o regramento de Compliance.

A estrutura hierárquica obedece à ordem mencionada acima, onde os Comitês cumprem com as diretrizes gerais estabelecidas pelo Estatuto e/ou Conselho de Administração, monitorando a Diretoria quanto a sua execução, para, na sequência, voltar a apresentação dos resultados em seus acompanhamentos ao Conselho de Administração.

No ciclo definido no gerenciamento de riscos, e no envolvimento dos Comitês, em especial o de Compliance, a Companhia entende que não há a necessidade da adoção de outros Comitês específicos, e/ou auditorias internas, além da externa já apontada no organograma acima, conforme princípios adotados por entidades como COSO (Committee of Sponsoring Organization of the Treadway Commission).

O gerenciamento de risco da Companhia é feito individualmente por seus departamentos, conforme estrutura detalhada no quadro acima e também conta

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

com a participação de Auditoria Externa.

c) A Companhia considera adequada a estrutura operacional e de controles internos para verificação da efetividade dos procedimentos adotados para acompanhar e mitigar os riscos da operação.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado

a) A Companhia possui política de gerenciamento de risco, que foi adotada pelo Conselho de Administração em reunião realizada em sua sede na data de 05 de março de 2016.

A Companhia adota como política de gerenciamento de risco:

I. Manter um nível de caixa mínimo como forma de assegurar a disponibilidade de recursos financeiros e minimizar riscos de liquidez;

II. Monitorar frequentemente o desenvolvimento de seus projetos e as **tendências do mercado imobiliário (grifo)** para aprimorar nossa leitura e entendimento como forma de atenuar os riscos do mercado e maximizar o retorno do negócio; e

III. Monitorar a eficiência e diligência nos seus gastos, analisando seus diversos processos e a forma como os investimentos estão sendo alocados, bem como o acompanhamento das despesas, analisando possíveis reduções, atenuando assim riscos de desperdício.

Para convalidar os processos acima, a Companhia, por sua Diretoria, avalia semanalmente o desempenho financeiro de seus Empreendimentos e as tendências de mercado em relação às vendas e às questões técnicas de obra em suas evoluções.

b)

i. os riscos de mercado para os quais se busca proteção

A Companhia busca proteção para riscos de liquidez, mercadológicos e de resultado.

ii. a estratégia de proteção patrimonial (hedge)

A estratégia de proteção adotada foi a criação de uma estrutura organizacional multidisciplinar, na qual a diretoria avalia as ações praticadas, sempre com intuito de tentar mitigar qualquer risco inerente ao negócio.

iii. os instrumentos utilizados para proteção patrimonial (hedge)

A Companhia não faz uso regular de transações envolvendo instrumentos financeiros de proteção patrimonial.

iv. os parâmetros utilizados para o gerenciamento desses riscos

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado

Os principais parâmetros utilizados são:

- Quanto aos riscos relacionados à disponibilidade de caixa, buscamos gerir o nosso fluxo de caixa estabelecendo critérios de posições de caixa mínimo de acordo com o nível de atividade que a Companhia se encontra, além de buscarmos mitigar a exposição de caixa dos empreendimentos imobiliários através de financiamentos a produção advindos do Sistema Financeiro de Habitação (SFH).
- Quanto ao risco mercadológico, a Companhia monitora diariamente o desempenho de vendas de cada um de seus empreendimentos e mensalmente seu desempenho econômico financeiro sempre comparado com metas pré-definidas em orçamento anual.
- Quanto aos riscos de diligência e eficiência nos gastos, buscamos estabelecer contratos com os principais fornecedores por prazos mínimos de tal maneira que os eventuais aumentos de preços não impactem os nossos custos de curto prazo.

v. se o emissor opera instrumentos financeiros com objetivos diversos de proteção patrimonial (hedge) e quais são esses objetivos

Com objetivo de manutenção da política de caixa mínimo utilizamos instrumentos financeiros para captação de recursos, quando necessário, os quais são empregados no financiamento de nossas necessidades de capital de giro e investimentos de curto e longo prazo, bem como na manutenção de nossas disponibilidades de caixa em nível que acreditamos apropriado para o desempenho de nossas atividades.

vi. a estrutura organizacional de controle de gerenciamento de riscos de mercado

Estão envolvidos na estrutura organizacional de gerenciamento de risco de mercado, os comitês de: (i) Investimentos; (ii) Financeiro; (iii) Riscos e Compliance além da Diretoria e, por fim, o Conselho de Administração.

Cabe ao Comitê de Investimentos avaliar os aspectos propostos a cada novo projeto analisado pela Companhia, verificando as tendências de mercado que o envolvem e os riscos financeiros, mais precisamente: risco de mercado (incluindo risco de taxa de juros sobre: (i) financiamento imobiliário e (ii) financiamento de fluxo de caixa), risco de preço, risco de crédito e risco de liquidez e, na sequência, em sendo viável, apresentá-lo ao conselho de administração, propondo ou não uma nova aquisição de investimentos.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado

Ao Comitê Financeiro cabe fiscalizar a projeção do fluxo de caixa da Companhia e suas controladas em sua aplicação mensal, bem como o acompanhamento dos empreendimentos já lançados em relação aos estudos realizados e aprovados anteriormente, e o impacto de mercado aplicado nas contas da Companhia. A análise do comportamento de cada projeto/empreendimento em sua evolução pelo Comitê Financeiro possibilita analisar a necessidade de novos investimentos, financiamentos e do custo de capital existente no mercado.

Acompanhando os Comitês acima mencionados, e nesta ordem, o Comitê de Riscos e Compliance analisa os relatórios e ações analisadas pelos demais comitês com o intuito de acompanhar e supervisionar o processo de gerenciamento de riscos de mercado, exigindo da Diretoria e demais colaboradores o fiel cumprimento pela Companhia de todo o regramento de Compliance.

A estrutura hierárquica obedece à ordem mencionada acima, onde os Comitês cumprem com as diretrizes gerais estabelecidas pelo Estatuto e/ou Conselho de Administração, monitorando a Diretoria quanto a sua execução, para, na sequência, voltar a apresentação dos resultados em seus acompanhamentos ao Conselho de Administração.

c) a adequação da estrutura operacional e controles internos para verificação da efetividade da política adotada.

A Administração da Companhia entende que a estrutura operacional e controles internos adotados são adequados para o acompanhamento dos riscos aos quais a Companhia está exposta.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.3 - Descrição - Controles Internos

a) as principais práticas de controles internos e o grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e as providências adotadas para corrigi-las

A Companhia acredita que o grau de eficiência dos controles internos adotados para assegurar a elaboração das demonstrações financeiras é satisfatório. A Companhia está atenta às novas tecnologias e investe em seus controles a fim de aprimorá-los cada vez mais.

b) as estruturas organizacionais envolvidas

Os seguintes departamentos estão envolvidos: Financeiro, através do Diretor Financeiro (e, na sua ausência, o Diretor Presidente), Contabilidade/Controladoria e Engenharia. Dada a necessidade de elaboração das demonstrações financeiras nos padrões contábeis adotados no país, a auditoria independente, contratada pela Companhia, verifica periodicamente se as informações provenientes das ações tomadas pela Companhia, através dos sistemas, estão aderentes aos padrões contábeis exigidos e, nesse sentido, estão aderentes às exigências e, sempre que necessário, adequamos/melhoramos os padrões existentes.

c) se e como a eficiência dos controles internos é supervisionada pela administração do emissor, indicando o cargo das pessoas responsáveis pelo referido acompanhamento

A supervisão é realizada pelo Diretor Financeiro (na sua ausência, pelo Diretor Presidente) da Companhia, que avalia internamente os processos, além da análise dos relatórios da auditoria externa, que verifica periodicamente se as informações provenientes dos sistemas estão aderentes aos padrões contábeis.

d) deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório circunstanciado, preparado e encaminhado ao emissor pelo auditor independente, nos termos da regulamentação emitida pela CVM que trata do registro e do exercício da atividade de auditoria independente

Objetivo dos trabalhos

Como parte da auditoria das demonstrações contábeis dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2013, 2014 e 2015, efetuada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, da Sugoi Incorporadora e Construtora Ltda. ("Sugoi", "Empresa" ou "Companhia"), obtivemos um entendimento dos controles internos que consideramos relevantes para o processo de auditoria, com a finalidade de identificar e avaliar riscos de distorção relevantes nas referidas demonstrações contábeis e determinar a época, natureza e extensão dos nossos

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.3 - Descrição - Controles Internos

exames de auditoria.

Metodologia

Avaliamos os controles internos relevantes na extensão necessária para planejar os procedimentos de auditoria que julgamos apropriados nas circunstâncias para emitir uma opinião sobre as demonstrações contábeis e não para expressar uma opinião sobre a eficácia dos controles internos. Assim, não expressamos uma opinião ou conclusão sobre os controles internos da Sugoi.

A Administração da Empresa é responsável pelos controles internos por ela determinados como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. No cumprimento dessa responsabilidade, a Administração fez estimativas e tomou decisões para determinar os custos e os correspondentes benefícios esperados com a implantação dos procedimentos de controle interno. Em atendimento à norma brasileira de auditoria NBC TA 265 - Comunicação de Deficiências de Controle Interno, no processo de avaliação de riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis e durante o processo de auditoria, identificamos deficiências nos controles internos, para as quais medidas corretivas devem ser consideradas. A responsabilidade de avaliar as deficiências e tomar medidas corretivas é da Administração da Sugoi.

Cabe destacar que os assuntos reportados não representaram riscos de distorções relevantes para demonstrações contábeis, individuais e consolidadas, referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2013, 2014 e 2015, bem como não afetaram a nossa opinião emitida nos relatórios de auditoria datados de 25 de fevereiro de 2016.

Significância dos pontos de recomendação

De acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria e regulamentações específicas de nossa jurisdição, o auditor deve reunir e comunicar por escrito todas as deficiências ou ineficácias significativas dos controles internos que foram identificadas, bem como outras que sejam de importância suficiente para merecer a atenção da Administração. As recomendações do auditor independente são divulgadas neste relatório de forma segregada entre significativas das outras recomendações.

Conciliações contábeis e processos para elaboração de relatórios

Os processos de conciliação contábil e elaboração de relatórios oferecem algumas oportunidades para melhoria. Os problemas aqui mencionados referem-se à natureza intrínseca de tais processos, em ligação com as suas atividades e funções

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.3 - Descrição - Controles Internos

típicas, em conjunto com a estrutura da organização. Acreditamos que outras oportunidades relevantes poderão ser comunicadas como resultado de um mapeamento abrangente dos processos de negócios, levando em consideração a relevância e a dependência de inputs de outros departamentos. As principais questões que vieram a nossa atenção são:

- A Empresa não tem como procedimento a elaboração tempestiva de composições de diversas contas contábeis, como por exemplo, outros créditos, que até o final dos nossos trabalhos não havia sido conciliada;
- Falta de informações gerenciais, principalmente relacionadas com a abertura de algumas contas de resultado no consolidado.

As conciliações contábeis constituem-se em excelente controle gerencial e contábil, permitindo que as demonstrações contábeis estejam devidamente apresentadas e que sejam tomadas medidas para regularização de pendências.

Partes relacionadas - Divergências não conciliadas

Têm sido efetuadas transações com os sócios para suprimento de caixa nas SPEs. Chamamos atenção para empréstimos obtidos junto aos sócios ou à pessoa ligada à empresa, quando devidamente comprovada sua origem, não acarretam implicações fiscais à pessoa jurídica devedora. Esse empréstimo, porém, deve ser formalizado com a previsão de juros, e sua origem deve ser devidamente comprovada em consonância de datas e valores, pois o não preenchimento desses requisitos dará lugar à caracterização de omissão de receita.

Ademais, o procedimento de conciliação dos saldos entre partes relacionadas é realizado apenas durante o processo de consolidação das demonstrações contábeis, ou seja, em momento próximo da conclusão das demonstrações contábeis para divulgação. Portanto, não existe um controle sistêmico que centraliza os registros e os saldos para facilitar o monitoramento das transações e apurar possíveis divergências, conforme exemplos apresentados a seguir:

Descrição	Ativo - R\$	Passivo - R\$
Cond. Varandas - Resid. Campinas	1.021.483	-
Sugoi Incorporadora	-	498.508
Sugoi Incorporadora	55.270	-
Residencial Monte Serrat	-	149.075
Vista Cantareira	976.623	-
Sugoi Incorporadora	-	54.299

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.3 - Descrição - Controles Internos

A inobservância do procedimento pode levar a apresentação inconsistente das demonstrações contábeis devido à divulgação de transações em rubricas contábeis de naturezas diferentes.

Recomendamos a apuração das divergências conforme exposto, visando evitar inclusive implicações fiscais e apresentação adequada das demonstrações contábeis.

Permuta física - Ausência de registro

As investidas SPE Vista Cantareira e SPE Monte Serrat adquiriram os terrenos com a promessa de entrega de unidades imobiliárias nos respectivos empreendimentos.

De acordo com a norma contábil, o valor do terreno adquirido pela empresa por permuta física, tendo por objeto a entrega de unidade imobiliária a ser construída, deve ser contabilizado pelo seu valor justo como parte integrante do estoque de terrenos de imóveis a comercializar, e a contrapartida em adiantamento de clientes no passivo. O reconhecimento deve ocorrer na assinatura do instrumento particular ou do contrato relacionado à referida transação.

Apuramos as divergências abaixo relacionadas quando comparadas aos registros contábeis:

Descrição	SPE Vista Cantareira - R\$	SPE Monte Serrat - R\$
Valor justo apurado	4.818.000	1.038.495
(-) Valor histórico	3.974.600	900.000
(=) Divergência	843.400	138.495

Ademais, a SPE Vista Cantareira possui contrato de prestação de serviços firmado com os Srs. Almir Eufrásio de Campos e Luiz Roberto Correa, cujo pagamento ocorrerá por entrega de 1 unidade imobiliária para cada prestador de serviço.

Os contratos se caracterizam como permuta física e por isso recomendamos a contabilização dos valores como estoque e a contrapartida em adiantamentos de clientes.

Apesar de os valores terem sido ajustados durante nossos exames, recomendamos a implementação de controles que visem a observância do procedimento descrito. Fundamentação legal: item 20, da OCPC01.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.3 - Descrição - Controles Internos

Custo incorrido – Controle inadequado que afeta cálculo do POC

Durante os exames de controle interno, observamos falhas na contabilização e baixa dos valores incorridos no custo orçado e reconhecimento incorreto na contabilidade.

Como exemplo, citamos a Nota Fiscal nº 43986 emitida pela Alfa Elevadores Ltda. no valor de R\$ 447.399,00 para a SPE Vista Cantareira. A nota fiscal foi registrada na contabilidade como custo incorrido, entretanto, o CFOP 5.922 (Simples faturamento de venda para entrega futura) não caracteriza como produto entregue e, portanto, o valor não deveria integrar o montante do custo incorrido.

Salientamos ainda que o registro inadequado afeta o cálculo do POC e conseqüentemente o reconhecimento da receita.

Apesar de ajustado durante a execução dos nossos trabalhos, o erro acima denota ausência de revisão nos registros contábeis e, dessa forma, sugerimos o aprimoramento dos controles internos para reconhecimento na contabilidade. Fundamentação legal: item 2, da OCPC01.

Ausência de sistema de gestão integrado

Observamos que atualmente não há um sistema de gestão integrado para processamento de informações, dessa forma, há necessidade de integração manual entre diversos sistemas (processo de consolidação, efetuado de forma manual por meio de planilhas eletrônicas (“Excel”), por exemplo).

A ausência de sistema integrado sujeita as transações ao risco de acesso e modificações não autorizados, o que pode ocasionar risco de distorções nas demonstrações contábeis (além de perda de agilidade no processamento, análise e interpretação das informações utilizadas para suportar o processo de tomada de decisões).

Recomendamos que a Empresa avalie a implantação de um sistema de informações integrado, customizando-o às suas necessidades de processamento e geração de informações, visando suportar o processo de tomada de decisões.

e) comentários dos diretores sobre as deficiências apontadas no relatório circunstanciado preparado pelo auditor independente e sobre as medidas corretivas adotadas

A Diretoria entende que os pontos levantados pelos auditores independentes são pertinentes e de fácil solução, e, que, até o próximo parecer, estarão sanadas.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.3 - Descrição - Controles Internos

Em relação as conciliações contábeis e processos de elaboração de relatórios, apontados pela auditoria, a Companhia já saneou o apontamento, adotando na revisão do primeiro trimestre de 2016, todas as conciliações e processos de elaboração necessários.

Partes relacionadas – Divergências não conciliadas: a Companhia já saneou no primeiro trimestre de 2016.

Permuta Física e ausência de registro: no próprio exercício de 2015, a Companhia reavaliou a valor justo, as unidades relativas as permutas físicas, atualizando assim, os valores registrados na contabilidade.

Custo incorrido – controle inadequado que afeta o cálculo do POC: A Companhia entende que o item apontado pela auditoria, face a uma Nota de Simples Faturamento de Venda para Entrega Futura de elevador, foi um caso pontual, e, que, já tomou as medidas de controles internos necessárias, para não incorrer em mais fatos como este.

Ausência de sistema de gestão integrado: A Companhia entende que este apontamento é substancial, já que o sistema existente, é rígido na aferição da contabilidade individual das empresas e dos empreendimentos, porém, está em processo de contratação de sistema que faça a consolidação contábil, atendendo as exigências dos auditores externos.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.4 - Alterações significativas

No último exercício social não houve alterações significativas nos principais riscos de mercado, bem como no monitoramento de riscos adotado pela Companhia.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.5 - Outras inf. relev. - Gerenciamento de riscos e controles internos

Todas as informações relevantes e pertinentes a este tópico foram divulgadas nos itens acima.

6. Histórico do emissor / 6.1 / 2 / 4 - Constituição / Prazo / Registro CVM

Data de Constituição do Emissor	04/04/2011
Forma de Constituição do Emissor	Constituída sob a forma de sociedade empresária limitada e transformada em sociedade por ações em 03/02/2016
País de Constituição	Brasil
Prazo de Duração	Prazo de Duração Indeterminado
Data de Registro CVM	Registro Sendo Requerido

6. Histórico do emissor / 6.3 - Breve histórico

A Sugoi Incorporadora e Construtora e suas controladas (“Companhia”) têm como principal atividade a administração de bens próprios, a incorporação, construção e comercialização de imóveis próprios e a participação em outras sociedades, na qualidade de sócia. O desenvolvimento dos empreendimentos de incorporação imobiliária e a construção dos imóveis são efetuados diretamente pela Companhia, pelas controladas ou em conjunto com parceiros. A participação de parceiros ocorre de forma direta no empreendimento por meio de participação nas sociedades em conta de participação (“SCP”) ou Sociedades com Propósito Específico (SPE), criadas para desenvolvimento dos projetos. Constituída em 04 de abril de 2011, e estabelecida na Avenida Doutor Cardoso de Melo, nº 1.470 2º andar, Conjunto 206, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 13.584.310/0001-42. A Companhia tem como foco principal o segmento da primeira moradia, neste sentido, atingindo o público que procura empreendimentos residenciais de padrão médio e econômico. Um dos diferenciais da Companhia é a busca contínua em oferecer produtos de qualidade com melhor custo benefício do mercado, projetos inteligentes que apostam em segurança, conforto, inovação e preços acessíveis.

Atualmente, a companhia está presente nas cidades de São Paulo, Guarulhos, Itapeverica da Serra, Mauá, Francisco Morato, Campinas, Paulínia, Salto, São José do Rio Preto, Caçapava Cosmópolis e João Pessoa (PB), com mais de 10.000 unidades em desenvolvimento e execução. A Companhia desde o ano de 2013 é avaliada pela área de risco da CAIXA ECONOMICA FEDERAL, e possui GERIC que comporta a produção da totalidade do seu “Pipeline” de projetos.

6. Histórico do emissor / 6.5 - Pedido de falência ou de recuperação

Não houve pedido de falência fundado em valor relevante ou de recuperação judicial ou extrajudicial da Sociedade.

6. Histórico do emissor / 6.6 - Outras inf. relev. - Histórico

Todas as informações relevantes e pertinentes a este tópico foram divulgadas nos itens acima.

7. Atividades do emissor / 7.1 - Descrição - atividades emissor/controladas

Atividades de Incorporação:

A Sugoi e suas controladas têm como principal atividade a administração de bens próprios, a incorporação, construção e comercialização de imóveis próprios, e a participação em outras sociedades, na qualidade de sócia. O desenvolvimento dos empreendimentos de incorporação imobiliária e a construção dos imóveis são efetuados diretamente pela Empresa, pelas controladas ou por outros parceiros. A participação de parceiros ocorre de forma direta no empreendimento por meio de participação nas Sociedades em Conta de Participação (SCP) ou Sociedades com Propósito Específico (SPE), criadas para desenvolvimento dos projetos, como também parcerias estratégicas envolvendo permuta de terrenos para o desenvolvimento da atividade imobiliária.

A Empresa, constituída em 04 de abril de 2011, é uma sociedade Limitada, com sede na Avenida Doutor Cardoso de Melo, nº 1.470 2º andar, Conjunto 206, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 13.584.310/0001-42, tem como foco principal o segmento da primeira moradia e com gestão e a administração de empreendimentos residenciais de padrão médio e econômico, visando oferecer produtos de excelente qualidade com melhor custo benefício do mercado, projetos inteligentes que apostam em segurança conforto inovação e preços acessíveis

A Empresa conta com uma gestão com mais de 40 anos de experiência no mercado imobiliário, network em diversas capitais brasileiras que possibilitam maior facilidade e captação de oportunidades de negócios diferenciadas no mercado. A Empresa preza por uma governança corporativa e transparente nas relações com mercado, clientes e investidores, promovendo a fiscalização em cada etapa do projeto e monitorando o processo físico e financeiro da construção.

Atualmente, a Empresa está presente nas cidades de São Paulo, Guarulhos, Itapeverica da Serra, Mauá, Francisco Morato, Campinas, Paulínia, Salto, São José do Rio Preto, Caçapava Cosmópolis e João Pessoa (PB), com mais de 10.000 unidades em desenvolvimento e execução. A Empresa desde o ano de 2013 é avaliada pela área de risco da CAIXA ECONOMICA FEDERAL, e possui GERIC que comporta a produção da totalidade do seu "Pipeline" de projetos

A Empresa possui certificações importantes, como a PBQPH nível A (Programa Brasileiro de Qualidade e produtividade do Habitat) e ISO 9001, os quais a qualificam ainda mais em todo o ciclo do processo executivo de obra, além de atestar a eficácia no processo das atividades da Empresa, que contribuem para um melhor gestão e controle de custos.

7. Atividades do emissor / 7.2 - Inf. sobre segmentos operacionais

a) Produtos e serviços comercializados

As receitas da Empresa decorrem de dois segmentos operacionais: (i) incorporação e venda de imóveis; e (ii) prestação de serviços de construção para terceiros, especialmente em empreendimentos realizados no regime de preço de custo.

Incorporação Imobiliária

Nossa receita resulta principalmente do desenvolvimento de projetos de incorporação imobiliária, bem como das vendas desses projetos para clientes. No setor de incorporação imobiliária, atuamos nos segmentos: (i) residencial; (ii) comercial; e (iii) de loteamentos.

Nossas atividades de incorporação imobiliárias incluem:

- Aquisição de terrenos;
- Planejamento e desenvolvimento de projetos;
- Obtenção de licenças, alvarás e aprovações governamentais;
- Serviços de construção e gestão;
- Gerenciamento de comercialização e venda dos imóveis; e
- Atendimento ao cliente.

Prestação de Serviços

Nossas receitas de prestação de serviços advêm, principalmente, dos serviços de gestão de construção para terceiros (em empreendimentos construídos no regime de preço de custo), e/ou para empreendimentos próprios, quando realizados em parcerias, gerenciamento técnico e gestão imobiliária.

b) Receita proveniente do segmento e sua participação na receita líquida do emissor.

Participação na Receita Bruta (%)	2015	2014	2013
Incorporação Imobiliária	100%	98.9%	-
Prestação de Serviços	-	1,1%	-
Total	100%	100%	100%

c) lucro ou prejuízo resultante do segmento e sua participação no lucro líquido do emissor

7. Atividades do emissor / 7.2 - Inf. sobre segmentos operacionais

Tendo em vista o fato de que 100% das receitas da Empresa advêm do segmento Operacional de Incorporação imobiliária (vide item 7.2 (b)), a Empresa não calcula, em suas Demonstrações Financeiras, o resultado separadamente para cada um dos dois segmentos operacionais em que atua.

7. Atividades do emissor / 7.3 - Produção/comercialização/mercados

a) Características do processo de produção

No segmento de Incorporação Imobiliária, atuamos na incorporação residencial, principalmente, e também na incorporação de empreendimentos comerciais, e de loteamentos.

A Empresa busca a industrialização do processo construtivo, criação de métodos e sistemas de gestão e controle de todas as etapas da obra e tem expertise no gerenciamento da obra. A Empresa tem uma equipe de funcionários altamente qualificada e integrada composta por profissionais de 5 grupos distintos: (i) engenheiros e arquitetos do grupo de desenvolvimento de tecnologias; (ii) consultores e projetistas; (iii) fabricantes e fornecedores; (iv) mão-de-obra especializada na execução (mestre-de-obras); (v) equipe do sistema de segurança no trabalho; e (vi) conta com ERP (SIENGE) específico de gestão de obras e gerencial financeiro em todos os seus empreendimentos.

Essa equipe é responsável pela definição do projeto, gerenciamento da obra e aplicação das tecnologias adequadas. A execução da obra é realizada por meio de rigoroso critério de contratação de subempreiteiros e fornecedores que tenham reconhecimento de mercado. A escolha de nossos subempreiteiros e parceiros é baseada em 4 critérios: (i) a experiência; (ii) qualidade; (iii) custo; e (iv) prazo. Deste modo, não possuímos equipamentos de construção pesada e empregamos, diretamente, apenas uma parte da mão-de-obra necessária nas nossas construções.

As aquisições de materiais seguem os níveis normativos da ABNT e os padrões necessários às normas de qualidade e de desempenho, além das demais certificações exigidas pelos agentes financeiros financiadores dos nossos empreendimentos.

A equipe é a responsável pela padronização do processo de construção, capacitação e treinamento de nossos funcionários e pelo controle de qualidade. As diretrizes e padrões a serem seguidos em cada obra são devidamente registrados em “cadernos de diretrizes e procedimentos de execução”, que servem como material de consulta para execução do projeto e o desenvolvimento de novos produtos.

Os manuais de procedimentos da Empresa descrevem minuciosamente cada tarefa de cada fase de construção do empreendimento. Esses manuais são observados por todos os trabalhadores das empreiteiras envolvidas nas obras.

Da mesma forma, os adquirentes dos imóveis recebem, quando da entrega das chaves, um manual que especifica as garantias de cada serviço executado. Fazemos um acompanhamento permanente de problemas nos empreendimentos entregues, através de um departamento especializado, visando adotar medidas preventivas nos projetos em desenvolvimento.

7. Atividades do emissor / 7.3 - Produção/comercialização/mercados

b) Características do processo de distribuição

Quando do lançamento de um empreendimento, estabelecemos uma estratégia de marketing e vendas, juntamente com Empresas especializadas em campanhas publicitárias.

Nossos stands de vendas contam com parceiros que possuem equipes especializadas e treinadas para auxiliar nossos clientes, respondendo todos os questionamentos, inclusive os de ordem técnica. O treinamento da equipe não se limita ao empreendimento relacionado ao projeto que o stand de vendas está vinculado. A equipe é treinada para identificar os potenciais compradores, e assessorá-lo na análise do crédito que será ofertado pelo agente financeiro, otimizando a identificação de seu respectivo perfil, de modo atender a demanda do cliente de forma adequada.

O lançamento de nossos empreendimentos é precedido de convenções de vendas com a equipe de vendas, juntamente com a equipe responsável pelo desenvolvimento do empreendimento, para possibilitar o conhecimento de todos os aspectos técnicos e características do empreendimento, o que é uma importante ferramenta de vendas. Acreditamos que o treinamento constante da equipe de vendas possibilita um melhor atendimento aos nossos clientes.

A equipe de marketing e vendas, durante todo o processo de vendas, enfatiza a qualidade do nosso produto, a utilização de tecnologia de ponta na construção, e o nosso comprometimento com o cliente de entrega do produto oferecido em sua respectiva data da entrega.

Investimos em campanhas publicitárias, utilizando a mídia impressa nos jornais de grande circulação e campanhas publicitárias na região do empreendimento.

Nossas condições de vendas são flexíveis, passíveis de negociação com cada cliente, de modo a atender às necessidades do mesmo. Acreditamos que a flexibilização das condições é uma importante ferramenta para atrair e aumentar as nossas vendas. Nós acreditamos estarmos em uma posição de negociação confortável, obtendo condições de financiamento e prazo que entendemos ser competitivos em relação às formas de financiamento praticadas pelo mercado.

Acreditamos que o pronto atendimento ao cliente nos permite atingir um alto índice de satisfação do mesmo.

O mercado de construção tem características muito semelhantes ao mercado de incorporação imobiliária, por ser uma das etapas dentro das atividades de incorporação. Para empreendimentos classificados como de padrão Econômico e Médio padrão, são utilizadas técnicas e processos construtivos com características de produção industrial, utilizando-se tecnologia e baixos custos. Em empreendimentos de Médio-Alto e Alto padrão o processo construtivo é mais sofisticado, dando prioridade ao acabamento, por atender um público mais exigente.

7. Atividades do emissor / 7.3 - Produção/comercialização/mercados

O mercado imobiliário brasileiro é altamente competitivo e muito fragmentado, tanto nas atividades de incorporação como nas atividades de prestação de serviços de construção, que são os dois segmentos operacionais dos quais decorrem as receitas da Empresa, sendo que nenhum participante detém individualmente participação expressiva do mercado nacional.

No quesito diversificação geográfica, a Empresa está presente na região Sudeste, Norte e Nordeste, com maior expressão no Sudeste, especificamente no Estado de São Paulo.

De forma geral, a concorrência tanto nas atividades de incorporação como nas atividades de prestação de serviços de construção é mais intensa no Estado de São Paulo, que hoje é o estado que concentra a maior parte de nossas atividades. O Estado de São Paulo é um dos principais centros econômicos do Brasil, concentrando o maior mercado imobiliário do país. De acordo com IBGE, em 2006, o PIB estimado deste Estado foi de R\$803 milhões, representando 33,9% do PIB brasileiro.

No que tange as condições de competição no mercado de incorporação imobiliária, que corresponde à maior parte de nossas receitas, os principais fatores de diferenciação frente aos consumidores incluem localização do terreno onde está sendo desenvolvido o projeto, preço, disponibilidade e condições de financiamento, padrão de acabamento dos empreendimentos, qualidade dos materiais utilizados na obra, reputação da incorporadora e histórico de cumprimento dos prazos das obras.

No segmento de construção, os principais fatores de diferenciação incluem: (i) Preço; (ii) Prazo; e (iii) qualidade.

c) Características dos mercados de atuação: (i) participação em cada um dos mercados; (ii) condições de competição nos mercados

As atividades no mercado de incorporação imobiliária envolvem desde a aquisição do terreno, o desenvolvimento do projeto, a construção e a venda de unidades, que podem ser classificadas como residenciais, e vendidas a pessoas de diversos segmentos de renda, unidades comerciais e também unidades do segmento de loteamentos. Como já mencionado anteriormente, na incorporação imobiliária, atuamos principalmente no segmento residencial, de primeira moradia, cujos produtos podem ser classificados como de padrão Econômico, médio padrão, Médio-alto padrão e alto padrão. Classificamos o padrão Econômico como unidades residenciais que atendem ao público que procura a primeira moradia, cujo foco é o nosso.

d) Eventual sazonalidade

O mercado imobiliário não tem uma sazonalidade específica, apenas notamos que, no período de dezembro a fevereiro, caracterizado pelas férias escolares, o número de visitas aos stands de vendas sofre um decréscimo.

7. Atividades do emissor / 7.3 - Produção/comercialização/mercados

e) principais insumos e matérias primas:

O fornecimento de material de construção que necessitamos abrange uma variedade significativa de insumos. Embora as matérias-primas em sua totalidade tenham uma participação significativa no nosso custo total, nenhuma das matérias-primas isoladamente tem participação significativa nos nossos custos totais. Dessa forma, a flutuação do preço de qualquer material isolado não causa efeito relevante nos nossos resultados. Há um grande número de empresas no mercado aptas a nos fornecer materiais de construção, o que nos permite não depender de nenhum fornecedor específico. Apesar da abundância de potenciais fornecedores, buscamos otimizar nossos custos, optando por manter relação de parceria com determinados fornecedores sem qualquer compromisso de exclusividade.

Por sermos grandes consumidores dos materiais de construção necessários à realização de um empreendimento imobiliário, temos a vantagem de comprar tais materiais em grandes quantidades, o que nos permite otimizar os custos de produção de cada empreendimento e diminuir o custo global incorrido em tais matérias-primas.

Utilizamos como parte de nossa estratégia de marketing o fato de utilizarmos marcas de qualidade reconhecida e especificações rigorosas na seleção de nossos fornecedores. Em alguns casos, participamos do desenvolvimento de produtos e materiais de construção em associação com o respectivo fornecedor. Esse rígido controle de qualidade garante que os materiais estejam de acordo com as especificações exigidas antes de sua instalação, de modo a minimizar os custos de futuros reparos. Temos especificações rigorosas quanto à escolha dos nossos fornecedores, baseadas não somente na qualidade e preço dos produtos, mas também na reputação e situação financeira dos fornecedores, sempre nos preocupando com a observação e o atendimento das normas regulamentadoras da ABNT-Associação Brasileira de Normas Técnicas. Além disso, mantemos rígidos controles de qualidade de forma a assegurar que os materiais atendam às especificações antes da sua instalação, minimizando custos de reexecução e garantia.

7. Atividades do emissor / 7.4 - Principais clientes

Não existe um cliente que concentre mais de 10% (dez por cento) da receita líquida da Companhia. O mercado consumidor de incorporações é pulverizado, por se tratar de cliente individual cliente individual que busca a aquisição da primeira moradia.

7. Atividades do emissor / 7.5 - Efeitos da regulação estatal

a) Necessidade de autorizações governamentais para o exercício das atividades e histórico de relação com a administração pública para obtenção de tais autorizações

O objeto da Sociedade versa sobre o desenvolvimento, Incorporação e Construção de empreendimento Imobiliário, questão regulamentada por leis federais, estaduais e municipais, bem como, leis de zoneamentos, códigos de obras municipais e questões ambientais.

Além disso, estamos sujeitos à Legislação Municipal e Secretarias específica de cada localidade de implementação de nossos empreendimentos.

A Incorporação Imobiliária regida por Lei específica, define como a atividade será exercida com intuito de promover e realizar a construção, para alienação total ou parcial de edificações compostas de unidades autônomas, tendo o incorporador algumas obrigações como registrar o empreendimento no Cartório de Registro de Imóveis; indicar o número de registro nos matérias de venda e publicidade, bem como, contratos celebrados com os adquirentes de unidades autônomas; realizar a construção da edificação seja por terceiros contratados ou não; transferir ao comprador a propriedade da unidade autônoma vendida; averbar a construção e a Convenção de Condomínio junto ao Cartório de Registro de Imóveis; e fixar para a efetivação a incorporação prazo de carência, podendo o Incorporador desistir do empreendimento.

A construção do empreendimento poderá ser realizada através da construção sob o regime de empreitada, sendo preço fixo, convencionado antes do início da construção, e a preço reajustável, por índices previamente determinados pelas partes contratantes ou sob o regime de administração, onde os adquirentes das unidades autônomas em construção pagam o custo integral da obra em bases proporcionais e mensais. Os dois regimes estão previstos na legislação brasileira.

A aprovação e o licenciamento de empreendimentos engloba as aprovações sempre necessárias perante as Secretarias de Habitação de cada município, bem como licenças especiais ambientais ou de infraestrutura, de acordo com as características de cada empreendimento, de forma que o Alvará de Aprovação e Execução, que necessariamente antecede o início da obra do empreendimento, e o Auto de Conclusão (“Habite-se”), expedido após verificação da regularidade do empreendimento construído, somente são obtidos após realização pelo empreendedor de todas aprovações e trâmites efetivamente necessário.

As aprovações podem ser requeridas em nome da Empresa ou de suas controladas, o que ocorre nos processos de aprovação em que o imóvel onde será desenvolvido o empreendimento está matriculado em nome da Sociedade, ou podem ser requeridas pela Sociedade em nome do promitente vendedor, casos em que atuamos, portanto, por meio de procuração que nos é outorgada. Responsabilizamos-nos, enquanto incorporadores e construtores, pela obtenção de todas as aprovações e licenças requeridas e pela sua observância na execução dos projetos. Historicamente tivemos sucesso na obtenção das autorizações governamentais necessárias para o desenvolvimento de nossos empreendimentos, sendo

7. Atividades do emissor / 7.5 - Efeitos da regulação estatal

que pretendemos manter nossa conduta para a devida aprovação e licenciamento dos projetos em curso e aqueles que serão desenvolvidos pela Empresa.

b) Política ambiental do emissor e custos incorridos para o cumprimento da regulação ambiental e, se for o caso, de outras práticas ambientais, inclusive a adesão a padrões internacionais de proteção ambiental:

Com foco no crescimento sustentável, adotamos todas as práticas exigidas pelos órgãos de controle ambientais que aprovam nossos empreendimentos.

Em consequência da necessidade de atendimento à legislação ambiental, ao adquirir terrenos onde pretendemos desenvolver nossos projetos, procuramos considerar todos os aspectos ambientais necessários e aplicáveis.

De modo geral, buscamos cumprir com toda a legislação ambiental e obter as licenças ambientais necessárias, de acordo com o impacto ambiental e o estágio de desenvolvimento do empreendimento.

c) Dependência de patentes, marcas, licenças, concessões, franquias, contratos de royalties relevantes para o desenvolvimento das atividades.

Não existe dependência de patentes, marcas ou contrato de royalties relevantes para o desenvolvimento das atividades da Companhia.

Conduzimos nossos negócios por meio da marca SUGOI, as quais estão em processo junto ao INPI registrado sob o número 908229780 com o status aguardando exame de mérito. Ao realizarmos empreendimentos, também realizamos o pedido de registro das marcas que julgamos relevantes para o desenvolvimento de suas atividades.

Com relação às licenças e concessões, não há outras licenças e concessões relevantes além daquelas já descritas no item 7.5 (a) acima.

7. Atividades do emissor / 7.6 - Receitas relevantes no exterior

Não existem receitas relevantes na Empresa provenientes de outros países que não o Brasil. Nossas atividades de incorporação estão restritas ao território nacional.

7. Atividades do emissor / 7.7 - Efeitos da regulação estrangeira

As atividades de incorporação da Companhia estão restritas ao território nacional.

7. Atividades do emissor / 7.8 - Políticas socioambientais

a. Se o emissor divulga informações sociais e ambientais.

Com foco no crescimento sustentável, adotamos todas as práticas exigidas pelos órgãos de controle ambientais que aprovam nossos empreendimentos. Em consequência da necessidade de atendimento à legislação ambiental, ao adquirir terrenos onde pretendemos desenvolver nossos projetos, procuramos considerar todos os aspectos ambientais necessários e aplicáveis.

Até a presente data, a Companhia não foi prejudicada pela presença efetiva de resíduos excessivos ou pela falta das licenças e autorizações das autoridades públicas competentes. Para evitar estes riscos, sua obrigação de aquisição do terreno fica, em geral, condicionada à obtenção das licenças e autorizações necessárias das autoridades públicas competentes antes do fechamento do negócio.

Até a presente data, não há qualquer processo judicial ou administrativo de natureza ambiental relevante contra a Companhia.

A Companhia não publica Relatório de Sustentabilidade, pois ainda não possui processos e práticas consolidadas nacionalmente, seja através das suas unidades de negócio ou de suas controladas.

A Companhia ainda não adere a padrões internacionais relativos à proteção ambiental.

b. A metodologia seguida na elaboração dessas informações.

Como a Companhia ainda não emite Relatório de Sustentabilidade, ainda não há nenhuma metodologia aplicada pela Companhia.

c. Se essas informações são auditadas ou revisadas por entidade independente.

Como a Companhia ainda não emite Relatório de Sustentabilidade, bem como não adere aos padrões internacionais, não há a necessidade de ter as suas informações revisadas ou auditadas por entidade independente.

d. A página na rede mundial de computadores onde podem ser encontradas essas informações

Não foram instituídas páginas na internet em nome da Companhia a respeito do tema.

7. Atividades do emissor / 7.9 - Outras inf. relev. - Atividades

A Empresa vem obtendo resultados com crescimento significativo nos segmentos de Padrão Econômico e Médio Padrão. Acreditamos que tais segmentos apresentam um grande potencial de crescimento em decorrência da alta demanda por imóveis de primeira moradia.

Já contamos com os terrenos necessários para lançamentos nos próximos anos (80% do nosso Banco de Terrenos de Curto Prazo enquadra-se nos segmentos de Padrão Econômico e Médio Padrão) e identificamos a oportunidade de desenvolver um plano de crescimento sustentável. Do nosso Banco de Terrenos de Curto Prazo, cerca de 80% refere-se a VGV potencial para projetos passíveis de serem financiados pelo Programa Minha Casa Minha Vida e 20% pelo SFH.

A Empresa vem mantendo estratégia conservadora de gestão financeira, que inclui: (i) lançamento de novos projetos apenas com financiamento imobiliário assegurado; (ii) lançamento de empreendimentos com ampla demanda percebida de forma a minimizar o risco de pré-vendas e (iii) manutenção de políticas de caixa mínimo e alavancagem corporativa controlada como forma de gerir o risco de liquidez no caso de crises macro-econômicas que eventualmente vierem a afetar o mercado de crédito corporativo como aconteceu no ano de 2008.

8. Negócios extraordinários / 8.1 - Aquisição/alienação ativo relevante

Não houve alienação de qualquer ativo relevante que não se enquadre como operação normal dos negócios da empresa.

8. Negócios extraordinários / 8.2 - Alterações na condução de negócios

Não houve alterações relevantes na forma de condução dos negócios do emissor.

8. Negócios extraordinários / 8.3 - Contratos relevantes

Não existem contratos celebrados pela Empresa e suas controladas, que não sejam diretamente relacionados com suas atividades operacionais.

8. Negócios extraordinários / 8.4 - Outras inf. Relev. - Negócios extraord.

Todas as informações relevantes e pertinentes a este tópico foram divulgadas nos itens acima.

9. Ativos relevantes / 9.1 - Outros bens relev. ativo não circulante**a) ativos imobilizados**

Nenhum dos ativos compreendidos na tabela abaixo são objeto de aluguel ou arrendamento e todos estão localizados no Brasil.

N.	Empresa	Estado	Município	2015		
				Móveis, Utensílios e Eqpto de Informática	Em milhares Estande de Vendas e Apartamento Decorado	Máquinas e Equipamentos utilizados na Construção
1	Sugoi Incorporadora e Construtora Ltda.	São Paulo	São Paulo	82	3	
2	Vista Cantareira Empreendimentos Imobiliários Ltda	São Paulo	Guarulhos	1		10
3	Condomínio Varandas Jardim do Lago Ltda	São Paulo	Campinas		106	
			Total	83	109	10

A tabela acima descreve todos os valores líquidos de depreciação dos bens do ativo não circulante relevantes para o desenvolvimento das atividades da Empresa.

9. Ativos relevantes / 9.1 - Outros bens relev. ativo não circulante**b) patentes, marcas, licenças, concessões, franquias e contratos de transferência de tecnologia**

Depósitos Sugoi
(território nacional)

Titular	Marca	Processo	Classe	Depósito	Concessã	Vigência
Sugoi Incorporadora e	Sugoi	908229780	NCL (10) 36	12.11.2007	-	-

Conduzimos nossos negócios por meio da marca SUGOI, as quais estão em processo junto ao INPI registrado sob o número 908229780 e estão aguardando o exame de mérito.

9. Ativos relevantes / 9.1 - Outros bens relev. ativo não circulante

c) sociedades em que a Empresa tem participação

Sociedades em que a Empresa tem participação direta ou indireta:

Denominação Social	CNPJ	Sede	Atividades Desenvolvidas	Participação do Emissor			Sociedade	Registro CVM	Valor Contábil da Participação (Patrimônio líquido)			Saldo de Equivalência			Razões para aquisição e manutenção de tal participação			
				2015	2014	2013			2015	2014	2013	2015	2014	2013				
Vista Cantareira Empreendimentos Imobiliários Ltda.	19.381.073/0001-07	Rua Brasilândia, nº 311, Bairro Vila Bremen, Município de Guarulhos - SP - CEP 07.724-	Incorporação de empreendimentos imobiliários	100%	100%	100%	Controlada	não	4,027	1,370	-	7	2,657	1,377	-7	Desenvolvimento das nossas atividades de incorporação e construção em Sociedade de		
Condomínio Varandas Jardim do Lago Ltda.	18.544.889/0001-33	Rua Varia Aparecida Dias, nº 55, Bairro Jd. Do Lago da Continuação, Município de	Incorporação de empreendimentos imobiliários	100%	100%	100%	Controlada	não	-	341	-	43	-	298	-	41	-2	Desenvolvimento das nossas atividades de incorporação e construção em Sociedade de
Residencial Monte Serrat SPE Ltda.	21.075.045/0001-03	Rua Antonio Gianotto, nº 243, Bairro Guarau, Município de Salto - SP - CEP 13.324 - 490	Incorporação de empreendimentos imobiliários	100%	100%	-	Controlada	não	687			-	687	-			Desenvolvimento das nossas atividades de incorporação e construção em Sociedade de	
Haifa Investimentos e Participações Ltda.	21.264.398/0001-43	Av. Doutor Cardoso de Melo, nº 470, Bairro Vila Olimpia, Município de São Paulo - SP -	Holdings de instituições não-financeiras	60%	60%	-	Controlada	não	-	-	1	-	-	-	1		Investimentos atividades de incorporação e construção e outros	
Residencial São Mateus SPE Ltda.	23.859.672/0001-52	Av. Doutor Cardoso de Melo, nº 470, Bairro Vila Olimpia, Município de São Paulo - SP -	Incorporação e Construção de empreendimentos Imobiliários	99%	-	-	Controlada	não	13,533			-	-	-			Desenvolvimento das nossas atividades de incorporação e construção em Sociedade de	
Residencial Parque do Carmo SPE Ltda.	24.083.451/0001-06	Av. Doutor Cardoso de Melo, nº 470, Bairro Vila Olimpia, Município de São Paulo - SP -	Incorporação e Construção de empreendimentos Imobiliários	99%	-	-	Controlada	não	7,425			-	-	-			Desenvolvimento das nossas atividades de incorporação e construção em Sociedade de	
Total									25,331	1,326	-	9	3,046	1,335	-	9		
Investimento									25,672	1,370								
Provisão para perda em coligadas e controladas									341	44	9							

9. Ativos relevantes / 9.1.a - Ativos imobilizados

Descrição do bem do ativo imobilizado	País de localização	UF de localização	Município de localização	Tipo de propriedade
Vista Cantareira Empreendimentos Imobiliários Ltda	Brasil	SP	Guarulhos	Própria
Sugoi Incorporadora e Construtora Ltda.	Brasil	SP	São Paulo	Própria
Condomínio Varandas Jardim do Lago Ltda	Brasil	SP	Campinas	Própria

9. Ativos relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	Sugoi Incorporadora	n/a	n/a	n/a

9. Ativos relevantes / 9.1.c - Participação em sociedades

Denominação Social	CNPJ	Código CVM	Tipo sociedade	País sede	UF sede	Município sede	Descrição das atividades desenvolvidas	Participação do emisor (%)
Exercício social	Valor contábil - variação %	Valor mercado - variação %	Montante de dividendos recebidos (Reais Unidade)		Data	Valor (Reais Unidade)		
Condomínio Varandas Jardim do Lago Ltda.	18.544.889/0001-33	-	Controlada	Brasil	SP	Campinas	Incorporação de empreendimentos imobiliários.	100,000000
							Valor mercado	
31/12/2015	0,000000	0,000000		0,00			Valor contábil	
31/12/2014	0,000000	0,000000		0,00				
31/12/2013	0,000000	0,000000		0,00				
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
Desenvolvimento das atividades de incorporação e construção.								
Haifa Investimentos e Participações Ltda.	21.264.398/0001-43	-	Controlada	Brasil	SP	SAO PAULO	Holdings de instituições não-financeiras.	60,000000
							Valor mercado	
31/12/2015	0,000000	0,000000		0,00			Valor contábil	
31/12/2014	0,000000	0,000000		0,00				
31/12/2013	0,000000	0,000000		0,00				
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
Investimentos em atividades de incorporação e construção de sociedades.								
Residencial Monte Serrat SPE Ltda.	21.075.045/0001-03	-	Controlada	Brasil	SP	SALTO	Incorporação de empreendimentos imobiliários.	100,000000
							Valor mercado	
31/12/2015	0,000000	0,000000		0,00			Valor contábil	
31/12/2014	0,000000	0,000000		0,00				
31/12/2013	0,000000	0,000000		0,00				
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								

9. Ativos relevantes / 9.1.c - Participação em sociedades

Denominação Social	CNPJ	Código CVM	Tipo sociedade	País sede	UF sede	Município sede	Descrição das atividades desenvolvidas	Participação do emisor (%)
Investimentos em atividades de incorporação e construção de sociedades.								
Residencial Parque do Carmo SPE Ltda.	24.083.451/0001-06	-	Controlada	Brasil	SP	SÃO PAULO	Incorporação de empreendimentos imobiliários.	99,000000
Exercício social		Valor contábil - variação %	Valor mercado - variação %	Montante de dividendos recebidos (Reais Unidade)	Data	Valor (Reais Unidade)		
31/12/2015		0,000000	0,000000	0,00	Valor mercado			
31/12/2014		0,000000	0,000000	0,00	Valor contábil			
31/12/2013		0,000000	0,000000	0,00				
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
Desenvolvimento das nossas atividades de incorporação e construção de empreendimentos imobiliários.								
Residencial São Mateus SPE Ltda.	23.859.672/0001-52	-	Controlada	Brasil	SP	SAO PAULO	Incorporação de empreendimentos imobiliários.	99,000000
31/12/2015		0,000000	0,000000	0,00	Valor mercado			
31/12/2014		0,000000	0,000000	0,00	Valor contábil			
31/12/2013		0,000000	0,000000	0,00				
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
Desenvolvimento das nossas atividades de incorporação e construção de empreendimentos imobiliários.								
Vista Cantareira Empreendimentos Ltda.	19.381.073/0001-07	-	Controlada	Brasil	SP	Guarulhos	Incorporação de empreendimentos imobiliários.	100,000000
31/12/2015		0,000000	0,000000	0,00	Valor mercado			
31/12/2014		0,000000	0,000000	0,00	Valor contábil			
31/12/2013		0,000000	0,000000	0,00				
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
Desenvolvimento das nossas atividades de incorporação e construção de empreendimentos imobiliários.								

9. Ativos relevantes / 9.2 - Outras inf. relev. - Ativos Relev.

Não há outras informações relevantes.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

a) Condições financeiras e patrimoniais gerais

A Administração da Sugoi entende que a Empresa apresenta condições financeiras e patrimoniais suficientes para implementar o seu plano de negócios e cumprir as suas obrigações de curto e médio prazo.

A Empresa adota estratégia conservadora de gestão financeira, que inclui o lançamento de novos projetos apenas quando seu financiamento estiver assegurado e quando houver sinais de forte demanda. Esta abordagem permite a Empresa mitigar os riscos relacionados às vendas contratadas, enquanto mantém níveis adequados de recursos em caixa.

A atividade preponderante da Empresa é, em conjunto com as suas controladas e controladas em conjunto, o desenvolvimento de empreendimentos de incorporação imobiliária, especialmente residencial, mediante participação nos empreendimentos, por meio de sociedades constituídas com propósito específico, parcerias, bem como a prestação de serviços de gestão dos empreendimentos imobiliários.

Como parte do processo de facilitar o ingresso de novos recursos para financiamento dos projetos em curso, objetivando a sua conclusão, a Empresa e suas controladas opera com regime de patrimônio de afetação, que também agregou o benefício da redução do encargo tributário pela adoção do Regime Especial de Tributação (RET).

As vendas líquidas de 2015 atingiram 10.270, enquanto que as de 2014 foram de 5.170, e as de 2013 de 0.

A companhia apresentou lucro líquido no valor de 2.498 em 2015, no valor de 1.123 em 2014 e no valor de (-60) em 2013. A taxa de retorno sobre o Patrimônio Líquido em 2015, 2014 e 2013 foi de 0,54%, 0,52%, 0%, respectivamente.

O patrimônio líquido da Empresa passou de R\$ 2,1 milhões em 31 de dezembro de 2014 para R\$ 4,6 milhões em 31 de dezembro de 2015, em decorrência de lucro gerando no exercício de 2015.

O patrimônio líquido da Empresa passou R\$ 60 mil em 31 de dezembro de 2013 para R\$ 2,1 milhões em 31 de dezembro de 2014, em decorrência de lucro gerado no exercício de 2014 e aumento de capital.

Abaixo detalhamento da estrutura de capital de terceiros sobre o capital próprio.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Descrição	2015	2014	2013
Empréstimos e Financiamentos	843	-	-
Partes relacionadas	47	-	357
Sociedade por conta de participação	13.886	7.106	2.671
	14.776	7.106	3.028
Caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários	(5.986)	(4.279)	(1.337)
Dívida líquida	8.790	2.827	1.691
Patrimônio Líquido	4.772	2.062	(60)
Patrimônio Líquido e Dívida Líquida	13.562	4.889	1.631
Percentual	184%	137%	(28,18)

Índice de Liquidez nos últimos 3 anos: 0,98 - 1,06 - 1,03, respectivamente, conforme tabela abaixo:

	2013	2014	2015
Ativo Circulante	12.706	33.008	74.305
Ativo Não Circulante	131	1.326	82.131
Passivo Circulante	9.876	24.917	137.385
Passivo Não Circulante	3.208	7.375	14.481
Liquidez Geral	0,98	1,06	1,03

Índice de Endividamento dos últimos 3 anos: 1,02 - 0,94 - 0,97, respectivamente, conforme tabela abaixo:

	2013	2014	2015
Ativo Ativo total	12.844	34.354	156.638
Passivo Circulante	9.876	24.917	137.385
Passivo Não Circulante	3.208	7.375	14.481
Endividamento	1,02	0,94	0,97

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Com base nas informações acima, os diretores entendem que a Companhia apresentou resultados sólidos e que apresenta condições financeiras e patrimoniais suficientes para implementar seu plano de negócios e cumprir com suas obrigações a curto, médio e longo prazo.

b) Estrutura de capital

A Companhia utiliza a seguinte estrutura de Capital: (i) Investimentos através de capital próprio dos sócios; (ii) Investimentos através de Sociedade em Conta de Participação (SCP); (iii) Empréstimos para capital de giro; (iv) Financiamento imobiliário para fluxo de pagamento de custo de obras (empréstimo à Produção).

Abaixo tabela contemplando o montante do capital próprio (patrimônio líquido) e o capital de terceiros (passivo circulante e passivo não circulante), bem como o percentual desses itens no passivo total:

	<u>2013</u>	<u>%</u>	<u>2014</u>	<u>%</u>	<u>2015</u>	<u>%</u>
Passivo circulante	9.876	76,9%	24.917	72,5%	137.385	87,7%
Passivo não circulante	3.028	23,6%	7.375	21,5%	14.481	9,2%
Patrimônio Líquido	(60)	-0,5%	2.062	6,0%	4.772	3,0%
Passivo total	12.844		34.354		156.638	

A Diretoria entende que a estrutura utilizada pela Companhia para o capital é alinhado com seu objeto social e adequada para a consecução de seus projetos.

c) Capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

Considerando o perfil de nosso endividamento, o nosso fluxo de caixa e nossa posição de liquidez, acreditamos que temos liquidez e recursos de capital suficientes para cobrir os investimentos, despesas, dívidas e outros valores a serem pagos nos próximos anos, embora nós não possamos garantir que tal situação permanecerá igual. Caso entendamos necessário contrair empréstimos para financiar nossos investimentos e aquisições, acreditamos ter capacidade para contratá-los atualmente.

Captamos recursos por meio de contratos financeiros, quando necessário, os quais são empregados no financiamento de nossas necessidades de capital de giro e investimentos de curto e longo prazo, bem como na manutenção de nossas disponibilidades de caixa em nível que acreditamos apropriado para o desempenho de nossas atividades. Nosso endividamento era composto da

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

seguinte forma nos períodos abaixo identificados:

	<u>Consolidado</u>
<u>Descrição (Em R\$ Mil)</u>	<u>2015</u>
Empréstimos	843
	<hr/>
Circulante	<u>843</u>

Os empréstimos foram obtidos na modalidade de capital de giro, com a taxa de 21,69% ao ano, e o vencimento ocorrerá no primeiro trimestre de 2016.

A Empresa não apresenta investimentos relevantes em ativos não circulantes, não havendo necessidade de capital de giro para tal finalidade.

d) Fontes de financiamento para capital de giro e investimentos

A Companhia utiliza-se da geração de recursos próprios, captação junto a companhias do seu grupo econômico (partes relacionadas), operação envolvendo Sociedade por Conta de Participação (SCP), financiamentos bancários para construção e financiamento de capital de giro e demais investimentos.

Conta corrente com sociedade por conta de participação

As operações envolvendo Sociedade por Conta de Participação (SCP) são apresentadas de forma consolidada com as operações da Companhia. As aquisições contraídas com sócios participantes são apresentadas conforme tabela abaixo:

<u>Descrição</u>	<u>2015</u>	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Conta corrente com Sociedade por conta de participação	13.886	7.106	2.671
	<hr/>	<hr/>	
Não circulante	<u>13.886</u>	<u>7.106</u>	<u>2.671</u>

Empréstimos e financiamentos

Consolidado

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

<u>Descrição</u>	<u>2015</u>
Banco Bradesco	843
Circulante	<u>843</u>

Os empréstimos foram obtido na modalidade de capital de giro, com a taxa de 21,69% ao ano, e o vencimento no primeiro trimestre de 2016.

e) Fontes de financiamento para capital de giro e investimentos que pretende utilizar para cobertura de deficiência de liquidez

No caso de uma eventual deficiência de liquidez, a Companhia pretende continuar a utilizar-se de financiamentos bancários com os bancos com os quais a Companhia já possui relacionamento (Banco Itaú, Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal e Banco Bradesco) e demais bancos com os quais venha a ter relacionamento.

f) níveis de endividamento e características das dívidas

(i) Contratos de empréstimo e financiamento.

O endividamento através de empréstimos contraídos pela empresa totaliza R\$ 843 mil em 31 de dezembro de 2015, conforme detalhado abaixo:

<u>Descrição</u>	<u>2015</u>
Banco Bradesco	843
Circulante	<u>843</u>

Os empréstimos foram obtidos na modalidade de capital de giro, com a taxa de 21,69% ao ano, e o vencimento no primeiro trimestre de 2016.

(ii) Outras relações com instituições financeiras.

A companhia não tem outras relações de endividamento de longo prazo com instituições financeiras.

(iii) Grau de subordinação entre as dívidas.

Não há grau de subordinação entre as dívidas da Companhia.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

No caso de eventual concurso universal de credores, a Companhia obedecerá os termos estabelecidos na legislação Brasileira.

(iv) Eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário, bem como se o emissor vem cumprindo essas restrições

Não há restrições.

g) Limites de utilização dos financiamentos já contratados.

A Empresa conta com aproximadamente 15 projetos em desenvolvimento com um potencial de R\$ 1,9 bilhões de VGV (Valor Geral de Vendas - Faturamento), sendo que, 9 projetos contratados ou em fase de contratação com a Caixa Econômica Federal, que possibilita um VGV (Valor Geral de Vendas) num potencial de R\$ 808 milhões e outros 6 empreendimentos em fase final de aprovação nas Prefeituras com VGV potencial de R\$ 1,1 bilhões. Esse financiamento ocorre com base no modelo Minha Casa Minha Vida, o qual a Caixa Econômica Federal contrata a construtora, acompanha a realização das obras, e vai liberando os recursos conforme programado (fluxo físico financeiro).

h) alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras

Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015 comparado com os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2014 e em 31 de dezembro de 2013

Análise das Demonstrações do Resultado

Receita líquida

No setor de incorporação imobiliária, a receita representa a parcela apropriada ao resultado pelo método de percentual de conclusão de cada obra (*Percentage of Completion method* ou *PoC*), líquida de descontos, rescisões impostos.

No ano de 2015, a receita operacional líquida foi de R\$ 10,3 milhões, um aumento de 98% em relação a 2014, principalmente em função aumento das vendas líquidas e a realização de lançamentos no ano.

A receita operacional líquida totalizou R\$ 5,2 milhões em 2014, um crescimento de 100% em relação a 2013, resultado da melhora no volume das vendas e realização de lançamento de empreendimento imobiliário no exercício de 2013.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Custo dos imóveis

Em 2015, o custo dos imóveis totalizou R\$ 6,7 milhões comparado a um custo de R\$ 3,6 milhões em 2014, um aumento de 80,5%. Essa variação deveu-se principalmente pela apropriação dos custos das vendas realizadas no período de 2015 e pela evolução da obra.

Em 2014, o custo dos imóveis totalizou R\$ 3,6 milhões comparado a um custo zero em 2013, pois não tinha ocorrido nenhum lançamento de empreendimento imobiliário em 2013.

Lucro bruto

Em 2015, o lucro bruto ficou positivo em R\$ 3,7 milhões e em 2014 o lucro bruto foi de R\$ 1,5 milhões, isso em virtude ao controle efetivo dos custos e foco no retorno do lucro operacional da empresa, para que gera saldo suficiente para devolução dos investimentos de capital próprio.

Receitas (despesas) operacionais

Despesas gerais e administrativas

Em 2015 as despesas gerais e administrativas totalizaram R\$ 1,2 milhões, um aumento de 160% em relação a 2014. A Empresa em virtude do seu crescimento das operações e novos empreendimentos imobiliários.

Em 2014 as despesas gerais e administrativas totalizaram R\$ 462 mil e de R\$ 55 mil. A Empresa em virtude do seu crescimento das operações e novos empreendimentos imobiliários.

Despesas com comercialização

Em 2015, 2014 e 2013 as despesas com comercialização foram de R\$ 383 mil, R\$ 34 mil e R\$ 4 mil, respectivamente. O aumento ocorreu por conta dos lançamentos de novos empreendimentos imobiliários durante os anos.

Resultado financeiro

O resultado financeiro é formado por despesas com juros, multas e os receitas por rendimento de aplicações financeiras classificadas em caixa e equivalentes de caixa. Em 2015, 2014 e 2013 o valor do resultado financeiro da empresa ficou em R\$ 382 mil positivo, R\$ 91 mil positivo e R\$ 1 mil negativo, respectivamente.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniaisLucro (prejuízo) do exercício

Em 2015 a Sugoi apresentou um lucro líquido de R\$ 2,5 milhões, já apresentando uma melhora significativa comparando com o lucro líquido de R\$ 1,1, um aumento 122,4%. Tal resultado decorre dos lançamentos de novos empreendimentos imobiliários durante o exercício de 2015.

Em 2013 a Sugoi apresentou um prejuízo líquido de R\$ 60 mil, devido ao início das suas atividades.

Análise do Balanço PatrimonialConsiderações sobre as principais contas do AtivoCaixa e equivalentes de caixa

Em 31 de dezembro de 2015, as contas de caixa e equivalentes de caixa totalizavam R\$ 6,0 milhões, contra um saldo de R\$ 4,3 milhões apurado em 31 de dezembro de 2014. Durante o ano, os recursos foram utilizados no pagamento de despesas financeiras e outros pagamentos gerais relacionados às operações da Empresa.

Em 31 de dezembro de 2014, as contas de caixa e equivalentes de caixa totalizavam R\$ 4,3 milhões, contra um saldo de R\$ 1,3 milhões apurado em 31 de dezembro de 2013. Durante o ano, os recursos foram utilizados no pagamento de despesas financeiras e outros pagamentos gerais relacionados às operações da Empresa.

Contas a receber

A composição de Contas a receber da Empresa em 31 de dezembro de 2015, 2014 e 2013 encontra-se demonstrada abaixo:

Descrição	Consolidado	
	2015	2014
Receita de vendas apropriada	16.152	5.435
(-) Valor recebido	(13.647)	(3.636)
Circulante	2.505	1.799
Receita de vendas a apropriar	30.729	15.856

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Carteira Total	33.234	17.655
----------------	--------	--------

Em 31 de dezembro 2015 a carteira total é representada pelo valor de R\$ 33,2 milhões, em comparação com os montantes de R\$ 17,7 milhões em 31 de dezembro de 2014. Em 2013 a empresa não possuía saldo de contas a receber.

Imóveis a comercializar

A composição do valor contábil dos imóveis a comercializar em 31 de dezembro de 2014, 2013 e 2012 encontra-se demonstrada abaixo:

Descrição	Consolidado		
	31 de dezembro de 2015	31 de dezembro de 2014	31 de dezembro de 2013
Terrenos para incorporação	133.838	21.956	10.045
Imóveis em construção	5.711	2.966	648
Atividade de incorporação	139.549	24.922	10.693
Circulante	(61.711)	(24.922)	(10.693)
Não circulante	77.838		

O saldo dos estoques não circulante correspondem a (i) terrenos para incorporação cuja expectativa do prazo para o lançamento dos empreendimentos imobiliários é superior a um ano, sendo esta revisada periodicamente pela administração; (ii) terrenos destinados a venda.

Os encargos financeiros de empréstimos, cujos recursos são atribuíveis a construção do empreendimento, são capitalizadas ao custo do empreendimento, de acordo com a utilização dos recursos e apropriadas ao resultado de acordo com proporção das unidades vendidas conforme demonstramos a seguir.

Imobilizado Líquido

A Empresa e suas controladas avaliaram que não ocorreram circunstâncias no exercício que levassem a necessidade de alteração da vida útil-econômica desses ativos em 31 de dezembro de 2015 e, portanto, concluiu que não existem ajustes ou mudanças relevantes a serem reconhecidas.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Não ocorreu variação relevante em relação ao saldo de 31 de dezembro de 2014, bem como a amortização não teve variação significativa em relação à movimentação do exercício de 2013.

Considerações sobre as principais Contas do Passivo

Empréstimos e financiamentos

Captamos recursos por meio de contratos financeiros, quando necessário, os quais são empregados no financiamento de nossas necessidades de capital de giro e investimentos de curto e longo prazo, bem como na manutenção de nossas disponibilidades de caixa em nível que acreditamos apropriado para o desempenho de nossas atividades. Nosso endividamento era composto da seguinte forma nos períodos abaixo identificados:

	<u>Consolidado</u>
<u>Descrição</u>	<u>2015</u>
Empréstimos Banco Bradesco	843
Circulante	<u><u>843</u></u>

Os empréstimos foram obtidos na modalidade de capital de giro, com a taxa de 21,69% ao ano, e o vencimento ocorrerá no segundo trimestre de 2016.

Conta corrente com sociedade por conta de participação

As operações envolvendo Sociedade por Conta de Participação (SCP) são apresentadas de forma consolidada com as operações da Empresa. As aquisições contraídas com sócios participantes são apresentadas no passivo circulante e não circulante de acordo com a expectativa de desembolso da Empresa, na rubrica de partes relacionadas.

	<u>Consolidado</u>		
<u>Descrição (Em Milhares R\$)</u>	<u>31 de</u> <u>dezembro</u> <u>de 2015</u>	<u>31 de</u> <u>dezembro</u> <u>de 2014</u>	<u>31 de</u> <u>dezembro</u> <u>de 2013</u>
Conta corrente com Sociedade por conta de participação	13.886	7.106	2.671

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Passivo não circulante	<u>13.886</u>	<u>7.106</u>	<u>2.671</u>
------------------------	---------------	--------------	--------------

Patrimônio líquido

Capital

O capital compreende 1.000.000 quotas (2013 - 1000) parcialmente a integralizar e distribuídas da seguinte forma:

	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Número de quotas		
Silvio Rosolem	-	500.000
Flávia Costa Akagui	-	500.000
Kibutz Administração e Participações Ltda	999.900	-
Kibutz Participações Ltda	<u>100</u>	<u>-</u>
	<u>1.000.000</u>	<u>1.000.000</u>

Conforme 6º alteração de contrato social realizada em 24 de novembro de 2015 os sócios Silvio Rosolem e Flavia Akagui cedem e transferem suas quotas, conforme apresentado no quadro acima.

Lucros

De acordo com contrato social, o lucro calculado no final de cada ano pode ser distribuído, retido (total ou parcialmente) ou capitalizadas, como determinado por todos os quotistas. Não há valor mínimo estabelecido para ser distribuído.

Liquidez e Fontes de Recursos

As nossas operações são financiadas pela geração de caixa, pela contratação de financiamentos imobiliários, por aumentos de capital e conta corrente com sociedades por conta de participação.

Os valores financiados aos nossos clientes são, em grande parte, reajustados mensalmente da seguinte maneira: durante a fase de construção, pela variação do INCC e, após a entrega das chaves, pela variação do IGP-M, acrescidos de juros de 12% ao ano. Restringimos nossa exposição a riscos de crédito por meio de vendas para uma base ampla de clientes e por meio de análises de crédito contínuas.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Fluxo de Caixa

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão apresentadas de acordo com a Deliberação CVM no 547, de 13 de agosto de 2008, que aprovou o Pronunciamento Contábil CPC 03 (IAS 7) - "Demonstração dos Fluxos de Caixa", emitido pelo CPC.

(Em R\$ Mil)	Em 31 de dezembro de		
	2015	2014	2013
Caixa líquido proveniente das (aplicados nas) atividades operacionais	(3.025)	(927)	(1.557)
Caixa líquido (aplicado) nas atividades de investimentos	(183)	(13)	(7)
Caixa líquido gerado nas atividades de financiamentos	4.915	3.882	2.901
Aumento (redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa	1.707	2.942	1.337
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	4.279	1.337	-
Caixa e equivalentes de caixa no fim do período	5.986	4.279	1.337
Aumento (redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa	1.707	2.942	1.337

Fluxo de Caixa - Atividades Operacionais

A Empresa obteve uma geração de caixa negativa em 2015, 2014 e 2013 nos valores de R\$ 3.025, R\$ 927 e R\$ 1.557 respectivamente. Motivado pelo investimento realizado na operação da empresa durante esses anos.

Fluxo de Caixa - Atividades de Investimentos

A Empresa obteve uma geração de caixa positivo em 2015, 2014 e 2013 nos valores de R\$ 183, R\$ 13 e R\$ 7 respectivamente. Motivado pelo investimento realizado na operação da empresa durante esses anos.

Fluxo de Caixa - Atividades de Financiamento

A Empresa obteve uma geração de caixa negativa em 2015, 2014 e 2013 nos valores de R\$ 4.915, R\$ 3.882 e R\$ 2.901 respectivamente. Foi o investimento em sua maior parte por capital próprio nas operações da empresa.

Endividamento e Capacidade de Pagamento

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Considerando o perfil do endividamento da Empresa, fluxo de caixa e posição de liquidez, acreditamos que temos liquidez e recursos de capital suficientes para cobrir os investimentos, despesas, dívidas e outros valores a serem pagos nos próximos anos, embora nós não possamos garantir que tal situação permanecerá igual. Caso entendamos necessário contrair empréstimos para financiar nossos investimentos e aquisições, acreditamos ter capacidade para contratá-los atualmente.

Investimentos

Ocorrem atividades em conjunto com as suas controladas e controladas em conjunto, o desenvolvimento de empreendimentos de incorporação imobiliária, especialmente residencial, mediante participação nos empreendimentos, por meio de sociedades constituídas com propósito específico, parcerias, bem como a prestação de serviços de gestão dos empreendimentos imobiliários.

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

a) Resultado da operação da companhia.

As receitas da Empresa decorrem principalmente da incorporação e venda de imóveis e incluem os valores provenientes das unidades vendidas dos empreendimentos. As receitas no setor são apropriadas ao resultado pelo método de percentual de conclusão de cada obra, líquida de descontos e rescisões.

A receita líquida da Empresa passou de R\$ 5,2 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2014, para R\$ 10,3 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015. Tal aumento é explicado por lançamentos de empreendimentos imobiliários durante o exercício de 2015.

Não existia receita líquida em 31 de dezembro de 2013, mas em 31 de dezembro de 2015 a Empresa fechou com uma receita líquida de R\$ 5,2 milhões. Tal aumento decorre dos lançamentos de empreendimentos imobiliários durante o exercício de 2014.

A Sugoi dedica-se à aquisição, desenvolvimento, administração, incorporação, construção, venda e financiamento de imóveis e pretende continuar desenvolvendo tais atividades. Além dos riscos que afetam de modo geral o mercado imobiliário, tais como interrupções de fornecimento e volatilidade do preço dos materiais e equipamentos de construção, disponibilidade de mão-de-obra, oferta e procura de empreendimentos em certas regiões, greves e regulamentos ambientais e de zoneamento, as atividades da Empresa podem vir a ser afetadas pelos seguintes riscos:

- a conjuntura econômica do Brasil pode prejudicar o crescimento do setor imobiliário como um todo, através da desaceleração da economia, aumento de juros, flutuação da moeda e instabilidade política, dentre outros fatores;
- podemos ser impedidos no futuro, em decorrência de nova regulamentação ou de condições de mercado, de corrigir monetariamente nossos recebíveis, de acordo com certas taxas de inflação, conforme atualmente permitido, o que poderia tornar um projeto inviável financeira ou economicamente;
- o grau de interesse dos compradores em um novo projeto lançado ou o preço de venda por unidade necessário para vender todas as unidades podem ficar significativamente abaixo do esperado, o que pode tornar o projeto menos lucrativo do que o esperado ou pode diminuir a velocidade de vendas implicando em custos adicionais com venda e marketing em determinado empreendimento;
- na hipótese de falência ou dificuldades financeiras significativas de uma grande Empresa do setor imobiliário, o setor como um todo pode ser prejudicado, o que poderia causar uma redução, por parte dos clientes, da confiança em outras Empresas que atuam no setor;
- somos afetados pelas condições do mercado imobiliário local ou regional, tais como o excesso de oferta de empreendimentos em certas regiões;

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

- corremos o risco de compradores terem uma percepção negativa quanto à segurança, conveniência e atratividade dos nossos empreendimentos e das áreas onde estão localizados;
- nossas margens de lucros podem ser afetadas em função de aumento nos nossos custos operacionais, investimentos, prêmios de seguro, tributos imobiliários e tarifas públicas;
- oportunidades lucrativas de incorporação, bem como de terrenos disponíveis nas áreas de nosso interesse podem acabar ou diminuir significativamente;
- nossos recursos podem ser limitados, caso parte significativa de nossos clientes não cumpra com suas obrigações de pagamento das parcelas devidas em função de crédito por nós concedido;
- a construção e a venda das unidades dos empreendimentos podem não ser concluídas dentro do cronograma, acarretando um aumento dos custos de construção, o pagamento de multas ou a rescisão dos contratos de venda;
- eventuais erros no cálculo orçamentário para aquisições de terrenos e na construção de empreendimentos podem diminuir nossa margem de lucro ou até mesmo tornar um empreendimento inviável; e
- o aumento de alíquotas de tributos existentes ou a criação de novos tributos durante o prazo em que nossos contratos de venda estejam em vigor poderão prejudicar de maneira relevante a nossa situação financeira e os nossos resultados operacionais.

A ocorrência de quaisquer dos riscos acima poderá ter um efeito material adverso sobre as atividades da Empresa, situação financeira e resultados operacionais.

b) Variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

As receitas de vendas são impactadas pela variação nos índices de inflação que corrigem os nossos contratos de vendas. Os contratos de vendas da Companhia preveem que no período de obra o saldo devedor será indexado pelo Índice Nacional da Construção Civil (INCC), sendo que após a averbação do habite-se os contratos passam automaticamente a serem indexados pelo IGP-M.

Em 31 de dezembro de 2014, a receita operacional líquida da Companhia apresentou um aumento de 100% em relação ao período anterior, totalizando R\$ 5,2 milhões. Neste período, o INCC teve variação acumulada de 6,94% e o IGP-M variação de 2,66%.

Em 31 de dezembro de 2015, a receita operacional líquida da Companhia apresentou um aumento de 98,6% em relação ao período anterior, totalizando R\$ 10,3 milhões. Neste período, o INCC teve variação acumulada de 7,49% e o IGP-M variação de 10,54%.

c) Impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor

Além do impacto na receita de vendas, conforme descrito no item b) acima, a variação dos índices de inflação, especialmente o INCC que, em geral, indexa os custos de construção, afeta nossos resultados operacionais.

Em 2015 tínhamos apenas R\$ 843 mil de empréstimos obtidos, valor classificado no curto prazo, o qual foram obtidos durante o exercício de 2015 e espera-se o pagamento no primeiro semestre de 2016, portanto não gerará grandes impactos financeiros para Empresa.

Os custos são atualizados pelo INCC periodicamente, absorvendo assim dentro da contabilidade os impactos econômicos.

10. Comentários dos diretores / 10.3 - Efeitos relevantes nas DFs**a) Introdução ou alienação de seguimento Operacional**

Não houve.

b) Constituição, aquisição ou alienação de participação societária:

Conforme mencionado no item 6.5 a Empresa realizou algumas operações societárias conforme, seguem abaixo.

A Empresa iniciou-se em 04 de abril de 2011 com a denominação de Betel Incorporações Ltda., com seus Sócios/Administradores pessoa física (Ronaldo Yoshio Akagui e Flavia Costa Akagui) tendo como objeto a incorporação imobiliária, desmembramento e o loteamento de terrenos destinados a venda, compra e venda de imóveis, a locação e administração de bens próprios e capital de R\$ 1.000,00 (mil reais).

Em julho de 2013 houve alteração da denominação da Empresa para Sugoi Incorporadora e Construtora Ltda., bem como, a alteração de seus Sócios/Administradores, inclusão de Silvio Rosolem e a saída de Ronaldo Yoshio Akagui.

Em fevereiro de 2014 a Empresa aumentou seu capital social para R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais).

Em dezembro de 2015 a Empresa alterou seus sócios retirando as pessoas físicas (Silvio Rosolem e Flavia Costa Akagui) para inclusão das pessoas jurídicas (Kibutz Administração e Participações Ltda. e Kibutz Participações Ltda.), mantendo o capital da Empresa.

Em 03 de fevereiro de 2016 a Companhia alterou sua natureza jurídica, de sociedade limitada em sociedade por ações, bem como a sua denominação de Sugoi Incorporadora e Construtora Ltda. para Sugoi Incorporadora e Construtora S.A., com seu NIRE alterado para o número 35.300.489.276. O capital social da Companhia permaneceu com valor de R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais).

Aquisições e alienações de ativos importantes:

- Em novembro de 2012, a Empresa adquiriu por meio de Compromisso de Permuta um imóvel no Município de Campinas com 15.106,00m², pelo o preço de R\$5.931.954,00 (cinco milhões, novecentos e trinta e um mil, novecentos e cinquenta e quatro reais), com objeto específico de desenvolvimento, Incorporação e Construção de empreendimento Imobiliário;

10. Comentários dos diretores / 10.3 - Efeitos relevantes nas DFs

- Em dezembro de 2013, constituiu-se a sociedade empresária limitada denominada VISTA CANTAREIRA EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA, a qual adquiriu por meio de Escritura Publica um imóvel no Município de Guarulhos com 3.153,58m², pelo preço de R\$ 3.974.600,00 (três milhões novecentos e setenta e quatro mil e seiscentos reais), com objeto específico de desenvolvimento, Incorporação e Construção de empreendimento Imobiliário;
- Em dezembro de 2013, constituiu-se a sociedade empresária limitada denominada CONDOMINIO VARANDAS JARDIM DO LAGO LTDA, a qual adquiriu por meio de Escritura Publica um imóvel no Município de Campinas com 8.585,00m², pelo preço de R\$ 3.931.806,00 (três milhões, novecentos e trinta e um mil e oitocentos e seis reais), com objeto específico de desenvolvimento, Incorporação e Construção de empreendimento Imobiliário;
- Em dezembro de 2014, constituiu-se a sociedade empresária limitada denominada HAIFA INVESTIMENTOS E PARTICIPAÇÕES LTDA, com propósito específico de Holding Pura, com objetivo social de participar como sócia ou investidora, por meio de Sociedades em Conta de Participação, do capital de outras sociedades e/ou empreendimento;
- Em setembro de 2014, constituiu-se a Sociedade empresaria limitada denominada RESIDENCIAL MONTE SERRAT SPE LTDA., a qual adquiriu por meio de Escritura Pública dois imóveis no Município de Salto com 15.337,620m² e 8.495,54m², pelo preço de R\$1.900.00,00 (um milhão e novecentos mil reais), com objeto específico de desenvolvimento, Incorporação e Construção de empreendimento Imobiliário;
- Em março de 2015, a Empresa adquiriu por meio de Escritura Publica um imóvel no Município de Caçapava com 16.975m², pelo preço de R\$3.800.00,00 (três milhões e oitocentos mil reais), com objeto específico de desenvolvimento, Incorporação e Construção de empreendimento Imobiliário;
- Em dezembro de 2015, adquiriu-se por meio de Conferência de Bens para integralização de capital social de R\$ 13.670.000,00 (treze milhões, seiscentos e setenta mil reais) a sociedade empresária limitada denominada RESIDENCIAL SÃO MATEUS SPE LTDA, com objeto específico de desenvolvimento, Incorporação e Construção de empreendimento Imobiliário em 12 lotes de um imóvel na Cidade de São Paulo com 1.70.577,16m²;
- Em dezembro de 2015, adquiriu-se por meio de Conferência de Bens para integralização de capital social de R\$ 7.500.000,00 (sete milhões e quinhentos mil reais) a sociedade empresária limitada denominada RESIDENCIAL PARQUE DO CARMO SPE LTDA, com objeto específico de desenvolvimento,

10. Comentários dos diretores / 10.3 - Efeitos relevantes nas DFs

Incorporação e Construção de empreendimento Imobiliário em um imóvel na Cidade de São Paulo com 53.070,00m².

- Em janeiro de 2016, constituiu-se a sociedade empresária limitada denominada RESIDENCIAL BOM RETIRO SPE LTDA., a qual adquiriu por meio de Compromisso de Venda e Compra um imóvel no Município de Paulínia com 399.992,64m², pelo preço de R\$ 7.628.362, 00 (sete milhões, seiscentos e vinte e oito mil, trezentos e sessenta e dois reais), com objeto específico de incorporação imobiliária e a alienação das futuras unidades autônomas de um projeto a ser desenvolvido no imóvel;
- Em janeiro de 2016, constituiu-se a sociedade empresária limitada denominada RESIDENCIAL PAULÍNIA I SPE LTDA., a qual adquiriu por meio de Compromisso de Venda e Compra um imóvel no Município de Paulínia com 16.155,09m², pelo preço de R\$ 7.540.000, 00 (sete milhões, quinhentos e quarenta mil reais), com objeto específico de incorporação imobiliária e a alienação das futuras unidades autônomas de um projeto a ser desenvolvido no imóvel;
- Em janeiro de 2016, constituiu-se a sociedade empresária limitada denominada RESIDENCIAL IDEMORI SPE LTDA., a qual adquiriu por meio de Compromisso de Venda e Compra um imóvel no Município de Itapeverica da Serra com 276.025,56m², pelo preço de R\$ 27.000.000,00 (vinte e sete milhões de reais), com objeto específico de incorporação imobiliária e a alienação das futuras unidades autônomas de um projeto a ser desenvolvido no imóvel;
- Em janeiro de 2016, constituiu-se a sociedade empresária limitada denominada RESIDENCIAL COLINA GUARAPIRANGA SPE LTDA., a qual adquiriu por meio de Escritura Publica um imóvel no Município de São Paulo com 306.306m², pelo preço de R\$ 14.000.000, 00 (quatorze milhões de reais), com objeto específico de incorporação imobiliária e a alienação das futuras unidades autônomas de um projeto a ser desenvolvido no imóvel;
- Em janeiro de 2016, constituiu-se a sociedade empresária limitada denominada RESIDENCIAL JOSE VIGNA TALHADO SPE LTDA., a qual adquiriu por meio de Termo de Ajuste um imóvel no Município de São José do Rio Preto com 133,9793 hectares, pelo preço de R\$ 33.218.008,26 (trinta e três milhões, duzentos e dezoito mil, oito reais e vinte e seis centavos), com objeto específico de incorporação imobiliária e a alienação das futuras unidades autônomas de um projeto a ser desenvolvido no imóvel;
- Em fevereiro de 2016, constituiu-se a sociedade empresária limitada denominada RESIDENCIAL COLINA FRANCISCO MORATO SPE LTDA., a qual adquiriu por meio de Compromisso de Permuta um imóvel no Município de Francisco Morato com 20.709,50m², pelo preço de R\$ 1.475.000,00 (um

10. Comentários dos diretores / 10.3 - Efeitos relevantes nas DFs

milhão, quatrocentos e setenta e cinco mil reais), com objeto específico de incorporação imobiliária e a alienação das futuras unidades autônomas de um projeto a ser desenvolvido no imóvel;

- Em fevereiro de 2016, constituiu-se a sociedade empresária limitada denominada SUGOI PROJETO SPE LTDA., a qual adquiriu por meio de Compromisso de Venda e Compra um imóvel no Município de Mauá com 6.573,80m², pelo preço de R\$ 3.610.000,00 (três milhões, seiscentos e dez mil reais), com objeto específico de incorporação imobiliária e a alienação das futuras unidades autônomas de um projeto a ser desenvolvido no imóvel.

c) Eventos ou operações não usuais

Não houve.

10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases**a) Mudanças significativas nas práticas contábeis**

Não houve.

b) Efeitos Significativos das alterações em práticas contábeis.

Não houve.

c) Ressalvas e ênfases presentes no parecer do auditor.

Há apenas uma ressalva no parecer dos auditores referente ao exercício de 2013. Na parte do relatório que apresenta quadros comparativos com o exercício de 2012, os auditores informam que a Companhia não foi auditada pelos mesmos auditores no ano de 2012.

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

As principais políticas contábeis aplicadas na elaboração destas demonstrações contábeis são apresentadas a seguir. Essas políticas foram aplicadas de forma consistente em relação ao ano anterior, salvo indicação em contrário.

Base de preparação

As demonstrações contábeis foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor e determinados ativos financeiros mensurados ao valor justo.

A Empresa opera no Brasil e o real é a moeda funcional e de apresentação, não tendo realizado operações em moeda estrangeira.

A preparação de demonstrações contábeis requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Empresa no processo de aplicação das políticas contábeis. As estimativas são usadas para, entre outros, a determinação da vida útil de bens e equipamentos, provisões necessárias para passivos contingentes, provisão para créditos de liquidação duvidosa, os custos orçados para os empreendimentos, tributos e outros encargos similares. Baseado nesse fato, os resultados reais podem ser diferentes dos resultados considerados por essas estimativas.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações contábeis devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Empresa revisa suas estimativas e premissas periodicamente em prazo não superior a um ano.

Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento por parte da administração da Empresa no processo de aplicação das políticas contábeis e que possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para a elaboração das demonstrações contábeis, estão divulgadas na Nota 3.

Demonstrações contábeis consolidadas

As demonstrações contábeis consolidadas foram preparadas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e também de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), que considera a Orientação OCPC 04 sobre a aplicação da Interpretação Técnica ICPC 02 às entidades de incorporação imobiliária no Brasil, emitida pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), e aprovadas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

A referida Orientação OCPC 04 trata de determinados assuntos relacionados ao significado e aplicação do conceito de transferência contínua de riscos, benefícios e de controle na venda de unidades imobiliárias pelas empresas de incorporação imobiliária no Brasil, base para o reconhecimento de

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

receitas, conforme descrito com maiores detalhes na Nota 2.9.

Demonstrações contábeis individuais

As demonstrações contábeis individuais da controladora foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs) e aprovadas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e são publicadas juntas com as demonstrações contábeis consolidadas.

Nas demonstrações contábeis individuais, as controladas e controladas em conjunto são contabilizadas pelo método de equivalência patrimonial. Os mesmos ajustes são feitos tanto nas demonstrações contábeis individuais quanto nas demonstrações contábeis consolidadas para chegar ao mesmo resultado e patrimônio líquido atribuível aos acionistas da controladora. Os encargos financeiros incorridos sobre determinados empréstimos e financiamentos, cujos recursos foram empregados pela controladora na compra de terrenos e na construção dos empreendimentos das sociedades controladas e controladas em conjunto, são capitalizados e apresentados nas demonstrações contábeis individuais na rubrica de investimentos para chegar ao mesmo resultado e patrimônio líquido atribuível aos acionistas da controladora que estão apresentados nas demonstrações contábeis consolidadas. Esse ajuste, correspondente aos encargos financeiros apropriados às unidades não vendidas dos empreendimentos em construção, nas demonstrações contábeis consolidadas, estão apresentados na rubrica de imóveis a comercializar e são levados à rubrica de custos das unidades vendidas à medida em que as correspondentes unidades são vendidas. O reflexo da realização dos encargos financeiros nas demonstrações contábeis consolidadas é registrado nas demonstrações contábeis individuais, com base no método da equivalência patrimonial.

As demonstrações contábeis das controladas e controladas em conjunto, para fins de equivalência patrimonial, são elaboradas para o mesmo período de divulgação que a Empresa e, quando necessário, são efetuados ajustes para que as políticas contábeis estejam de acordo com as adotadas pela Empresa.

A participação societária no resultado das controladas e controladas em conjunto é demonstrada no resultado da controladora como equivalência patrimonial, representando o lucro líquido da investida atribuível aos controladores.

Após a aplicação do método da equivalência patrimonial, a Empresa determina se é necessário reconhecer perda adicional do valor recuperável sobre o investimento da Empresa em sua sociedade controlada ou controlada em conjunto. A Empresa determina, em cada data de fechamento, se há evidência objetiva de que os investimentos em controladas e controladas em conjunto sofreram perdas por redução ao valor recuperável. Se assim for, a Empresa calcula o montante da perda por redução ao valor recuperável como a diferença entre o valor recuperável da controlada ou controlada em conjunto e o valor contábil e reconhece o montante na demonstração do resultado da controladora.

No caso da Empresa, as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicadas nas demonstrações contábeis

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

individuais diferem do IFRS aplicável às demonstrações contábeis separadas, apenas pela avaliação dos investimentos em controladas e controladas em conjunto, pelo método da equivalência patrimonial, enquanto conforme IFRS seria pelo custo ou valor justo.

Consolidação

As seguintes políticas contábeis são aplicadas na elaboração das demonstrações contábeis consolidadas:

Controladas

Controladas são todas as entidades (incluindo as entidades de propósito específico) nas quais a Empresa tem o controle. A Empresa controla uma entidade quando está exposta ou tem direito a retorno variáveis decorrentes de seu envolvimento com a entidade e tem a capacidade de interferir nesses retornos devido ao poder que exerce sobre a entidade. As controladas são totalmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para a Empresa. A consolidação é interrompida a partir da data em que a Empresa deixa de ter o controle.

As controladas são consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para a Empresa e é interrompida a partir da data em que o controle termina.

As demonstrações contábeis consolidadas incluem as operações da Empresa e das seguintes sociedades controladas e respectiva participação percentual na data das demonstrações contábeis:

Percentual de participação

	2015	2014
Controladas e controladas em conjunto diretas		
Vista Cantareira	100%	100%
Empreendimentos Imobiliários Ltda.		
Condomínio Varandas	100%	100%
Jardim do Lago Ltda.		
Residencial Monte Serrat	100%	100%
SPE Ltda.		

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

Haifa Investimentos e Participações Ltda.	60%	60%
Residencial São Mateus SPE Ltda.	99%	-
Residencial Parque do Carmo SPE Ltda.	99%	-

Transações com participações de não controladores

A Empresa trata as transações com participações de não controladores como transações com proprietários de ativos do Grupo. Para as compras de participações de não controladores, a diferença entre qualquer contraprestação paga e a parcela adquirida do valor contábil dos ativos líquidos da controlada é registrada no patrimônio líquido. Os ganhos ou perdas sobre alienações para participações de não controladores também são registrados diretamente no patrimônio líquido, na conta "Prejuízos acumulados".

Quando a Empresa deixa de ter controle, qualquer participação retida na entidade é remensurada ao seu valor justo, sendo a mudança no valor contábil reconhecida no resultado. O valor justo é o valor contábil inicial para subsequente contabilização da participação retida em uma joint venture ou um ativo financeiro.

As participações minoritárias são demonstradas no patrimônio líquido.

Empreendimentos controlados em conjunto

Os investimentos em joint ventures são contabilizados pelo método da equivalência patrimonial e são, inicialmente, reconhecidos pelo seu valor de custo.

Os ganhos não realizados com as joint ventures são eliminados na proporção de participação societária. As perdas não realizadas também são eliminadas, a menos que a operação forneça evidências de uma perda (*impairment*) do ativo transferido. As políticas contábeis das controladas em conjunto são alteradas, quando necessário, para assegurar consistência com as políticas contábeis da Empresa.

10. Comentários dos diretores / 10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas DFs

a) Os ativos e passivos detidos pela Companhia, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (inclusive arrendamentos mercantis operacionais, ativos e passivos, carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades, indicando respectivos passivos, contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços, contratos de construção não terminada e contratos de recebimentos futuros de financiamentos).

Não temos nenhum ativo ou passivo material que não esteja refletido nas nossas Demonstrações Financeiras Consolidadas. Todas as nossas participações e/ou relacionamentos em/com nossas subsidiárias encontram-se registrados nas nossas Demonstrações Financeiras Consolidadas.

b) **Outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras.**

Não há outros itens relevantes não evidenciados nas nossas Demonstrações Financeiras Consolidadas.

10. Comentários dos diretores / 10.7 - Coment. s/itens não evidenciados

a) Como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras da Companhia
Sem alterações.

b) Natureza e propósito da operação.
Sem alterações.

c) Natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação.
Sem alterações.

10. Comentários dos diretores / 10.8 - Plano de Negócios

a) Investimentos inclusive descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos, fontes de financiamento dos investimentos e desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos).

A Companhia tem como foco principal em seu Plano de Negócios o objetivo de aumentar seu portfólio de projetos com vistas a consolidar a marca da empresa no mercado imobiliário do Brasil.

Desta forma, em números, será apresentado abaixo o Plano de Negócios dos próximos 5 (cinco) anos, com seus investimentos, sendo que neste período, não haverá desinvestimentos.

Os investimentos são realizados através de *Privaty Equity* e/ou papéis negociados no mercado de capitais.

Cenário Completo					
Nome	Projeto	Qtdes.	Receitas	Lucros Líq.	
				Nominal	Lucro Líq. VPL
		11.564	1.500.862.574	226.681.186	141.025.793
Campinas Jd do Lago II	P1	456	96.500.000	17.129.362	9.754.645
Francisco Morato	P2	170	29.186.541	4.674.007	2.724.897
Jd Ângela	P3	1.888	219.008.000	31.266.450	19.058.693
Parque do Carmo	P4	1.722	209.062.000	32.168.085	20.621.078
Paulínia - Fase1 - Donizete	P5	384	62.625.033	6.869.306	3.421.413
José Vigna - Talhado - Fase 1	P6	1.638	204.750.000	29.930.303	16.956.469
Idemori - Faixa 1	P7	1.398	209.700.000	31.288.310	18.614.059
Bento Guelfi	P8	2.396	293.136.000	42.911.004	29.008.476
Paulínia (Velloso)	P9	1.320	151.800.000	26.981.310	18.022.055
Nova Canaã	P10	192	25.095.000	3.463.049	2.844.008
		Soma Individual	Consolidado		
Equity	Cash in	-54.359.454	-31.409.945		
Custo por U.H.		-4.701	-2.716		
Resultado por U.H.		19.602	12.195		
Nome	Projeto	Qtdes.	Data de incorporação		
Campinas Jd do Lago II	P1	456	out-2016		
Francisco Morato	P2	170	abr-2016		
Jd Ângela	P3	1.888	mar-2017		
Parque do Carmo	P4	1.722	out-2016		
Paulínia - Fase1 - Donizete	P5	384	nov-2016		
José Vigna - Talhado - Fase 1	P6	1.638	mai-2017		
Idemori - Faixa 1	P7	1.398	abr-2017		
Bento Guelfi	P8	2.396	jul-2016		
Paulínia (Velloso)	P9	1.320	mai-2016		
Nova Canaã	P10	192	mar-2016		

10. Comentários dos diretores / 10.8 - Plano de Negócios

b) Aquisições já divulgadas de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que podem influenciar materialmente a capacidade produtiva da Companhia

Sem alterações.

c) Novos produtos e serviços (inclusive descrição das pesquisas em andamento já divulgadas, montantes totais gastos pela Companhia em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços, projetos em desenvolvimento já divulgados e montantes totais gastos pela Companhia no desenvolvimento de novos produtos ou serviços)

Sem alterações.

10. Comentários dos diretores / 10.9 - Outros fatores com influência relevante

Todas as informações relevantes e pertinentes a este tópico foram divulgadas nos itens acima.

11. Projeções / 11.1 - Projeções divulgadas e premissas

A Companhia não tem como prática divulgar projeções operacionais e financeiras. A divulgação de Projeções e Estimativas pelo Emissor é facultativa, nos termos do artigo 20 da Instrução CVM nº 480/09.

11. Projeções / 11.2 - Acompanhamento das projeções

A Companhia não tem como prática divulgar projeções operacionais e financeiras. A divulgação de Projeções e Estimativas pelo Emissor é facultativa, nos termos do artigo 20 da Instrução CVM nº 480/09.

12. Assembléia e administração / 12.1 - Estrutura administrativa

a) Atribuições de cada órgão e comitê

A Empresa é administrada por um Conselho de Administração e por uma Diretoria.

O Conselho de Administração

É composto por 3 (três) membros, acionistas ou não, residentes ou não no País e eleitos anualmente pela Assembleia Geral Ordinária.

A função primordial do Conselho de Administração é estabelecer as diretrizes fundamentais da política geral da Companhia, verificar e acompanhar sua execução, cumprindo-lhe especialmente: (i) fixar a orientação geral dos negócios da Companhia;(ii) eleger e destituir os diretores da Companhia, fixando-lhes as atribuições que não estejam, especificamente, previstas neste Estatuto Social ou na lei; (iii) fiscalizar a gestão dos diretores, examinar, a qualquer tempo, os livros, papéis e outros documentos d Companhia, solicitar informações sobre contratos celebrados, ou em vias de celebração, e sobre quaisquer outros atos; (iv) convocar a assembleia geral quando julgar conveniente ou necessário; (v) manifestar-se sobre o relatório da administração, as demonstrações financeiras, as contas da Diretoria, a proposta de destinação do resultado do exercício e o parecer dos auditores externos independentes; (vi) escolher e destituir os auditores externos independentes; (vii) apresentar à assembleia geral propostas de destinação dos lucros sociais e de alterações estatutárias; (viii) aprovar ou alterar o orçamento trimestral e anual, política de gestão de caixa, plano de negócio da Companhia, bem como os planos de investimento e de imobilizações da Companhia; (ix) fixar a política geral de salários e demais políticas gerais de pessoal, incluindo, mas não se limitando a, quaisquer benefícios, bônus, qualquer outro componente de remuneração e participação nos resultados da Companhia; (x) aprovar a participação, direta ou indireta, da Companhia em operações de cisão, fusão e/ou incorporação, de ações e/ou de sociedades, participação direta ou indireta da Companhia em qualquer forma de reorganização societária, no Brasil ou no exterior, ou a participação da Companhia em grupo de sociedades; (xi) aprovar a alienação ou oneração, a qualquer título, de bens e/ou direitos do ativo da Companhia e a prestação de quaisquer garantias pela Companhia, bem como o aumento, redução, oneração ou alienação de investimentos e participações diretas ou indiretas detidas pela Companhia em outras sociedades; (xii) aprovar a celebração de contratos de qualquer natureza por meio dos quais a Companhia assuma obrigações pecuniárias de montante total anual superior a R\$ 100.000,00 (cem mil reais); (xiii) aprovar os termos e condições de realização de AFAC pelos acionistas, os critérios a serem observados quando da sua conversão em aumento de capital da Companhia, bem como os termos e as condições dos empréstimos a serem concedidos pelos acionistas à Companhia; (xiv) aprovar a celebração de negócios e contratos com partes relacionadas; (xv) aprovar a aquisição de participações societárias em outras sociedades, independentemente do valor da operação; (xvi) aprovar a concessão ou assunção de dívidas, pela Companhia, celebração de empréstimo ou financiamentos com valor individual ou agregado igual ou superior a R\$ 100.000,00 (cem mil reais); (xvii) aprovar plano de outorga de opções de compra a executivos da Companhia; (xviii) deliberar sobre a instalação, transferência ou extinção de filiais, sucursais, escritórios, agências ou representações da Companhia em qualquer ponto

12. Assembléia e administração / 12.1 - Estrutura administrativa

do território nacional ou do exterior; (xix) deliberar quanto às condições, limites e valores relativos à qualquer constituição de ônus reais e prestação de garantias, inclusive concessão de garantia, aval ou assunção de obrigações em benefício de terceiros, seus acionistas e/ou de suas partes relacionadas; (xx) deliberar sobre a aquisição de ações de emissão da Companhia para efeito de cancelamento ou permanência em tesouraria, bem como sobre sua revenda ou recolocação no mercado; (xxi) aprovar a contratação da instituição depositária prestadora dos serviços de ações escriturais; e (xxii) definir lista tríplice de empresas especializadas em avaliação econômica de empresas para a elaboração de laudo de avaliação das ações da Companhia, nos casos de Oferta Pública para cancelamento de registro de Companhia aberta ou para saída do BOVESPA MAIS.

Diretoria

A Diretoria é composta por, no mínimo, 2 (dois) e, no máximo, 4 (quatro) Diretores, acionistas ou não, residentes no País, eleitos pelo Conselho de Administração, com mandato de 2 (dois) anos, sendo 1 (um) Diretor Presidente, 1 (um) Diretor Financeiro, 1 (um) Diretor de Relações com Investidores e 1 (um) Diretor de Engenharia.

É de competência da Diretoria a administração dos negócios sociais em geral e a prática, para tanto, de todos os atos necessários ou convenientes, ressalvados aqueles para os quais seja, por lei ou pelo presente Estatuto Social, atribuída a competência à Assembleia Geral e/ou ao Conselho de Administração. Seus poderes incluem, mas não estão limitados a, entre outros, os suficientes para: (i) zelar pela observância da lei, deste Estatuto Social e de Acordo de Acionistas arquivado na sede social; (ii) zelar pelo cumprimento das deliberações tomadas nas Assembleias Gerais, nas reuniões do Conselho de Administração e nas suas próprias reuniões; (iii) administrar, gerir e superintender os negócios sociais; (iv) emitir e aprovar instruções e regulamentos internos que julgar úteis ou necessários; e (v) distribuir, entre seus membros, as funções da administração da Companhia.

Comitês Executivos

Os Comitês Executivos funcionarão de acordo com as necessidades da Companhia e com seus respectivos regimentos internos e terão funções e objetivos definidos pelo Conselho de Administração a quem compete, ainda, o direito de veto. O Conselho de Administração poderá constituir outros Comitês, de acordo com o interesse da Companhia e necessidade dos negócios. Os membros dos Comitês Executivos serão eleitos pelo Conselho de Administração da Companhia, sendo obrigatória a participação em todos os Comitês Executivos de pelo menos 1(um) Diretor Presidente.

- a) Comitê de Riscos e Compliance;
- b) Comitê de Governança, Ética e Sustentabilidade;
- c) Comitê de Investimentos;

12. Assembléia e administração / 12.1 - Estrutura administrativa

- d) Comitê de Remuneração;
- e) Comitê Financeiro;
- f) Comitê de Produção.

Os Comitês serão formados por, no mínimo, 3 (três) e, no máximo, 5 (cinco) membros efetivos. A eleição dos membros dos Comitês ocorrerá, preferencialmente, na Reunião do Conselho de Administração em que for eleita a Diretoria Executiva da Companhia, sendo os respectivos mandatos de 2 (dois) anos, permitidas reeleições. É obrigatória a participação do Presidente do Conselho de Administração e de 1 (um) dos Diretores Presidentes da Companhia. Adicionalmente, competirá ao Presidente do Conselho de Administração da Companhia presidir as atividades dos Comitês.

Os Comitês devem submeter ao Conselho de Administração suas recomendações sobre questões de suas respectivas competências e reportar suas atividades periodicamente ao Conselho de Administração. Compete ainda aos Comitês acompanhar a execução de suas recomendações, reunindo-se periodicamente com a Diretoria Executiva e gestores da Companhia.

Comitê de Riscos e Compliance

Compete ao Comitê de Riscos e Compliance: (i) avaliar e monitorar as exposições de risco da Companhia, acompanhando e supervisionando o processo de gerenciamento de riscos. (ii) acompanhar, exigir e zelar pelo fiel cumprimento, pela Companhia, seus administradores, colaboradores e prestadores de serviços, com relação a (a) todas as principais leis e normas aplicáveis aos seus negócios e atividades, incluindo, dentre outros, normas e regulamentos da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") e Regulamento da BM&FBovespa; e (b) regras e manuais internos da Companhia; (iii) assegurar a adequação, fortalecimento e funcionamento dos sistemas de controles internos da Companhia, visando reduzir, exterminar e/ou mitigar riscos existentes e prevenir potenciais riscos, apresentando recomendações de aprimoramento de políticas, práticas e procedimentos; (iv) disseminar a cultura de gerenciamento de riscos e controles internos na Companhia visando assegurar o estrito cumprimento de todas as leis, normas e regulamentos a ela aplicáveis; (v) avaliar denúncias recebidas e comunicar formalmente à Administração quaisquer suspeitas de: (a) inobservância de normas legais, regulamentares e internas que coloquem em risco as atividades, negócios, reputação e resultados operacionais da Companhia; (b) fraudes cometidas por funcionários da Companhia ou terceiros em relação aos bens ou atividades da Companhia; (vi) emitir recomendações sobre situações de potencial conflito de interesses entre partes relacionadas da Companhia quando julgar necessário ou por solicitação do Conselho de Administração, diretoria ou gerências da Companhia.

Comitê de Governança, Ética e Sustentabilidade

Compete ao Comitê de Governança, Ética e Sustentabilidade zelar e disseminar o comprometimento da Companhia por uma gestão pautada pelos pilares de governança corporativa, sustentabilidade e ética empresarial, incluindo, mas não se limitando a: (a) transparência de informações; (b) equidade; (c)

12. Assembléia e administração / 12.1 - Estrutura administrativa

prestação de contas; (d) responsabilidade corporativa; (e) erradicação do trabalho infantil, forçado ou compulsório; (f) combate à práticas de discriminação, sob quaisquer formas; (g) prevenção ao assédio moral ou sexual; (h) valorização da diversidade; (i) combate a todas as formas de corrupção; (j) preservação ambiental; (ii) promover a constante melhoria das práticas de governança adotadas pela Companhia, recomendando novas práticas e/ou propondo alterações às práticas existentes; (iii) zelar pelo eficaz funcionamento do Conselho de Administração e de seus comitês de assessoramento, bem como promover o bom relacionamento entre o Conselho de Administração, a Diretoria e os acionistas da Companhia; (iv) coordenar a agenda anual de reuniões do Conselho de Administração e de seus comitês de assessoramento, bem como reunir-se mensalmente com cada secretário dos comitês buscando garantir a organização e andamento dos trabalhos e o reporte periódico ao Conselho de Administração; (v) garantir uma agenda periódica de treinamentos sobre conduta e ética para a administração e colaboradores da Companhia, bem como participar dos principais treinamentos; (vi) avaliar e discutir desvios de conduta e/ou princípios éticos que sejam identificados, reportando os desvios relevantes ao Conselho de Administração; (viii) acompanhar os indicadores sociais, ambientais e econômicos da Companhia e propor metas, ações e programas de sustentabilidade empresarial, acompanhando e avaliando periodicamente os resultados obtidos por tais metas, ações e programas; (ix) discutir, propor e atualizar as políticas e diretrizes socioambientais da Companhia.

Comitê de Investimentos

Compete ao Comitê de Investimentos, realizado mensalmente, examinar: (i) o produto proposto, (ii) o projeto e custo de construção, (iii) a viabilidade econômica, (iv) os termos comerciais e financeiros da proposta de compra, no caso de uma aquisição de terreno, (v) as condições comerciais e tabelas de venda, no caso de um lançamento, e (vi) a situação do terreno e/ou do empreendimento em seus aspectos legais e regulatórios.

Comitê de Remuneração

Compete ao Comitê de Remuneração: (i) apresentar ao Conselho de Administração proposta da remuneração global anual dos Diretores e dos Conselheiros da Companhia, a qual deverá incluir todo e qualquer valor a ser pago, direta ou indiretamente, pela Companhia e/ou pelas suas subsidiárias, a título de pró-labore, bônus, prêmio, participação nos lucros e/ou dividendos; (ii) apresentar ao Conselho de Administração proposta de distribuição da remuneração global anualmente aprovada pela assembleia geral entre os Diretores e os Conselheiros da Companhia, em contrapartida aos serviços prestados à Companhia e/ou às suas subsidiárias; (iii) opinar sobre a participação dos Diretores e Conselheiros da Companhia e das suas subsidiárias nos lucros da Companhia e das suas subsidiárias; e (iv) opinar sobre qualquer contrato a ser celebrado entre a Companhia e qualquer de seus Diretores, Conselheiros e funcionários, que contemple o pagamento de valores a título de indenização.

Comitê Financeiro

12. Assembléia e administração / 12.1 - Estrutura administrativa

Compete ao Comitê Financeiro, realizado mensalmente, entre outros assuntos, (i) projeções de fluxo de caixa, (ii) o comportamento dos empreendimentos já lançados em relação aos estudos realizados e aprovados anteriormente ao lançamento, (iii) o impacto de variações de parâmetros comerciais na rentabilidade e no fluxo de caixa nosso e dos nossos empreendimentos, (iv) o financiamento dos empreendimentos, (v) o nosso custo de capital, e (vi) auditoria das contas de cada empreendimento ou de cada Sociedade de Propósito Específico, mediante a apresentação de extratos bancários e dos comprovantes de despesas incorridas.

Comitê de Produção

Compete ao Comitê de Produção: (i) zelar pelo correto planejamento e controle da produção, avaliando os diversos fatores que precisam ser administrados e seus respectivos impactos, para que as metas da Companhia sejam atingidas, (ii) estabelecer estratégias de gestão de suprimentos e mão de obra, (iii) acompanhar cronogramas de obras, (iv) propor soluções de otimização de produtividade, (v) zelar e propor planos de ação para a redução de impactos ambientais resultantes do processo produtivo, buscando aprimorar as práticas para o desenvolvimento sustentável de suas obras, (vi) revisar e propor melhorias aos processos de compras e gestão de custos, visando a manutenção de qualidade dos serviços e produtos empregados, (vii) revisar e propor melhorias aos planos de controles de produção e treinamentos de colaboradores de obra, (viii) zelar pela manutenção de boas práticas de segurança no trabalho, higiene e organização do canteiro de obras.

b) Data de instalação do conselho fiscal, se este não for permanente, e de criação dos comitês

A Companhia terá Conselho Fiscal não permanente, que será instalado quando solicitado pelos acionistas, na forma da lei.

Quando instalado, o Conselho Fiscal será composto por no mínimo 3 (três) e no máximo 5 (cinco) membros efetivos e igual número de suplentes, com as atribuições e nos termos previstos em lei.

c) Mecanismos de avaliação de desempenho de cada órgão ou comitê

Atualmente não há mecanismos de avaliação de desempenho do Conselho de Administração, Conselho Fiscal e de comitês, bem como não há previsão de implantação.

d) Em relação aos membros da diretoria, suas atribuições e poderes individuais

As atribuições individuais dos nossos Diretores são estabelecidas pelo nosso Conselho de Administração como segue:

Diretor Presidente: Compete ao Diretor Presidente, além de coordenar a ação dos Diretores, dirigir a execução das atividades relacionadas com o nosso planejamento geral e das demais atribuições que nos

12. Assembléia e administração / 12.1 - Estrutura administrativa

venham a ser estabelecidas pelo nosso Conselho de Administração quando de sua eleição: (i) submeter à aprovação do Conselho de Administração os planos de trabalho e orçamento anuais, os planos de investimento e os novos programas de expansão da Companhia e de suas sociedades controladas, promovendo a sua execução nos termos aprovados; (ii) formular as estratégias e diretrizes operacionais da Companhia, bem como estabelecer os critérios para a execução das deliberações da Assembleia Geral e do Conselho de Administração, com a participação dos demais diretores; (iii) exercer a supervisão de todas as atividades; (iv) coordenar e superintender as atividades da Diretoria, convocando e presidindo suas reuniões; (v) manter os membros do nosso Conselho de Administração informados sobre as nossas atividades e o andamento de nossas operações; e (v) exercer as demais atribuições que lhe forem conferidas pelo Conselho de Administração.

Diretor Financeiro: Compete ao Diretor Financeiro, dentre outras atribuições que lhe venham a ser estabelecidas pelo nosso Conselho de Administração quando de sua eleição: (i) a administração financeira da Companhia; (ii) a administração das áreas de controladoria, tesouraria, e contabilidade; (iii) a execução das diretrizes determinadas pelo Conselho de Administração; (iv) planejar, coordenar, organizar, supervisionar e dirigir as atividades relativas às nossas operações de natureza financeira; (v) gerir as nossas finanças consolidadas; (vi) propor as metas para o desempenho e os resultados das nossas diversas áreas e de nossas controladas e coligadas, o nosso orçamento, acompanhar os resultados das nossas sociedades controladas e coligadas, preparar as demonstrações financeiras e o relatório anual da nossa administração; (vii) coordenar a avaliação e implementação de oportunidades de investimentos e operações, incluindo financiamentos, no nosso interesse e de nossas controladas e coligadas; (v) elaborar e acompanhar os nossos planos de negócios, operacionais e de investimento; (viii) elaborar e acompanhar o nosso plano de organização e emitir as normas correspondentes; e (ix) a substituição do Diretor Presidente em suas ausências e impedimentos temporários.

Diretor de Relações com Investidores: Compete ao Diretor de Relações com Investidores, dentre outras atribuições que lhe venham a ser estabelecidas pelo nosso Conselho de Administração quando de sua eleição: (i) divulgar e comunicar à CVM e à BM&FBOVESPA, se for o caso, qualquer ato ou fato relevante ocorrido ou relacionado aos negócios da Companhia, bem como zelar por sua ampla e imediata disseminação, simultaneamente em todos os mercados em que tais valores mobiliários sejam admitidos à negociação, além de outras atribuições definidas pelo Conselho de Administração; (ii) prestar informações aos investidores; e (iii) manter atualizado o registro da Companhia, prestando as informações necessárias para tanto, tudo em conformidade com a regulamentação aplicável da CVM.

Diretor de Engenharia: Compete ao Diretor Técnico, dentre outras atribuições que lhe venham a ser estabelecidas pelo nosso Conselho de Administração quando de sua eleição: (i) avaliar e determinar as tecnologias e processos construtivos a serem adotadas por nós; (ii) definir o custo de nossa construção; (iii) coordenar as nossas atividades de suprimentos; (iv) coordenar as nossas atividades de assistência técnica; (v) gerir todas as atividades ligadas à construção, respondendo por todos os aspectos técnicos ligados a tal atividade; (vi) gerir todas as atividades ligadas à segurança e saúde do trabalho; e (vii) gerir e coordenar todas as atividades ligadas ao desenvolvimento de todos os projetos para execução dos

12. Assembléia e administração / 12.1 - Estrutura administrativa

nossos produtos.

12. Assembléia e administração / 12.2 - Regras, políticas e práticas em assembleias

a) Prazos de convocação

As Assembleias Gerais da Companhia serão convocadas com, no mínimo, 15 (quinze) dias de antecedência, mediante correspondência, com aviso de recebimento ou protocolo, enviada aos acionistas.

b) Competências

Compete a Assembleia Geral as seguintes atribuições, além daquelas previstas em lei:

- I - Aprovar qualquer alteração e/ou reforma do Estatuto Social da Companhia;
- II - Eleger ou destituir, a qualquer tempo, os membros do Conselho de Administração da Companhia;
- III - Tomar anualmente as contas dos Diretores, e deliberar sobre as demonstrações financeiras por eles apresentadas;
- IV - Deliberar sobre transformação, fusão, incorporação (incluindo incorporação de ações) e cisão da Companhia, ou qualquer outra forma de reestruturação da Companhia;
- V - Deliberar sobre a dissolução e a liquidação da Companhia e eleger e destituir liquidante (s);
- VI - Examinar e aprovar as contas do (s) liquidante (s);
- VII - Deliberar sobre o pedido ou a confissão de falência ou de recuperação judicial ou extrajudicial da Companhia, nos termos da legislação aplicável;
- VIII - Aprovar o aumento ou a redução do capital social da Companhia;
- IX - Deliberar sobre a emissão, para distribuição pública ou privada, de quaisquer valores mobiliários, dentre os quais, novas ações e a emissão de debêntures, conversíveis ou não em ações, de bônus de subscrição, de notas promissórias, de partes beneficiárias, de warrants, de opções de compra de ações ou de opções sobre quaisquer outros valores mobiliários de emissão da Companhia, bem como obtenção ou cancelamento de registro de companhia aberta;
- X - Aprovar a criação de ações preferenciais, criação de outra classe de ações com direitos, preferências ou privilégios iguais ou mais vantajosos do que aqueles atribuídos às ações existentes da Companhia;
- XI - Aprovar o resgate de ações da Companhia, independentemente da classe;
- XII - Deliberar sobre a proposta de destinação do resultado, incluindo eventual retenção dos lucros para constituição de reserva de qualquer natureza, bem como a declaração de dividendos intermediários ou intercalares e deliberação sobre o pagamento de juros sobre o capital próprio, nos termos do artigo nº 204, §2º, da Lei das S.A., observadas as regras previstas em Acordo de Acionistas arquivado na sede social;
- XIII - Aprovar quaisquer modificações nos direitos e vantagens das ações existentes da Companhia, inclusive da política de dividendos e das regras previstas neste Estatuto Social e em Acordo de Acionistas arquivado na sede social;
- XIV - Aprovar a fixação do limite anual da remuneração dos membros de qualquer órgão da administração da Companhia, inclusive benefícios indiretos (*fringe benefits*); e
- XV - Deliberar acerca de qualquer matéria que por lei dê ao acionista o direito de retirar-se da Companhia.

12. Assembléia e administração / 12.2 - Regras, políticas e práticas em assembléias**c) Endereços (físico ou eletrônico) nos quais os documentos relativos à assembleia geral estarão à disposição dos acionistas para análise:**

Endereço Físico: Avenida Doutor Cardoso de Melo, 1.470, 2º andar, Cj. 206, Vila Olímpia, Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP 04548-005.

Endereço Eletrônico:

www.sugoiincorporadora.com.br;

www.cvm.gov.br;

www.bovespa.com.br

d) Identificação e administração de conflitos de interesses

Conforme a legislação Brasileira, quando algum acionista tiver interesse conflitante com o da Companhia, este não poderá votar nas deliberações da Assembleia Geral. Nesse sentido, na Companhia essa regra se aplica, não admitindo seu voto.

e) Solicitação de procurações pela administração para o exercício do direito de voto

Não há regra estabelecida para solicitação de procurações pela administração para exercício do direito de voto.

f) Formalidades necessárias para aceitação de instrumentos de procuração outorgados por acionistas, indicando se o emissor admite procurações outorgadas por acionistas por meio eletrônico

Os acionistas poderão fazer-se representar nas Assembleias Gerais da Companhia por procuradores devidamente constituídos há menos de 1 (um) ano, que seja acionista, administrador da companhia ou advogado, na forma prevista em lei.

Deverá o representante estar validamente constituído, comparecendo à Assembleia Geral munido de documentos que comprovem sua identidade, bem com procuração devidamente regulado na forma da lei e do Estatuto, com indicação do voto a ser proferido em nome do acionista,

A Companhia ainda não admite procurações outorgadas por acionistas por meio eletrônico. Entretanto pretende implantar este sistema a longo prazo para adequar-se às novas recomendações introduzidas pela Instrução CVM n.º 481.

g) Boletim de voto a distância

A Companhia não aceita boletim de voto a distância e, portanto, não possui regras ou formalidades para

12. Assembléia e administração / 12.2 - Regras, políticas e práticas em assembleias

seu recebimento.

h) Sistema de Recebimento de boletim e de voto a distância

A Companhia não possui sistema eletrônico de recebimento de boletim de voto a distância.

i) Mecanismos destinados a permitir a inclusão, na ordem do dia, de proposta formuladas por acionistas.

Não há atualmente mecanismos para permitir tal inclusão, visto que até a presente data nunca foi solicitada a Companhia tal inclusão. A Companhia poderá atender tais solicitações, caso apresentadas, em cada caso específico.

j) Manutenção de fóruns e páginas na rede mundial de computadores destinados a receber e compartilhar comentários dos acionistas sobre as pautas das assembleias

A Companhia não aceita boletim de voto a distância e, portanto, não possui regras ou formalidades para seu recebimento.

k) Outras informações necessárias à participação a distância e ao exercício do direito de voto a distância.

Não existem outras informações relevantes a respeito de participação à distância e exercício do direito de voto a distância.

12. Assembléia e administração / 12.3 - Regras, políticas e práticas do CA

a) Frequência das reuniões

O Conselho de Administração reunir-se-á, ordinariamente, uma vez por mês e, extraordinariamente, sempre que necessário, na sede da sociedade ou em qualquer outra localidade escolhida, mediante convocação do seu Presidente ou de qualquer Conselheiro. As atas das reuniões serão lavradas em livro próprio.

No exercício de 2015 não houve reunião do Conselho de Administração da Companhia.

A última reunião do Conselho de Administração da Empresa foi realizada em 13 de maio de 2016.

b) Se existirem, as disposições do acordo de acionistas que estabeleçam restrição ou vinculação ao exercício do direito de voto de membros do conselho.

Há um acordo de acionistas vigente celebrado em 16.03.2016 entre os atuais acionistas da companhia, os quais comprometem-se a exercer o direito de voto atribuível as ações que são titulares. Os seguintes atos dependeram de aprovação unânime dos acionistas os quais não estabelecem restrições ou vinculações ao direito de voto de membros do conselho, quais seja:

- (i) Aprovar qualquer alteração no estatuto social;
- (ii) Aprovar o aumento ou redução do capital social;
- (iii) Aprovar a entrada de qualquer novo sócio;
- (iv) Eleger ou destituir administradores da sociedade;
- (v) Deliberar sobre fusão, cisão, transformação, incorporação ou qualquer reorganização societária da companhia;
- (vi) Deliberar sobre a dissolução e liquidação da companhia;
- (vii) Deliberar sobre pedido de falência ou recuperação judicial da companhia;
- (viii) Deliberar sobre a proposta de destinação de resultado;
- (ix) Aprovar alienação ou oneração de bens direitos ou ativos da companhia;
- (x) Aprovar a concessão ou assunção de dívidas;
- (xi) Aprovar celebração de negócios e contratos com partes relacionadas;
- (xii) Aprovar a aquisição de participação societária;
- (xiii) Deliberar sobre abertura, transferência ou extinção de filiais;
- (xiv) Deliberar quanto as condições, limites e valores relativos a qualquer constituição de ônus reais e prestação de garantia.

12. Assembléia e administração / 12.3 - Regras, políticas e práticas do CA**c) Regras de identificação e administração de conflito de interesses**

A Companhia, seus acionistas, Administradores e os membros do Conselho Fiscal, obrigam-se a resolver, por meio de arbitragem, perante a Câmara de Arbitragem do Mercado, toda e qualquer disputa ou controvérsia que possa surgir entre eles.

12. Assembléia e administração / 12.4 - Cláusula compromissória - resolução de conflitos

De acordo com o artigo 34 do Estatuto Social, a Companhia, seus acionistas, Administradores e os membros do Conselho Fiscal, obrigam-se a resolver, por meio de arbitragem, perante a Câmara de Arbitragem do Mercado, toda e qualquer disputa ou controvérsia que possa surgir entre eles, relacionada com ou oriunda, em especial, da aplicação, validade, eficácia, interpretação, violação e seus efeitos, das disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, no Estatuto Social da Companhia, nas normas editadas pelo Conselho Monetário Nacional, pelo Banco Central do Brasil e pela Comissão de Valores Mobiliários, bem como nas demais normas aplicáveis ao funcionamento do mercado de capitais em geral, além daquelas constantes do Regulamento do BOVESPA MAIS, do Regulamento de Arbitragem, do Regulamento de Sanções, e do Contrato de Participação no BOVESPA MAIS.

12. Assembléia e administração / 12.5/6 - Composição e experiência prof. da adm. e do CF

Nome	Data de nascimento	Orgão administração	Data da eleição	Prazo do mandato	Número de Mandatos Consecutivos
CPF	Profissão	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Percentual de participação nas reuniões
Outros cargos e funções exercidas no emissor		Descrição de outro cargo / função			
Guilherme Castelo Branco Cavalcanti 495.595.674-20 sem alterações	17/11/1964 Engenheiro	Pertence apenas à Diretoria 19 - Outros Diretores Diretor de Engenharia	04/03/2016 04/03/2016	2 anos Sim	0 0%
Thiago de Oliveira Andrade Pazinato 264.247.198-57 sem alterações	24/04/1974 Empresário	Pertence apenas ao Conselho de Administração 22 - Conselho de Administração (Efetivo)	03/02/2016 03/02/2016	2 anos Sim	0 0%
Silvio Rosolem 529.302.208-30 sem alterações	09/07/1954 Administrador	Pertence apenas ao Conselho de Administração 20 - Presidente do Conselho de Administração	03/02/2016 03/02/2016	2 anos Sim	0 0%
Ronaldo Yoshio Akagui 294.538.768-95 Diretor de relação com investidores.	19/01/1983 Advogado	Pertence à Diretoria e ao Conselho de Administração 33 - Conselheiro(Efetivo) e Dir. Presidente	04/03/2016 04/03/2016	2 anos Sim	0 0%
Experiência profissional / Declaração de eventuais condenações / Critérios de Independência					
Guilherme Castelo Branco Cavalcanti - 495.595.674-20					

Guilherme Castelo Branco Cavalcanti tem mais de 30 anos de experiência no mercado de construção civil. Já atuou em mais de 1.700.000 m² em construções residenciais, comerciais e públicas, nas fases de incorporação, vendas, planejamento, construção, assistência técnica, atendimento a clientes e administração de carteira, e, ainda, na indústria de materiais de construção. É formado em Engenharia Civil pela Escola Politécnica de Pernambuco, especialista em Planejamento de Obras pela FDTE / Poli USP, especialista em Administração de Empresas pela Fundação Getúlio Vargas SP e Mestre em Engenharia pelo IPT - Instituto de Pesquisas Tecnológicas do Estado de São Paulo.

Após conclusão da graduação em Pernambuco em 1990, onde atuou em empresas construtoras de obras residenciais, privadas e públicas, além da Empresa de saneamento do Estado, atuou em São Paulo a partir de 1991 na Encol S/A, Engenharia, Comercio e Indústria, nas áreas de atendimento a clientes, administração de carteira de recebíveis e assistência técnica.

Em 1998, atuou no Grupo Gerdau (Gerdau Construção) na Gerência de Marketing. Realizou assistência técnica para a Empresa Armafer do Grupo e no desenvolvimento de mercado para produtos com valores agregados ao aço.

Em 1999, pela COOPEHAT – Cooperativa Habitacional dos Trabalhadores da Construção Civil SP, atuou nas áreas de aquisição de terrenos, incorporação, vendas de unidades habitacionais e repasse de financiamento junto ao agente financeiro.

De 2000 a 2014, atuou na Schahin Engenharia S/A, nas áreas de atendimento a clientes, administração de carteira, repasse de financiamento junto aos agentes financeiros, assistência técnica e gestão da qualidade.

Em 2015, ingressou na SUGOI ENGENHARIA como responsável pelas áreas, de projetos, orçamentos, planejamento, suprimentos e construção, com aproximadamente 13.000 unidades habitacionais em realização.

Eu, Guilherme Castelo Branco Cavalcanti, Diretor de Engenharia, eleito em 04/03/2016, declaro, para todos os fins de direito que, nos últimos 5 anos, não estive sujeito aos efeitos de nenhuma condenação criminal, nenhuma condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM e nenhuma condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse por efeito a suspensão ou inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial.

Thiago de Oliveira Andrade Pazinato - 264.247.198-57

Thiago de Oliveira Andrade Pazinato tem mais de 22 anos de experiência no mercado imobiliário e financeiro. Já realizou mais de 4,4 (dólar) Bilhões em VGV através da aquisição de mais de 18 milhões de m² (metros quadrados) em terrenos, resultando na aprovação de 64 empreendimentos em 18 cidades no Brasil, Panamá e USA. É formado em Administração de Empresas pela PUC-Campinas (Pontifícia Universidade Católica) e realizou diversos cursos de especialização no SECOVI, ANBIMA, dentre outros.

Iniciou sua trajetória de destaque como gestor Comercial e de Planejamento Estratégico no interior de São Paulo, na empresa Antonio Andrade Empreendimentos, Loteadora de Condomínios Fechados, onde realizou 25 empreendimentos com VGV aproximado de R\$ 1,9 Bilhões.

Visando diversificar suas experiências e portfólio, ingressou como Acionista na “PLANTAR INGENIARIA E CONSTRUCCIONES” empresa sediada no Panamá com propósito específico para realizar o “Summit Golf & Resort”. Atuou como Diretor Comercial e Financeiro, responsável por toda a estruturação comercial e de captação dos recursos necessários (na ordem de US\$ 22 Milhões) para o desenvolvimento e execução do empreendimento.

Regressando ao Brasil atuou como Financial Advisor, atuando, em especial, como agente autônomo de investimentos da CVM (Comissão de Valores Mobiliários), responsável pela captação e internação de recursos internacionais para empresas brasileiras no montante aproximado de US\$ 220 Milhões.

Em 2008 ingressou como acionista e Diretor Comercial e de Planejamento Estratégico na HAUS CONSTRUTORA, atual grupo Pacaembu, empresa que já construiu mais de 22.000 unidades residenciais. Se desligou no ano de 2013, onde encerrou o ano com R\$ 388 Milhões em faturamento e Lucro Líquido de R\$ 99 Milhões.

Em 2014 iniciou como Diretor Comercial e Relação com Investidores na SUGOI, incorporadora e construtora focada atualmente na realização e desenvolvimento de residências de primeira moradia, e, que, conta, com mais de 1,6 Bilhões em VGV em realização.

Eu, Thiago de Oliveira Andrade Pazinato, Membro do Conselho de Administração, eleito em 03/02/2016, declaro, para todos os fins de direito que, nos últimos 5 anos, não estive sujeito aos efeitos de nenhuma condenação criminal, nenhuma condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM e nenhuma condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse por efeito a suspensão ou inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial.

Silvio Rosolem - 529.302.208-30

Silvio Rosolem tem mais de 40 anos de experiência no mercado financeiro e imobiliário, com atuação em grandes empresas do setor financeiro e do setor imobiliário. Tem em seu portfólio a realização de operações financeiras com volume superior a R\$30Bilhões entre produtos de varejo e corporativos em instituições financeiras. Atuando no mercado imobiliário, à frente de grandes incorporadoras, já realizou aproximadamente R\$ 5 Bilhões em VGV. É formado em Administração de Empresas pela UNICID – São Paulo (Universidade Cidade de São Paulo). Diante do seu despontamento profissional, em 1974 foi convidado para fazer parte do quadro de profissionais do Banco Itaú S.A, para assumir e implantar novo produto no perfil do banco, qual seja, “o Crédito Imobiliário”. O banco ainda não atuava em financiamento de imóveis, e com isso, assumiu a Gerencia de Divisão de Crédito Imobiliário para Pessoas Físicas. Ficou no banco até o ano de 1989, nesta época, como Superintendente da área de Credito Imobiliária, respondendo pelos produtos de Crédito Imobiliário Pessoa Física para Construção (CICAP), Plano Condomínio (hoje conhecido como Associativo) e Empréstimo a produção (hoje conhecido como financiamento a construção, destinado as empresas de incorporação e construção). Todos estes produtos foram desenvolvidos no curso dos destes 15 (quinze) anos de Superintendência bancária. Operacionalizou volume superior a USD 7Bilhões

Atuante no mercado financeiro (bancário) até 1989, na oferta de produtos financeiros para a indústria da construção civil, foi convidado pelo sócio fundador de uma grande construtora para ingressar em um novo desafio, o de atuar, agora, no outro lado da mesa, ou seja, ao lado dos incorporadores/construtores, onde deixou a carreira bancária para fazer parte da Encol Engenharia, empresa do ramo da cobrevenstrução civil, mercado imobiliário, atuando nas áreas de Operações financeiras; Comercial e Vendas; Carteira de Contas à receber e pagar; Atendimento ao Cliente; Administrativo, Financeiro e Contabilidade.

Operacionalizou volume superior a USD 3 bilhões em VGV (valor geral de venda). Com o ingresso do banco americano no Brasil (Bank Boston), a convite da Diretoria Executiva do banco, no ano de 1997, foi convidado a retornar à mesa bancária, agora, para assumir no Bank Boston a Diretoria de Crédito à Pessoa Física, onde era responsável pelas áreas de: (i) crédito imobiliário, com objetivo de alcançar participação expressiva no mercado brasileiro; (ii) crédito pessoal; e (iii) home equity como operação de apoio a rede de agências e inovadora, com indexador em moeda americana. Proporcionou ao banco destaque nas operações o qual foi considerado em vários períodos, o banco de destaque pela sua criatividade e competitividade no segmento. Realizou volume operacional superior a USD 3bilhões. No ano de 2000, foi

convidado pelo Grupo Schahin a retornar ao mercado imobiliário de incorporação e construção, realizou cerca de R\$20 Milhões em VGV. No ano de 2003 foi convidado pela InPar S.A, dirigindo as áreas: (i) financeira; (ii) Carteira de clientes - repasse e associativo; (iii) Debêntures Imobiliárias; (iv) Contas a receber e a pagar; e (v) Relacionamento com os bancos. Realizou operações superior a R\$ 20 Bilhões, no início do ano de 2013, se desligou da InPar para ingressar como sócio e Diretor Financeiro na SUGOI.

Eu, Silvio Rosolem, Diretor Presidente do Conselho de Administração, eleito em 03/02/2016, declaro, para todos os fins de direito que, nos últimos 5 anos, não estive sujeito aos efeitos de nenhuma condenação criminal, nenhuma condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM e nenhuma condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse por efeito a suspensão ou inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial.

Ronaldo Yoshio Akagui - 294.538.768-95

Ronaldo Yoshio Akagui tem mais de 17 anos de experiência no mercado imobiliário no Brasil. Já realizou mais de 600 milhões em VGV, e tem atualmente uma carteira de 900 milhões em realização no Brasil. É formado em Direito pela Universidade de São Paulo, com especialização em Direito Imobiliário pelo mesmo instituto.

Passou dez anos numa das maiores incorporadoras do Brasil (InPar S.A), iniciando na área operacional financeira e contábil por três anos, migrando depois para a área jurídica e de estruturação de negócios. As responsabilidades do Ronaldo na InPar S.A - eram de controle de tesouraria, conciliações bancárias, controle de carteira de cobrança e controladoria. Em seguida, passou para gerência jurídica e de estruturação de novos negócios e aquisições de terrenos, realizando estruturações jurídicas societárias para parcerias em empreendimentos imobiliários residenciais, comerciais, hotéis, loteamentos e "built to suit", fusões e aquisições de empresas e negócios através de "Joint Ventures", e por fim, na reestruturação societária da empresa, preparando-a para abertura de capital (IPO).

Em 2008 foi convidado pelos fundadores da Quero Brasil, empresa do grupo JHSF, especializada na realização de "Master Plan" integrando urbanismo para residenciais e "Strip Mall" nas capitais brasileiras. As responsabilidades do Ronaldo nesta nova empresa consistiam na Direção da área de Incorporação Imobiliária, realizando planejamento estratégico geográfico e de logística para realização dos empreendimentos, análise de negócios e estudos econômicos de viabilidade, aquisição de terrenos, concepção de produtos, projetos de arquitetura e área comercial de vendas.

Em 2011 iniciou como Diretor de Incorporação e Construção na SUGOI, incorporadora e construtora focada, atualmente, na realização e desenvolvimento de residências de primeira moradia, e, que, conta com mais de 1,6 Bilhões em VGV em realização.

Eu, Ronaldo Yoshio Akagui, Diretor Presidente e Diretor de Relações de Investidores, eleito em 04/03/2016, declaro, para todos os fins de direito que, nos últimos 5 anos, não estive sujeito aos efeitos de nenhuma condenação criminal, nenhuma condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM e nenhuma condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse por efeito a suspensão ou inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial.

Guilherme Castelo Branco Cavalcanti - 495.595.674-20

Thiago de Oliveira Andrade Pazinato - 264.247.198-57

Silvio Rosolem - 529.302.208-30

Ronaldo Yoshio Akagui - 294.538.768-95

12. Assembléia e administração / 12.7/8 - Composição dos comitês

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

A criação dos comitês evidenciados neste formulário foram aprovados pela Companhia. Entretanto sua composição ainda está em fase de indicação e aprovação pela Companhia.

12. Assembléia e administração / 12.9 - Relações familiares

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não há nenhuma relação familiar entre os membros da Companhia.

12. Assembléia e administração / 12.10 - Relações de subord., prest. serviço ou controle**Justificativa para o não preenchimento do quadro:**

a) sociedade controlada, direta ou indiretamente, pela Empresa

Não há relação de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores da Companhia e sociedade controlada, direta ou indiretamente, pela Companhia.

b) controlador direto ou indireto da Companhia

O Presidente do Conselho de Administração Sr. Silvio Rosolem é administrador de 1 (uma) sociedade controladora direta da Companhia. (a) Kibutz Administração e Participações Ltda, com a participação de 33,33%

O Presidente da Companhia e Diretor de Relação com Investidores é administrador de 1 (uma) sociedade controladora direta da Companhia. (a) Kibutz Administração e Participações Ltda, com a Participação de 33,34%

O Membro de Conselho de Administração Sr. Thiago de Oliveira Andrade Pazinato é administrador de 1 (uma) sociedade controladora direta da Companhia. (a) Kibutz Administração e Participações Ltda com a participação de 33,33%.

c) fornecedor, cliente, devedor ou credor da Companhia, de sua controlada ou controladoras, ou controladas de alguma dessas pessoas, caso relevantes

Não há relação de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores da Companhia e fornecedor, cliente, devedor ou credor da Companhia, de sua controlada ou controladoras, ou controladas de alguma dessas pessoas.

12. Assembléia e administração / 12.11 - Acordos /Seguros de administradores

A Empresa, até a data de envio deste formulário, permanece em fase de contratação de seguro de Responsabilidade Civil de Administradores (D&O), para membros do Conselho de Administração, da Diretoria e de qualquer outro órgão estatutário. O Seguro deverá ter como objeto o pagamento de indenização aos administradores e as controladas da Companhia de todas as perdas incorridas em decorrência de atos ou omissões culposas, que tenham sido praticados no exercício de suas funções.

12. Assembléia e administração / 12.12 - Práticas de Governança Corporativa

Segundo o Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (“IBGC”), governança corporativa é o sistema pelo qual as sociedades são dirigidas e monitoradas, envolvendo os relacionamentos entre acionistas, conselho de administração, diretoria, auditores independentes, conselho fiscal e mais partes interessadas em objetivar e indicar os caminhos para todos os tipos de sociedade, de forma a: (i) aumentar o valor da sociedade; (ii) melhorar seu desempenho; (iii) facilitar seu acesso ao capital a custos mais baixos; e (iv) contribuir para sua perenidades, sendo princípios básicos que norteiam esta prática (i) transparência; (ii) equidade; (iii) prestação de contas (*accountability*); e (iv) responsabilidade corporativa.

Pelo princípio da transparência, entende-se que a administração deve cultivar o desejo de informar não só o desempenho econômico-financeiro da companhia, mas também todos os demais fatores (ainda que intangíveis) que norteiam a ação empresarial. Por equidade, entende-se o tratamento justo e igualitário de todos os grupos minoritários, colaboradores, clientes, fornecedores ou credores. A *accountability*, por sua vez, caracteriza-se pela prestação de contas da atuação dos agentes de governança corporativa a quem os elegeu, com responsabilidade integral daqueles por todos os atos que praticarem. Por fim, responsabilidade corporativa representa uma visão mais ampla da estratégia empresarial, com a incorporação de considerações de ordem social e ambiental na definição dos negócios e operações.

Dentre as práticas de governança corporativa recomendadas pelo “Código de Melhores Práticas de Governança Corporativa” do IBGC adotamos as seguintes políticas de governança corporativa:

- Emissão exclusiva de Ações ordinárias;
- Política “uma ação igual a um voto”;
- Contratação de empresa de auditoria independente para a análise de balanços e demonstrativos financeiros, sendo que esta mesma empresa não é contratada para prestar outros serviços, que comprometam sua independência;
- Estatuto Social claro quanto à (i) forma de convocação da Assembleia Geral; (ii) competência do Conselho de Administração e da Diretoria; e (iii) sistema de votação, eleição, destituição e mandato dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria;
- Transparência na divulgação dos relatórios anuais da administração;

12. Assembléia e administração / 12.12 - Práticas de Governança Corporativa

- Convocações de assembleia e documentação pertinente disponíveis desde a data da primeira convocação, com detalhamento das matérias da ordem do dia, sempre objetivando a realização de assembleias em horários e locais que permitam a presença do maior número possível de acionistas;
- Fazer constar votos dissidentes nas atas de assembleias ou reuniões, quando solicitado;
- Vedação ao uso de informações privilegiadas e existência de política de divulgação de informações relevantes;
- Previsão estatutária de arbitragem como forma de solução de eventuais conflitos entre acionistas e nós;
- Conselheiros com experiência em questões operacionais e financeiras, assegurando o alinhamento da gestão aos objetivos estratégicos e à valorização da companhia para seus acionistas;
- Composição do Conselho de Administração com ao menos 20% de membros independentes (ausente de vínculos conosco e com o acionista controlador).

12. Assembléia e administração / 12.13 - Outras inf. relev. - Assemb. e Adm.

Não houve Assembleias realizadas pela Companhia nos últimos três anos. Todas as informações relevantes e pertinentes a este tópico foram divulgadas nos itens acima.

13. Remuneração dos administradores / 13.1 - Política/prática de remuneração

a) Política ou Prática de Remuneração:

Nossa política de remuneração para nossos diretores estatutários e membros do Conselho de Administração tem o objetivo de atração e retenção dos melhores talentos para atuação como administradores. Referida remuneração é estabelecida com base em pesquisas de mercado e composta de um valor fixo que visa remunerar os membros da administração pelos serviços prestados. A existência da prática de remuneração variável permite o alinhamento dos interesses de nossos acionistas com os dos executivos da empresa. Temos um modelo de remuneração variável transparente e voltado para o alcance de resultados consistentes e nossa perenidade.

Conselho de Administração:

Os membros do Conselho de Administração recebem remuneração fixa mensal pelo desempenho de suas funções, e uma remuneração variável (a qual é determinada um *pool* de participação nos resultados atrelados ao lucro líquido alcançado acima do retorno mínimo sobre o patrimônio líquido da Companhia, determinado pelo Comitê de Remuneração).

A Companhia elegeu 3 membros para o Conselho de Administração e a Remuneração Global Anual Fixa provisionada é de: R\$ 1.440.000,00 (um milhão e quatrocentos e quarenta mil reais).

Diretoria Estatutária:

Os membros da nossa Diretoria fazem jus a uma remuneração fixa (a qual inclui um salário fixo mensal e benefícios diversos) e a uma remuneração variável (a qual é determinada um *pool* de participação nos resultados atrelados ao lucro líquido alcançado acima do retorno mínimo sobre o patrimônio líquido da Companhia, determinado pelo Comitê de Remuneração. Para a determinação dos valores de remuneração individual considera-se ainda a avaliação individual de cada colaborador e o alcance de metas da empresa).

A estratégia de remuneração fixa e variável são aprovadas pelo Conselho de Administração.

A Companhia, por seu Conselho de Administração, elegeu 2 Diretores para ocuparem os cargos de Diretor Presidente, que acumulará o cargo de Diretor de Relações com Investidores, e o Diretor de Engenharia, porém, há previsão de 4 cargos de Diretoria ao todo, com isso, a Remuneração Anual Fixa provisionada para os 4 cargos que serão ocupados é de: R\$1.560.000,00 (um milhão quinhentos e sessenta mil reais).

13. Remuneração dos administradores / 13.1 - Política/prática de remuneração

Diretoria Não Estatutária:

A Companhia não tem Diretores não Estatuários.

Conselho Fiscal:

A Companhia não instalou o Conselho Fiscal.

Comitês:

Todos os membros dos nossos Comitês são administradores ou empregados, e não recebem remuneração específica pelo fato de participarem dos Comitês.

Outros:

Não há.

b) Composição da remuneração

(i) Descrição dos elementos da remuneração e os objetivos de cada um deles:

Os acionistas da Companhia fixaram o limite global anual da remuneração dos membros do Conselho de Administração e Diretoria em até R\$ 6.000.0000,00 (seis milhões de reais), podendo ser distribuído das seguintes formas:

Salário e pró-labore.

A remuneração mensal tem por objetivo melhorar o desempenho das equipes, garantindo comprometimento e a satisfação com a remuneração e a possibilidade de ascensão interna.

Benefícios concedidos.

Tem por objetivo garantir a permanência dos profissionais de grande qualificação na administração da Companhia. Atrair e reter os profissionais com real capacidade para atender as necessidades e prioridades da Companhia.

Remuneração Variável.

A remuneração variável tem por objetivo acelerar o crescimento da Companhia, através de recompensa variável que complementa o salário fixo do profissional, condicionado ao desempenho profissional das equipes, fazendo com que haja a retenção e atração de grandes talentos para a Companhia.

(ii) Metodologia de cálculo e de reajuste dos elementos da remuneração:

13. Remuneração dos administradores / 13.1 - Política/prática de remuneração

O reajuste da remuneração da diretoria estatutária será realizado anualmente, de acordo com índice divulgado pelo sindicato, e/ou por deliberação do conselho, em virtude de alterações no mercado, e é definida em reunião de conselho.

O reajuste da remuneração do Conselho de Administração será deliberado e fixado pela Assembleia Geral e o Conselho de Administração, em reunião, distribuirá tal remuneração entre seus membros, tendo em conta suas responsabilidades, o tempo dedicado em suas funções, sua competência, sua reputação profissional e o valor dos seus serviços no mercado.

(iii) Razões que justificam a composição da remuneração:

Remunerar os profissionais de acordo com as responsabilidades do cargo, práticas de mercado e nível de competitividade da Companhia.

c) Principais indicadores de desempenho que são levados em consideração na determinação de cada elemento da remuneração:

Mantemos uma política de remuneração baseada em metas empresariais qualitativas e quantitativas. Dessa forma, buscamos alinhar a ação de nossos colaboradores aos nossos interesses e seus acionistas. Entre as metas quantitativas, destacamos o acompanhamento do nosso resultado global pactuado mensurado pelo lucro líquido, nossos lançamentos e vendas, nossa geração de caixa operacional, despesas gerais e administrativas, assim como custos e evolução das obras. No plano qualitativo, mensuramos por meio de avaliações periódicas o clima organizacional, o desempenho individual e, para os níveis gerenciais, liderança e formação de equipe.

Notamos que apenas a Diretoria possui indicadores de desempenho a serem observados. O mecanismo de avaliação da Diretoria da Companhia é realizado pelo Conselho de Administração. A Companhia não possui mecanismos de avaliação de desempenho para o Conselho de Administração, Conselho Fiscal e de Comitês, e não há previsão de implantação, conforme informado no item 12.1.c do Formulário de Referência.

d) Estrutura da remuneração para refletir a evolução dos indicadores de desempenho.

A remuneração fixa da administração não sofre impacto conforme a evolução dos indicadores de desempenho. Portanto, a evolução de tais indicadores não incrementa o salário, o pró-labore, os benefícios diretos e indiretos, tampouco a remuneração por participação em comitês.

13. Remuneração dos administradores / 13.1 - Política/prática de remuneração

Quanto ao bônus e a participação nos resultados, que fazem parte da remuneração variável da diretoria, seu pagamento está diretamente ligado ao alcance, pela Companhia, de metas estabelecidas pelo Conselho de Administração. Conforme são atingidas as metas atreladas aos indicadores de desempenho, parcelas do resultado da Companhia são direcionadas ao pagamento da remuneração variável. Quanto maior a evolução dos indicadores de desempenho, maior é a porção do resultado da Companhia que será destinada ao pagamento das remunerações variáveis dos diretores. Com base em avaliações individuais dos diretores, realizadas pelo Conselho de Administração, e parâmetros técnicos pré-estabelecidos, é realizada a divisão e pagamento da remuneração variável.

e) Relação entre a política ou prática de remuneração e os interesses da Companhia

O formato da remuneração acima descrito procura incentivar os colaboradores a buscar a melhor rentabilidade dos investimentos e projetos desenvolvidos pela Companhia, de tal maneira a alinhar os interesses destes com os da Companhia. Em uma perspectiva de curto prazo, a Companhia busca obter tal alinhamento por meio de salários e pacote de benefícios compatíveis com o mercado. Em médio e longo prazo, visamos obter tal alinhamento por meio do pagamento de bônus e participação nos resultados da Companhia a determinados colaboradores.

f) Remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos.

Não há.

g) Remunerações ou benefícios vinculados à ocorrência de eventos societários

Não houve

13. Remuneração dos administradores / 13.2 - Remuneração total por órgão**Remuneração total prevista para o Exercício Social corrente 15/04/2016 - Valores Anuais**

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	3,00	4,00	0,00	7,00
Nº de membros remunerados	0,00	0,00	0,00	0,00
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	1.560.000,00	2.265.000,00	0,00	3.825.000,00
Benefícios direto e indireto	0,00	184.800,00	0,00	184.800,00
Participações em comitês	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	288.000,00	432.000,00	0,00	720.000,00
Descrição de outras remunerações fixas				
Remuneração variável				
Bônus	240.000,00	1.030.000,00	0,00	1.270.000,00
Participação de resultados	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações variáveis				
Pós-emprego	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	0,00	0,00	0,00
Observação				
Total da remuneração	2.088.000,00	3.911.800,00	0,00	5.999.800,00

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2015 - Valores Anuais

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros				0,00
Nº de membros remunerados				0,00
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore				0,00
Benefícios direto e indireto				0,00
Participações em comitês				0,00
Outros				0,00
Descrição de outras remunerações fixas				
Remuneração variável				
Bônus				0,00
Participação de resultados				0,00
Participação em reuniões				0,00
Comissões				0,00
Outros				0,00
Descrição de outras remunerações variáveis				
Pós-emprego				0,00
Cessação do cargo				0,00
Baseada em ações (incluindo opções)				0,00
Observação				
Total da remuneração				0,00

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2014 - Valores Anuais				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros				0,00
Nº de membros remunerados				0,00
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore				0,00
Benefícios direto e indireto				0,00
Participações em comitês				0,00
Outros				0,00
Descrição de outras remunerações fixas				
Remuneração variável				
Bônus				0,00
Participação de resultados				0,00
Participação em reuniões				0,00
Comissões				0,00
Outros				0,00
Descrição de outras remunerações variáveis				
Pós-emprego				0,00
Cessação do cargo				0,00
Baseada em ações (incluindo opções)				0,00
Observação				
Total da remuneração				0,00

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2013 - Valores Anuais

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros				0,00
Nº de membros remunerados				0,00
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore				0,00
Benefícios direto e indireto				0,00
Participações em comitês				0,00
Outros				0,00
Descrição de outras remunerações fixas				
Remuneração variável				
Bônus				0,00
Participação de resultados				0,00
Participação em reuniões				0,00
Comissões				0,00
Outros				0,00
Descrição de outras remunerações variáveis				
Pós-emprego				0,00
Cessação do cargo				0,00
Baseada em ações (incluindo opções)				0,00
Observação				
Total da remuneração				0,00

13. Remuneração dos administradores / 13.3 Remuneração variável

Remuneração dos administradores nos últimos 3 anos.

Com relação a remuneração variável prevista para exercício corrente:

a. órgão	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
b. número total de membros	3	4	0	7
c. número de membros remunerados	0	0	0	0
d. em relação ao bônus:	0	0	0	0
i. valor mínimo previsto no plano de remuneração	0	175.000,00	0	175.000,00
ii. valor máximo previsto no plano de remuneração	240.000,00	1.030.000,00	0	1.270.000,00
iii. valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	0	0	0	0
iv. valor efetivamente reconhecido no resultado dos 3 últimos exercícios sociais	0	0	0	0
e. em relação à participação no resultado:	0	0	0	0
i. valor mínimo previsto no plano de remuneração	0	0	0	0
ii. valor máximo previsto no plano de remuneração	0	0	0	0
iii. valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	0	0	0	0
iv. valor efetivamente reconhecido no resultado dos 3 últimos exercícios sociais	0	0	0	0

13. Remuneração dos administradores / 13.4 - Plano de remuneração baseado em ações

A Companhia ainda não definiu o plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária.

13. Remuneração dos administradores / 13.5 - Remuneração baseada em ações

Os membros do conselho de administração e da diretoria estatutária não possuem ações da Companhia.

13. Remuneração dos administradores / 13.6 - Opções em aberto

Não há opções em aberto detidas pelo Conselho de Administração e pela Diretoria.

13. Remuneração dos administradores / 13.7 - Opções exercidas e ações entregues

Não há opções em aberto exercidas e ações estrangeiras relativas a qualquer remuneração do Conselho de Administração e da Diretoria.

13. Remuneração dos administradores / 13.8 - Precificação das ações/opções

Não houve remuneração com ações ou com opções exercidas.

13. Remuneração dos administradores / 13.9 - Participações detidas por órgão

Considerando que o Conselho de Administração e a Diretoria Estatutária possui 1 (um) membro em comum, as ações detidas por tal membro foi considerada no total de ações do Conselho de Administração. Sendo assim, a posição de ações detidas em 03.02.2016 é:

	Em 03.02.2016		
	Ações	sobre o Capital Social	total de ações
Conselho de Administração	1.000.000	100%	1.000.000
Diretoria Estatutária	0	0%	
Total	100.000	100%	

Valer ressaltar que a Kibutz Administração e Participação Ltda (“Kibutz Adm”), acionista que detém 99,99% das ações da SUGOI, tem como controladores os Srs. (i) Silvio Rosolem (33% das quotas); (ii) Thiago de Oliveira Andrade Pazinato (33% das quotas); e (iii) Ronaldo Yoshio Akagui (34% das quotas) (“Sócios da Kibutz Adm”). Os Sócios da Kibutz Adm compõem o Conselho de Administração da SUGOI. O restante das ações da SUGOI é detida pela Kibutz Participações Ltda, que tem como controladores o Sr. Ronaldo Yoshio Akagui (1% das quotas) e a Kibutz Adm (99% das quotas).

13. Remuneração dos administradores / 13.10 - Planos de previdência

Não houve planos de previdência contratados.

13. Remuneração dos administradores / 13.11 - Remuneração máx, mín e média

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não houve.

13. Remuneração dos administradores / 13.12 - Mecanismos remuneração/indenização

A Companhia não tem arranjos contratuais, apólices de seguros ou outros instrumentos que estruturam mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria.

13. Remuneração dos administradores / 13.13 - Percentual partes relacionadas na rem.

Não houve.

13. Remuneração dos administradores / 13.14 - Remuneração - outras funções

Não há remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, por qualquer razão que não a função que ocupam.

13. Remuneração dos administradores / 13.15 - Rem. reconhecida - controlador/controlada

A Companhia não tem valores reconhecidos no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas, como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do seu conselho fiscal.

13. Remuneração dos administradores / 13.16 - Outras inf. relev. - Remuneração

Todas as informações relevantes e pertinentes a este tópico foram divulgadas nos itens acima.

14. Recursos humanos / 14.1 - Descrição dos recursos humanos

a) **Número de empregados (total, por grupos com base na atividade desempenhada e por localização geográfica):**

Exercício encerrado em 31 de dezembro de 2013:

Não havia funcionários registrados no período de 2013.

Exercício encerrado em 31 de dezembro de 2014:

Localização Geográfica	Atividade Desempenhada	Quantidade de funcionários	Total da Localização Geográfica
SÃO PAULO	Administrativa	2	2
	Com. incorporação	0	
	Construções - escritórios	0	
	Construções - obras	0	
	Financeiro / R.I.	0	
	Jurídica	0	
	Operacional - financeira	0	
	Presidencia	0	
	TOTAL GERAL	0	

Exercício encerrado em 31 de dezembro de 2015:

Localização Geográfica	Atividade Desempenhada	Quantidade de funcionários	Total da Localização Geográfica
SÃO PAULO	Administrativa	2	2
	Com. incorporação	0	
	Construções - escritórios	0	
	Construções - obras	0	
	Financeiro / R.I.	0	
	Jurídica	0	
	Operacional - financeira	0	
	Presidencia	0	
	TOTAL	2	

b) **Número de terceirizados (total, por grupos com base na atividade desempenhada e por localização geográfica).**

Temos hoje 8 terceirizados.

14. Recursos humanos / 14.1 - Descrição dos recursos humanos

- c) **Índice de rotatividade.**
Não houve rotatividade

14. Recursos humanos / 14.2 - Alterações relevantes-Rec. humanos

Não houve.

14. Recursos humanos / 14.3 - Política remuneração dos empregados

a) Política de salários e remuneração variável.

A Sugoi busca manter a competitividade e o alinhamento de suas políticas de cargos e salários às melhores práticas de mercado através de pesquisas realizadas.

Os salários dos empregados são corrigidos anualmente por meio de convenções coletivas do trabalho, as quais têm, de forma geral, os índices de reajustes são baseados na taxa de inflação. Além disso, podem ser concedidos aumentos salariais esporádicos, de acordo com a política (i) Fim do período de experiência; (ii) Promoção vertical (promoção para um cargo maior); (iii) Promoção Horizontal (aumento de salário sem alteração de cargo); (iv) transferência para outro cargo; e (v) reclassificação de cargo.

A política de remuneração variável está em desenvolvimento e quando definida será divulgada a todos empregados.

b) Política de Benefícios

Oferecemos um pacote de benefícios que inclui: (i) seguro de vida: para todos os empregados no momento da admissão; (ii) vale refeição: com valor igual para todos os empregados; (iii) vale transporte: para todos empregados solicitantes conforme legislação; e (iv) estacionamento para alguns empregados definidos no momento da contratação.

A política de concessão destes benefícios é feita a partir do momento da admissão, não existindo relação com o cargo ou tempo de registro.

c) Características dos planos de remuneração baseados em ações dos empregados não-administradores, identificando: (i) Grupos de beneficiários, (ii) Condições para exercício, (iii) Preços de exercício, (iv) Prazos de exercício, (v) Quantidade de ações comprometidas pelo plano.

Não houve.

14. Recursos humanos / 14.4 - Relações emissor / sindicatos

O nosso relacionamento com os sindicatos tem como base a comunicação, compreensão, tolerância, sociabilidade, confiança e respeito. Com isto, as negociações são sempre pacíficas, de modo que não há históricos de greves e/ ou contestações. Buscamos em cada praça onde haja uma obra, filiar os empregados nos sindicatos correspondentes.

A Maioria dos nossos empregados são de São Paulo/SP e filiados ao Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias da Construção Civil de São Paulo ("Sintracon-SP"). Em regra, o Sindicato da Indústria da Construção Civil de Grandes Estruturas no Estado de São Paulo ("SindusCon-SP") negocia anualmente com o Sintracon-SP as convenções coletivas de trabalho aplicáveis aos nossos funcionários, sendo que a convenção de trabalho mais recente foi celebrada em 15 de maio de 2015, vigente no período de 1º de maio de 2015 a 30 de abril de 2016.

14. Recursos humanos / 14.5 - Outras informações relevantes - Recursos humanos

Não há nenhuma informação relevante.

15. Controle e grupo econômico / 15.1 / 2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo de pessoa	CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações Unidade						
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
ÇÕES EM TESOURARIA - Data da última alteração:						
0	0,000	0	0,000	0	0,000	
Kibutz Participações Ltda						
22.053.644/0001-80		Sim	Não	03/03/2016		
100	0,010	0	0,000	100	0,010	
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %				
TOTAL	0	0.000				
Kibutz Administração e Participações Ltda						
21.277.211/0001-46		Sim	Sim	03/03/2016		
999.900	99,990	0	0,000	999.900	99,990	
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %				
TOTAL	0	0.000				
OUTROS						
0	0,000	0	0,000	0	0,000	
TOTAL						

15. Controle e grupo econômico / 15.1 / 2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário	Tipo de pessoa		CPF/CNPJ	
Detalhamento de ações Unidade					
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
1.000.000	100,000	0	0,000	1.000.000	100,000

15. Controle e grupo econômico / 15.1 / 2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário	Tipo de pessoa		CPF/CNPJ	
Detalhamento de ações Unidade					
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
Kibutz Participações Ltda				22.053.644/0001-80	
Kibutz Administração e Participações Ltda					
21.277.211/0001-46	Brasil	Não	Não	14/03/2016	
99	99,000	0	0,000	99	99,000
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %			
TOTAL	0	0.000			
OUTROS					
0	0,000	0	0,000	0	0,000
Ronaldo Yoshio Akagui					
294.538.768-95	Brasil	Não	Não	14/03/2016	
1	1,000	0	0,000	1	1,000
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %			
TOTAL	0	0.000			
TOTAL					
100	100,000	0	0,000	100	100,000

15. Controle e grupo econômico / 15.1 / 2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário	Tipo de pessoa		CPF/CNPJ	
Detalhamento de ações Unidade					
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
Kibutz Administração e Participações Ltda				21.277.211/0001-46	
OUTROS					
0	0,000	0	0,000	0	0,000
Ronaldo Yoshio Akagui					
294.538.768-95	Brasileira	Sim	Sim	09/03/2016	
34	33,340	0	0,000	34	33,340
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %			
TOTAL	0	0.000			
Silvio Rosolem					
529.302.208-30	Brasileira	Sim	Sim	09/03/2016	
33	33,330	0	0,000	33	33,330
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %			
TOTAL	0	0.000			
Thiago de Oliveira Andrade Pazinato					
264.247.198-57	Brasileira	Sim	Sim	09/03/2016	
33	33,330	0	0,000	33	33,330
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %			
TOTAL	0	0.000			

15. Controle e grupo econômico / 15.1 / 2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo de pessoa	CPF/CNPJ	
Detalhamento de ações Unidade					
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
Kibutz Administração e Participações Ltda				21.277.211/0001-46	
TOTAL					
100	100,000	0	0,000	100	100,000

15. Controle e grupo econômico / 15.1 / 2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário	Tipo de pessoa		CPF/CNPJ	
Detalhamento de ações Unidade					
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
Kibutz Administração e Participações Ltda				21.277.211/0001-46	
OUTROS					
0	0,000	0	0,000	0	0,000
Ronaldo Yoshio Akagui					
294.538.768-95	Brasileira	Sim	Sim	09/03/2016	
34	33,340	0	0,000	34	33,340
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %			
TOTAL	0	0.000			
Silvio Rosolem					
529.302.208-30	Brasileira	Sim	Sim	09/03/2016	
33	33,330	0	0,000	33	33,330
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %			
TOTAL	0	0.000			
Thiago de Oliveira Andrade Pazinato					
264.247.198-57	Brasileira	Sim	Sim	09/03/2016	
33	33,330	0	0,000	33	33,330
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %			
TOTAL	0	0.000			

15. Controle e grupo econômico / 15.1 / 2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo de pessoa	CPF/CNPJ	
Detalhamento de ações Unidade					
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
Kibutz Administração e Participações Ltda				21.277.211/0001-46	
TOTAL					
100	100,000	0	0,000	100	100,000

15. Controle e grupo econômico / 15.3 - Distribuição de capital

Data da última assembleia / Data da última alteração	06/06/2016
Quantidade acionistas pessoa física	0
Quantidade acionistas pessoa jurídica	2
Quantidade investidores institucionais	0

Ações em Circulação

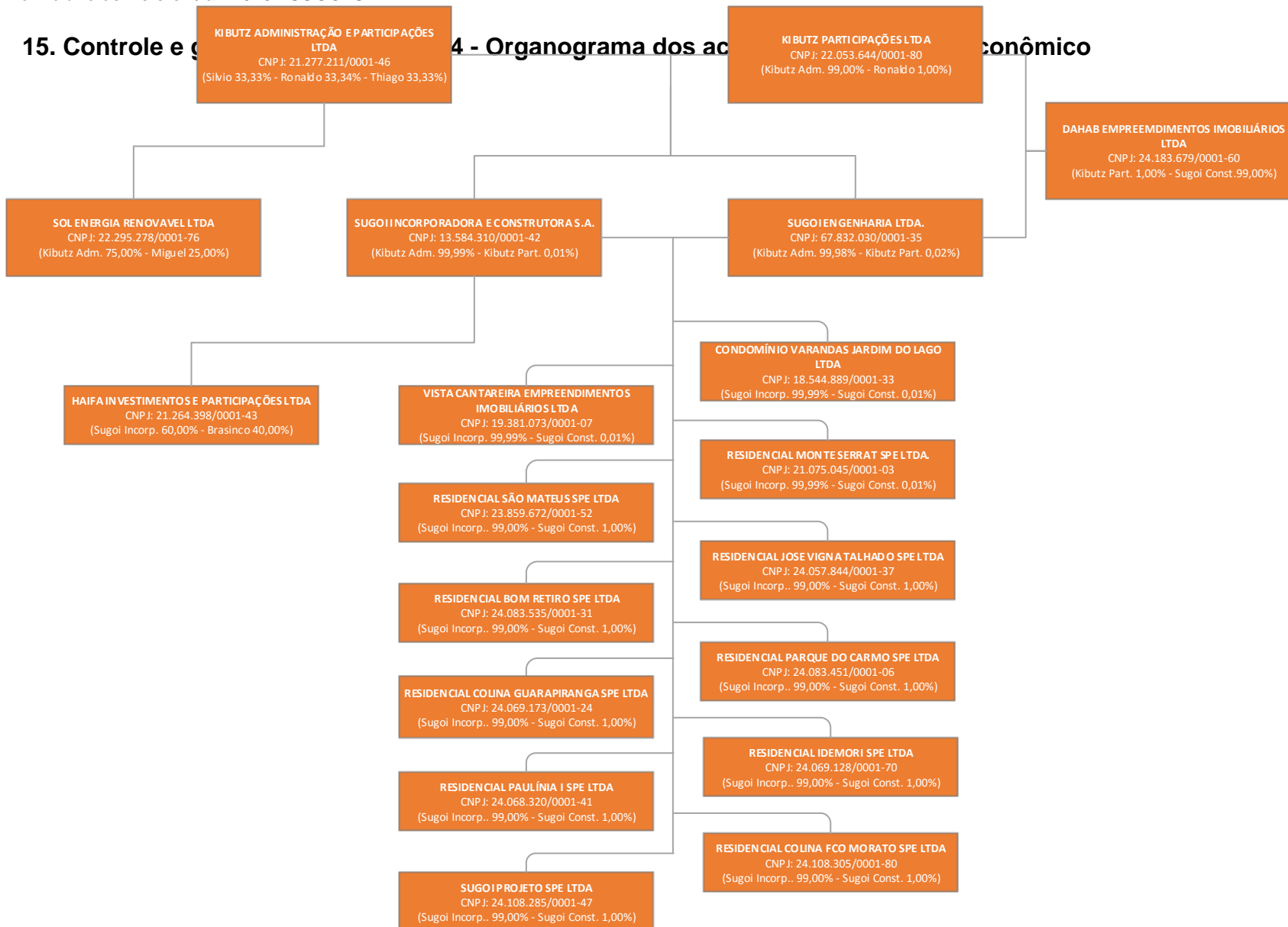
Ações em circulação correspondente a todas ações do emissor com exceção das de titularidade do controlador, das pessoas a ele vinculadas, dos administradores do emissor e das ações mantdas em tesouraria

Quantidade ordinárias	1.000.000	0,000%
Quantidade preferenciais	0	0,000%
Total	1.000.000	0,000%

15. Controle e gestão

4 - Organograma dos acionistas

econômico



15. Controle e grupo econômico / 15.4 - Organograma dos acionistas e do grupo econômico

15. Controle e grupo econômico / 15.4 - Organograma dos acionistas e do grupo econômico

15. Controle e grupo econômico / 15.5 - Acordo de Acionistas

- a) partes e
Kibutz Administração e Participações Ltda; Kibutz Participações Ltda
- b) data de celebração
Em 16 de março de 2016.
- c) prazo de vigência
20 anos
- d) exercício do direito de voto, do poder de controle
Os acionistas poderão exercer o direito de voto atribuído as ações que são titulares.
- e) indicação de Administradores
A Companhia será administrada por um conselho de administração e por uma diretoria, os membros do conselho foram eleitos na 7º alteração contratual e são atualmente os senhores: Silvio Rosolem; Thiago de Oliveira Andrade Pazinato; Ronaldo Yoshio Akagui. Os membros do conselho serão eleitos anualmente pela assembleia geral ordinária e os membros da diretoria serão eleito pelo conselho de administração.
- e) transferência de ações e preferência para adquiri-las
Caso qualquer acionista deseja alienar suas ações deverá notificar os demais acionistas e dar a ele a preferência para aquisição nas mesmas condições a proposta recebida proporcionalmente a sua participação no capital social. A notificação deverá informar preço e demais condições quais o alienante deseja ofertar suas ações. O direito de preferência deverá ser manifestado em até 30 dias até o recebimento da referida notificação, caso não exerça o acionista ofertante poderá ofertar as referidas ações a terceiros interessados.
- f) restrição ou vinculação do direito de voto de membros do conselho de administração
Não há nenhuma vinculação a direito de voto de membros do conselho.

15. Controle e grupo econômico / 15.6 - Alterações rel. particip. - controle e Adm

Não houve.

15. Controle e grupo econômico / 15.7 - Principais operações societárias

A Empresa iniciou-se em 19 de abril de 2011 com a denominação de Betel Incorporações Ltda., com seus Sócios/Administradores pessoa física (Ronaldo Yoshio Akagui e Flavia Costa Akagui) tendo como objeto a incorporação imobiliária, desmembramento e o loteamento de terrenos destinados a venda, compra e venda de imóveis, a locação e administração de bens próprios e capital de R\$ 1.000,00 (mil reais).

Em julho de 2013 houve alteração da denominação da Empresa para Sugoi Incorporadora e Construtora Ltda., bem como, a alteração de seus Sócios/Administradores, inclusão de Silvio Rosolem e a saída de Ronaldo Yoshio Akagui.

Em fevereiro de 2014 a Empresa aumentou seu capital social para R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais).

Em dezembro de 2015 a Empresa alterou seus sócios retirando as pessoas físicas (Silvio Rosolem e Flavia Costa Akagui) para inclusão das pessoas jurídicas (Kibutz Administração e Participações Ltda. e Kibutz Participações Ltda.), mantendo o capital da Empresa.

Em 03 de fevereiro de 2016 a Companhia alterou sua natureza jurídica, de sociedade limitada em sociedade por ações, bem como a sua denominação de Sugoi Incorporadora e Construtora Ltda. para Sugoi Incorporadora e Construtora S.A., com seu NIRE alterado para o número 35.300.489.276. O capital social da Companhia permaneceu com valor de R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais).

Aquisições e alienações de ativos importantes:

- Em novembro de 2012, a Empresa adquiriu por meio de Compromisso de Permuta um imóvel no Município de Campinas com 15.106,00m², pelo o preço de R\$5.931.954,00 (cinco milhões, novecentos e trinta e um mil, novecentos e cinquenta e quatro reais), com objeto específico o desenvolvimento, Incorporação e Construção de empreendimento Imobiliário;
- Em dezembro de 2013, constituiu-se a sociedade empresária limitada denominada VISTA CANTAREIRA EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA, o qual adquiriu por meio de Escritura Publica um imóvel no Município de Guarulhos com 3.153,58m², pelo preço de R\$ 3.974.600,00 (três milhões novecentos e setenta e quatro mil e seiscentos reais), com objeto específico de desenvolvimento, Incorporação e Construção de empreendimento Imobiliário;
- Em dezembro de 2013, constituiu-se a sociedade empresária limitada denominada CONDOMINIO VARANDAS JARDIM DO LAGO LTDA, o qual adquiriu por meio de Escritura Publica um imóvel no Município de Campinas com 8.585,00m², pelo preço de R\$ 3.931.806,00 (três milhões, novecentos e trinta e um mil e oitocentos e seis reais), com objeto específico o desenvolvimento, Incorporação e Construção de empreendimento Imobiliário;
- Em dezembro de 2014, constituiu-se a sociedade empresária limitada denominada HAIFA INVESTIMENTOS E PARTICIPAÇÕES LTDA, com propósito específico de Holding Pura, com objetivo

15. Controle e grupo econômico / 15.7 - Principais operações societárias

social de participar como sócia ou investidora, por meio de Sociedades em Conta de Participação, do capital de outras sociedades e/ou empreendimento;

- Em setembro de 2014, constituiu-se a Sociedade empresaria limitada denominada RESIDENCIAL MONTE SERRAT SPE LTDA., o qual adquiriu por meio de Escritura Pública dois imóveis no Município de Salto com 15.337,620m² e 8.495,54m², pelo preço de R\$1.900.00,00 (um milhão e novecentos mil reais), com objeto específico de desenvolvimento, Incorporação e Construção de empreendimento Imobiliário;
- Em março de 2015, a Empresa adquiriu por meio de Escritura Publica um imóvel no Município de Caçapava com 16.975m², pelo preço de R\$3.800.00,00 (três milhões e oitocentos mil reais), com objeto específico de desenvolvimento, Incorporação e Construção de empreendimento Imobiliário;
- Em dezembro de 2015, adquiriu-se por meio de Conferência de Bens para integralização de capital social de R\$ 13.670.000,00 (treze milhões, seiscentos e setenta mil reais) a sociedade empresária limitada denominada RESIDENCIAL SÃO MATEUS SPE LTDA, com objeto específico de desenvolvimento, Incorporação e Construção de empreendimento Imobiliário em 12 lotes de um imóvel na Cidade de São Paulo com 1.70.577,16m²;
- Em dezembro de 2015, adquiriu-se por meio de Conferência de Bens para integralização de capital social de R\$ 7.500.000,00 (sete milhões e quinhentos mil reais) a sociedade empresária limitada denominada RESIDENCIAL PARQUE DO CARMO SPE LTDA, com objeto específico de desenvolvimento, Incorporação e Construção de empreendimento Imobiliário em um imóvel na Cidade de São Paulo com 53.070,00m².
- Em janeiro de 2016, constituiu-se a sociedade empresária limitada denominada RESIDENCIAL BOM RETIRO SPE LTDA., o qual adquiriu por meio de Compromisso de Venda e Compra um imóvel no Município de Paulínia com 399.992,64m², pelo preço de R\$ 7.628.362, 00 (sete milhões, seiscentos e vinte e oito mil, trezentos e sessenta e dois reais), com objeto específico de propriedade, incorporação imobiliária e a alienação das futuras unidades autônomas de um projeto a ser desenvolvido no imóvel;
- Em janeiro de 2016, constituiu-se a sociedade empresária limitada denominada RESIDENCIAL PAULÍNIA I SPE LTDA., o qual adquiriu por meio de Compromisso de Venda e Compra um imóvel no Município de Paulínia com 16.155,09m², pelo preço de R\$ 7.540.000, 00 (sete milhões, quinhentos e quarenta mil reais), com objeto específico de propriedade, incorporação imobiliária e a alienação das futuras unidades autônomas de um projeto a ser desenvolvido no imóvel;
- Em janeiro de 2016, constituiu-se a sociedade empresária limitada denominada RESIDENCIAL IDEMORI SPE LTDA., o qual adquiriu por meio de Compromisso de Venda e Compra um imóvel no Município de Itapeverica da Serra com 276.025,56m², pelo preço de R\$ 27.000.000,00 (vinte e sete milhões de reais), com objeto específico de propriedade, incorporação imobiliária e a alienação das futuras unidades autônomas de um projeto a ser desenvolvido no imóvel;

15. Controle e grupo econômico / 15.7 - Principais operações societárias

- Em janeiro de 2016, constituiu-se a sociedade empresária limitada denominada RESIDENCIAL COLINA GUARAPIRANGA SPE LTDA., o qual adquiriu por meio de Escritura Publica um imóvel no Município de São Paulo com 306.306m², pelo preço de R\$ 14.000.000,00 (quatorze milhões de reais), com objeto específico a propriedade, incorporação imobiliária e a alienação das futuras unidades autônomas de um projeto a ser desenvolvido no imóvel;
- Em janeiro de 2016, constituiu-se a sociedade empresária limitada denominada RESIDENCIAL JOSE VIGNA TALHADO SPE LTDA., o qual adquiriu por meio de Termo de Ajuste um imóvel no Município de São José do Rio Preto com 133,9793 hectares, pelo preço de R\$ 33.218.008,26 (trinta e três milhões, duzentos e dezoito mil, oito reais e vinte e seis centavos), com objeto específico de propriedade, incorporação imobiliária e a alienação das futuras unidades autônomas de um projeto a ser desenvolvido no imóvel;
- Em fevereiro de 2016, constituiu-se a sociedade empresária limitada denominada RESIDENCIAL COLINA FRANCISCO MORATO SPE LTDA., o qual adquiriu por meio de Compromisso de Permuta um imóvel no Município de Francisco Morato com 20.709,50m², pelo preço de R\$ 1.475.000,00 (um milhão, quatrocentos e setenta e cinco mil reais), com objeto específico a propriedade, incorporação imobiliária e a alienação das futuras unidades autônomas de um projeto a ser desenvolvido no imóvel;
- Em fevereiro de 2016, constituiu-se a sociedade empresária limitada denominada SUGOI PROJETO SPE LTDA., o qual adquiriu por meio de Compromisso de Venda e Compra um imóvel no Município de Mauá com 6.573,80m², pelo preço de R\$ 3.610.000,00 (três milhões, seiscentos e dez mil reais), com objeto específico de propriedade, incorporação imobiliária e a alienação das futuras unidades autônomas de um projeto a ser desenvolvido no imóvel.

15. Controle e grupo econômico / 15.8 - Outras informações relevantes - Controle e grupo econômico

Não há.

16. Transações partes relacionadas / 16.1 - Regras, políticas e práticas - Part. Rel.

A Companhia realiza também operações comerciais com sociedades controladas e controladoras.

As operações comerciais realizadas com as controladas e controladoras em conjunto destinam-se ao desenvolvimento das atividades de incorporação e construção de empreendimentos. Estas operações poderiam gerar resultado diferente na controladora, caso tivessem sido realizadas com partes não relacionadas, não gerando efeito no resultado consolidado.

Dentre os negócios atuais com as controladas e controladoras em conjunto, pode-se destacar:

- (i) a celebração de contratos de construção de empreendimentos;
- (ii) contratos de incorporação ou de desenvolvimento conjunto de empreendimentos;
- (iii) contratos de concessão de garantias recíprocas, são decididos pela administração todos os investimentos em subsidiárias, cujas atividades são controladas pela Empresa.

A Companhia não possui política de transações com partes relacionadas formalizada, porém a Companhia adota como prática assegurar que todas as decisões, especialmente aquelas envolvendo partes relacionadas e outras situações com potencial conflito de interesses, sejam tomadas no interesse da Companhia e de seus acionistas. Tal prática se aplica a todos os colaboradores e administradores da Companhia e de suas controladas.

Caso seja identificada qualquer situação de conflito de interesse, os administradores devem imediatamente manifestar tal conflito. Adicionalmente, a parte relacionada deve ausentar-se das discussões sobre o tema e abster-se de votar. Caso solicitado pelo Presidente do Conselho de Administração ou pelo Diretor Presidente, conforme o caso, tais administradores poderão participar parcialmente da discussão, visando proporcionar maiores informações sobre a operação e as partes envolvidas. Neste caso, deverão se ausentar da parte final da discussão, incluindo o processo de votação da matéria.

16. Transações partes relacionadas / 16.2 - Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
Sugoi Construções Ltda	31/12/2015	0,00	47.000,00	n/a	Será realizado ao longo do projeto.	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Coligada						
Objeto contrato	Mútuo						
Garantia e seguros	não é possível aferir.						
Rescisão ou extinção							
Natureza e razão para a operação							
Vista Cantareira Empreendimentos Imobiliários	31/12/2015	0,00	230.000,00	n/a	Será realizado ao longo do projeto	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Controlada						
Objeto contrato	Mútuo						
Garantia e seguros	não é possível aferir						
Rescisão ou extinção	n/a						
Natureza e razão para a operação							
Residencial Monte Serrat SPE Ltda	31/12/2015	0,00	120.000,00	n/a	Será realizado ao longo do projeto	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Controlada						
Objeto contrato	Mútuo						
Garantia e seguros	não é possível aferir.						
Rescisão ou extinção	n/a						
Natureza e razão para a operação							
Kibtuz Administração e Participações Ltda	31/12/2015	0,00	3.927.000,00	n/a	Será realizado ao longo do projeto	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Controlador						

16. Transações partes relacionadas / 16.2 - Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
Objeto contrato	Mútuo						
Garantia e seguros	não é possível aferir.						
Rescisão ou extinção	n/a						
Natureza e razão para a operação							

16. Transações partes relacionadas / 16.3 - Tratamento de conflitos/Comutatividade

A Companhia, seus acionistas, administradores e membros do Conselho Fiscal, quando instalado, sujeitar-se-ão às disposições do Regulamento de Listagem do Bovespa Mais da BM&FBOVESPA.

As operações da Empresa que se deram com partes relacionadas, deverão ser submetidas aos órgãos decisórios da Empresa a que estavam subordinadas, conforme regras vigentes.

Havendo possibilidade de conflito de interesses entre as matérias sob análise e algum membro de nossos órgãos deliberativos, o respectivo membro abstém-se de votar, ficando a decisão cabível aos demais membros que não possuem qualquer relação com a matéria em exame.

16. Transações partes relacionadas / 16.4 - Outras informações relevantes - Transações com partes relacionadas

Não há.

17. Capital social / 17.1 - Informações - Capital social

Data da autorização ou aprovação	Valor do capital Unidade	Prazo de integralização	Quantidade de ações ordinárias Unidade	Quantidade de ações preferenciais Unidade	Quantidade total de ações Unidade
Tipo de capital	Capital Subscrito				
20/01/2014	1.000.000,00		1.000.000	0	0

17. Capital social / 17.2 - Aumentos do capital social

Data de deliberação	Orgão que deliberou o aumento	Data emissão	Valor total emissão Unidade	Tipo de aumento	Ordinárias Unidade	Preferenciais Unidade	Total ações Unidade	Subscrição / Capital anterior	Preço emissão	Fator cotação
20/01/2014	Sócios	20/01/2014	999,000.00	Subscrição particular	999,000	0	999,000	1,000.00000000	1.00	R\$ por Unidade

Critério para determinação do preço de emissão valor nominal da quota

Forma de integralização moeda corrente nacional

17. Capital social / 17.3 - Desdobramento, grupamento e bonificação

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não houve desdobramentos, grupamentos ou bonificações

17. Capital social / 17.4 - Redução do capital social

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não houve redução de capital até o presente momento

17. Capital social / 17.5 - Outras inf. relevantes-Capital social

Não houve.

18. Valores mobiliários / 18.1 - Direitos das ações

Espécie de ações ou CDA	Ordinária
Tag along	0,000000
Direito a dividendos	A distribuição de lucros ocorrerá de forma proporcional a participação de cada acionista no capital social exceto se deliberado de outra forma.
Direito a voto	Pleno
Conversibilidade	Não
Direito a reembolso de capital	Não
Restrição a circulação	Não
Resgatável	Não
Hipóteses de resgate e fórmula de cálculo do valor de resgate	
Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários	Não há nenhuma condição adota até o momento para hipótese de alteração dos direitos assegurados.
Outras características relevantes	não há.

18. Valores mobiliários / 18.2 - Regras estatutárias que limitem direito de voto

Não existem regras estatutárias que limitem o direito de voto de acionistas.

18. Valores mobiliários / 18.3 - Suspensão de direitos patrim./políticos

Não existem exceções e cláusulas suspensivas relativas a direitos patrimoniais ou políticos no Estatuto Social da Companhia.

18. Valores mobiliários / 18.4 - Volume/cotação de valores mobiliários

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não houve negociação dos valores mobiliários em bolsa de valores ou mercado de balcão organizado até a presente data..

18. Valores mobiliários / 18.5 - Outros valores mobiliários emitidos no Brasil

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Além das ações ordinárias, não existem outros valores mobiliários regulados pela CVM emitidos pela Companhia atualmente.

18. Valores mobiliários / 18.6 - Mercados de negociação no Brasil

Serão admitidas para negociação privada em Mercado de Balcão Organizado.

18. Valores mobiliários / 18.7 - Negociação em mercados estrangeiros

Documento ainda não preenchido!

18. Valores mobiliários / 18.8 - Títulos emitidos no exterior

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não foram realizadas ofertas públicas de aquisição pela Companhia.

18. Valores mobiliários / 18.9 - Ofertas públicas de distribuição

Não foram realizadas ofertas públicas de distribuição pela Companhia.

18. Valores mobiliários / 18.10 - Destinação de recursos de ofertas públicas

Não foram realizadas ofertas públicas de distribuição de valores mobiliários pela Companhia.

18. Valores mobiliários / 18.11 - Ofertas públicas de aquisição

Não foram realizadas ofertas públicas de aquisição pela Companhia.

18. Valores mobiliários / 18.12 - Outras inf. Relev. - Val. Mobiliários

Não existem outras informações consideradas relevantes.

19. Planos de recompra/tesouraria / 19.1 - Descrição - planos de recompra**Justificativa para o não preenchimento do quadro:**

A Companhia não possui plano de recompra, nem tampouco possui valores mobiliários em tesouraria. Portanto, tal item não se aplica.

19. Planos de recompra/tesouraria / 19.2 - Movimentação v.m. em tesouraria**Justificativa para o não preenchimento do quadro:**

A Companhia não possui plano de recompra, nem tampouco possui valores mobiliários em tesouraria. Portanto, tal item não se aplica.

19. Planos de recompra/tesouraria / 19.3 - Outras inf. relev. - recompra/tesouraria

Não há informações relevantes.

20. Política de negociação / 20.1 - Descrição - Pol. Negociação

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

A Política de negociação de valores mobiliários de emissão da Empresa pelos acionistas controladores, diretos ou indiretos, diretores, membros do conselho de administração, do conselho fiscal e de qualquer órgão com funções técnicas ou consultivas, criado por disposição estatutária:

Embora a Companhia não tenha uma Política de negociação de valores mobiliários formal, a Companhia está sujeita às regras estabelecidas na Instrução CVM 358 quanto à negociação de valores mobiliários de sua emissão. Sendo assim, a Companhia, seus Acionistas Controladores, diretos ou indiretos, membros do seu Conselho de Administração, diretores e membros do Conselho Fiscal, quando instalado, membros dos comitês e de quaisquer órgãos com funções técnicas ou consultivas, criados por disposição estatutária, bem como qualquer outra pessoa que tenha conhecimento de informação referente a ato ou fato relevante, sabendo que se trata de informação ainda não divulgada ao mercado (considerados insiders para efeito da Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, conforme alterada) são vedados de negociar valores mobiliários de emissão da Companhia, incluindo operações com derivativos que envolvam valores mobiliários de nossa emissão, antes da divulgação ao mercado de ato ou fato relevante ocorrido nos negócios.

Esta restrição também é aplicável:

- aos membros do Conselho de Administração, diretores ou membros do Conselho Fiscal que se afastarem de cargos na nossa administração anteriormente à divulgação de informações relevantes relativas à Companhia originadas durante o seu período de gestão ou mandato, estendendo-se a proibição de negociação por um período de 6 meses a contar da data em que tais pessoas se afastaram de seus cargos;
- em caso de existência de intenção de promover, incorporação, cisão total ou parcial, fusão, transformação ou reorganização societária envolvendo a Companhia;
- a Companhia caso tenha sido celebrado qualquer acordo ou contrato visando a transferência do seu controle acionário, ou se houver sido outorgada opção ou mandato para o mesmo fim;
- aos Acionistas Controladores, membros do Conselho de Administração e diretores, sempre que estiver em curso a aquisição ou a alienação de ações da Companhia por ela mesmo, ou por qualquer uma das suas controladas, coligadas ou outra sociedade sob controle comum, ou se houver sido outorgada opção ou mandato para o mesmo fim; e
- durante o período de 15 dias anteriores à divulgação das informações trimestrais (ITR) e anuais (IAN e DFP) exigidas pela CVM e observadas determinadas exceções

20. Política de negociação / 20.2 - Outras inf.relev - Pol. Negociação

Todas as informações relevantes e pertinentes a este tópico foram divulgadas nos itens acima.

21. Política de divulgação / 21.1 - Normas, regimentos ou procedimentos

Os Atos ou os Fatos Relevantes da Companhia, os quais consistem na divulgação de informações relevantes e na manutenção de sigilo acerca destas informações que ainda não tenham sido divulgadas ao público serão realizados de acordo com a Instrução CVM nº 358/02. A referida informação só poderá deixar de ser divulgada se sua revelação puder colocar em risco o interesse legítimo da Companhia. Nesse caso, caberá ao Diretor de Relações com Investidores acompanhar a cotação, preço e volume de negociação dos valores mobiliários de emissão da Companhia e, caso constate oscilação atípica, deverá divulgar imediatamente o ato ou fato relevante.

Todas as pessoas vinculadas (acionistas controladores, diretores, membros do Conselho de Administração, do Conselho Fiscal e de quaisquer outros órgãos com funções técnicas ou consultivas criados por disposição estatutária, gerentes e funcionários que tenham acesso frequente a informações relevantes e outros que consideremos necessário ou conveniente) deverão assinar um Termo de Adesão à Política de Divulgação de Informações Relevantes, e guardar sigilo sobre as informações ainda não divulgadas, sob pena de indenizar a Companhia e as demais pessoas vinculadas dos prejuízos que venham a ocorrer.

Cumpram às pessoas vinculadas o dever de comunicar formalmente o Diretor de Relações com Investidores sobre qualquer ato ou fato que possa ser considerado relevante, para que este possa decidir sobre sua caracterização. Cumpram, ainda, pessoas vinculadas o dever de guardar sigilo das informações relevantes a que tenham acesso privilegiado, até a sua divulgação ao mercado, bem como zelar para que subordinados e terceiros de sua confiança também o façam.

É de responsabilidade do Diretor de Relações com Investidores divulgar e comunicar à CVM e às Bolsas de Valores, qualquer ato ou fato relevante ocorrido ou relacionado aos negócios da Companhia que seja considerado informação relevante, bem como zelar pela ampla e imediata disseminação da informação relevante nas bolsas de valores e ao público em geral, por meio de anúncio publicado nos jornais de grande circulação utilizados habitualmente pela Empresa, podendo ser feita de forma resumida, desde que indique o endereço da internet em que a informação estará disponível, em teor idêntico àquele remetido à CVM e às bolsas de valores.

Em caso de dúvida, caberá ao Diretor de Relações com Investidores decidir sobre a caracterização de determinado ato ou fato como relevante, devendo, para tal fim, consultar os membros do Conselho de Administração. Caso quaisquer das pessoas vinculadas à Política de Divulgação de Atos ou Fatos Relevantes constatarem a omissão do Diretor de Relações com Investidores no cumprimento de seu dever de comunicação e divulgação, deverão comunicar imediatamente tal ato ou fato à CVM.

21. Política de divulgação / 21.2 - Descrição - Pol. Divulgação

Os Atos ou os Fatos Relevantes da Companhia, os quais consistem na divulgação de informações relevantes e na manutenção de sigilo acerca destas informações que ainda não tenham sido divulgadas ao público serão realizados de acordo com a Instrução CVM nº 358/02.

Com os principais termos e condições:

(i) A referida informação só poderá deixar de ser divulgada se sua revelação puder colocar em risco o interesse legítimo da Companhia. Nesse caso, caberá ao Diretor de Relações com Investidores acompanhar a cotação, preço e volume de negociação dos valores mobiliários de emissão da Companhia e, caso constate oscilação atípica, deverá divulgar imediatamente o ato ou fato relevante.

(ii) Todas as pessoas vinculadas (acionistas controladores, diretores, membros do Conselho de Administração, do Conselho Fiscal e de quaisquer outros órgãos com funções técnicas ou consultivas criados por disposição estatutária, gerentes e funcionários que tenham acesso frequente a informações relevantes e outros que consideremos necessário ou conveniente) deverão assinar um Termo de Adesão à Política de Divulgação de Informações Relevantes, e guardar sigilo sobre as informações ainda não divulgadas, sob pena de indenizar a Companhia e as demais pessoas vinculadas dos prejuízos que venham a ocorrer.

(iii) Cumpre às pessoas vinculadas o dever de comunicar formalmente o Diretor de Relações com Investidores sobre qualquer ato ou fato que possa ser considerado relevante, para que este possa decidir sobre sua caracterização. Cumpre, ainda, pessoas vinculadas o dever de guardar sigilo das informações relevantes a que tenham acesso privilegiado, até a sua divulgação ao mercado, bem como zelar para que subordinados e terceiros de sua confiança também o façam.

(iv) É de responsabilidade do Diretor de Relações com Investidores divulgar e comunicar à CVM e às Bolsas de Valores, qualquer ato ou fato relevante ocorrido ou relacionado aos negócios da Companhia que seja considerado informação relevante, bem como zelar pela ampla e imediata disseminação da informação relevante nas bolsas de valores e ao público em geral, por meio de anúncio publicado nos jornais de grande circulação utilizados habitualmente pela Empresa, podendo ser feita de forma resumida, desde que indique o endereço da internet em que a informação estará disponível, em teor idêntico àquele remetido à CVM e às bolsas de valores.

(v) Em caso de dúvida, caberá ao Diretor de Relações com Investidores decidir sobre a caracterização de determinado ato ou fato como relevante, devendo, para tal fim, consultar os membros do Conselho de Administração. Caso quaisquer das pessoas vinculadas à Política de Divulgação de Atos ou Fatos Relevantes constate a omissão do Diretor de Relações com Investidores no cumprimento de seu dever de comunicação e divulgação, deverão comunicar imediatamente tal ato ou fato à CVM.

O objetivo das estratégias acima definidas é manter o previsto em planejamento para cada empreendimento da Companhia.

21. Política de divulgação / 21.3 - Responsáveis pela política

RONALDO YOSHIO AKAGUI, Diretor de Relações com Investidor, casado, advogado, inscrito no CPF/MF sob o nº 294.538.768-95, com endereço comercial na Avenida Doutor Cardoso de Melo, 1470, sala 206, CEP 04548-005, telefone (11) 5904 6400, ri@sugoiincorporadora.com.br.

21. Política de divulgação / 21.4 - Outras inf.relev - Pol. Divulgação

Não há outras informações relevantes.